

CASSIA REGINA TOMANIN

**A CRISTALIZAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE
MESÓCLISE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**



ARARAQUARA – S.P.
2009

CÁSSIA REGINA TOMANIN

A CRISTALIZAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE MESÓCLISE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Lingüística

**Orientador: Dra. Rosane de Andrade
Berlinck**

Bolsa: CNPq

**ARARAQUARA – S.P.
2009**

CÁSSIA REGINA TOMANIN

A CRISTALIZAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE MESÓCLISE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise linguística
Orientador: Dra. Rosane de Andrade Berlinck
Bolsa: CNPq

Data da defesa: 27/03/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Dra. Rosane de Andrade Berlinck
UNESP/FCLAr.

Membro Titular: Dr. Roberto Leiser Baronas
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Dra. Flávia B. de Menezes Hirata Vale
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Dra. Cristina Martins Fargetti
UNESP/FCLAr.

Aos que amo

Agradecimentos

Ninguém entra e, muito menos sai, de um curso de doutoramento sozinho. São quatro anos nos quais a vida “lá fora” parece parar. Nesse período, todos que aparecem em nossas vidas contribuem de alguma forma, e nunca serão esquecidos. O pessoal da secretaria, da biblioteca, dos ônibus, dos restaurantes, os professores, os colegas de curso, que felizmente viram amigos depois de um tempo (e isso é para sempre), mesmo que a distância geográfica nos separe. Há aqueles que já faziam parte de nossas vidas, como minha mãe, minha filha, os amigos, os colegas do trabalho, os chefes, o CNPq. Enfim, existe toda uma estrutura que nos permite, mais que isso, nos conduz até aqui. Há, no entanto, algumas pessoas que eu gostaria de nomear, porque sua atuação, não apenas em relação a este trabalho, mas em minha vida, vão para além desta etapa que agora se conclui, sem elas, nada estaria se apresentando agora. São elas:

O Quim, sempre, pelos laços absolutamente definitivos que nos unem.

A professora Marymárcia Guedes, que iniciou as orientações de meu trabalho, e, embora não tenha concluído, esteve comigo desde o embrião, desde a formulação da idéia que agora é um trabalho finalizado.

Ao amigo Roberto Leiser Baronas, não apenas pelas orientações do exame de qualificação, mas pelo exemplo que aprendi a perseguir e que terei sempre como ideal.

À colega e amiga Gislaine, sempre comigo, nos bons e maus momentos, pelo incentivo, pelas leituras, pelas indicações, por tudo, mas sobretudo pela amizade, verdadeira e incondicional.

Agradecer a professora Rosane Berlinck é a parte mais difícil, mais que comprovar as hipóteses de nosso trabalho, mais que organizar e analisar o *corpus*. Por mais que tente nunca conseguirei expressar minha admiração por essa pessoa na qual ninguém consegue encontrar o mais sutil defeito. Não apenas pela brilhante, embora rápida, orientação, mas pelo exemplo de profissional, de amiga, de ser humano, de tudo. A ela, meus mais sinceros e eternos sentimentos de gratidão, respeito, admiração e amizade.

TEMPO REI

Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito que tem sido
Transcorrendo, transformando
Tempo e espaço, navegando todos os sentidos
Pães de açúcar, Corcovados
Fustigados pela chuva
E pelo eterno vento
Água mole, pedra dura
Tanto bate que não restará
Nem pensamento
Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei
Transformar as velhas formas de viver
Ensina-me, ó pai, o que ainda não sei
Mãe senhora do perpétuo, socorrei
Pensamento
Mesmo fundamento singular do ser humano
De um momento para outro
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos
Mães zelosas, pais corujas,
Vejam como as águas de repente ficam sujas
Não se iludam, não me iludo
Tudo agora mesmo pode estar
Por um segundo
Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei

Gilberto Gil

Resumo

O trabalho que está se apresentando neste momento é um texto pequeno em extensão, e que tem como principal objetivo reivindicar que a construção: *verbo auxiliar + clítico + verbo principal* seja reconhecida, do ponto de vista da colocação pronominal, como uma construção mesoclítica. Tal reivindicação justifica-se pelo fato de que o que é denominado pela gramática normativa como mesóclise, é a colocação de um pronome no ponto de junção no lugar em que em um momento da história forma dois verbos: um verbo principal + o verbo auxiliar haver (habēre). A hipótese aqui defendida tem dois pontos básicos de sustentação: o primeiro é a própria história do futuro; o segundo é o processo de gramaticalização do futuro, no qual o fenômeno aqui apresentado foi inserido e, que tem como consequência a cristalização da nova modalidade de mesóclise. Pela complexidade que envolve o tempo e pela incerteza que é característica inerente do futuro, discute-se, ainda, noções de tempo e, especificamente, do futuro, por estarem elas relacionadas à variação nas formas de expressão do futuro; assim como a discussão sobre ser o futuro um tempo ou um modo. A incerteza, provavelmente, gerada pela virtualidade do futuro, pode ser um fator condicionante da variação em torno da expressão desse tempo; isso tem como consequência, o surgimento de formas perifrásticas, que são constituídas pelo verbo principal e um verbo auxiliar, o qual executa as tarefas morfológicas. Pela importância do verbo principal nesse processo, apresenta-se e discute-se, também, a questão da auxiliaridade. Para ilustrar o processo de cristalização da nova modalidade de mesóclise, apresentam-se exemplos retirados de cartas familiares e oficiais e textos de jornais de várias regiões do país, ambos produzidos nos séculos XVIII e XIX.

Palavras-Chaves: cristalização, futuro, gramaticalização, mesóclise, perífrase verbal e tempo

Abstract

In this dissertation the status of mesoclitic is claimed to the construction *auxiliary verb+clitic+main verb* in Portuguese language from the point-of-view of the pronominal position. In traditional grammar mesoclitic is the location of a pronoun in the junction point that in history of Portuguese language gives rise to two verbs: a main verb+the auxiliary verb *haver* (habēre). The hypothesis claimed in this dissertation is supported by two basic points: first, the history of the future; second, the process of crystallization of the phenomenon is inserted in and classified as mesoclitic. The notion of tense, specifically of future, is discussed because of the complexity of the tense and the incertitude intrinsic to the future. This discussion is due to the relation between future and the variation in the realization of future forms and because of the discussion on future as a tense or a mode. The incertitude probably generated by the virtuality of the future may be the conditioning factor of variation in the expression of this tense; its consequence is the appearing of periphrastic forms constituted by the main verb and an auxiliary verb that perform morphological tasks. Auxiliarity is also discussed because of the importance of the main verb in this process. The process of grammaticalization of the new mesoclitic construction is exemplified by official and family letters and newspaper articles written between the 18th and 19th in several Brazilian locations.

Key-words: crystallization, future tense, grammaticalization, mesoclitic, verbal periphrases, and time.

SUMARIO

0 Introdução	010
1 As línguas mudam	024
2 A Gramaticalização e as Gramaticalizações	033
3 O Tempo – O que é? Como se faz?	046
3.1 O Tempo – o que é?	046
3.2 O Tempo – Como a língua portuguesa faz?	052
4 E o Futuro? O que é? Como se faz?	055
4.1 Como a Gramática Tradicional explica e analisa a marcação do futuro português	055
4.2 Uma breve história do passado e do presente do futuro português	063
5 Futuro: A incerteza traz conseqüências lingüísticas	073
6 A Constituição do material de análise e ilustração	080
7 A construção do cenário para a implantação da nova modalidade de mesóclise	083
7.1 A Auxiliaridade	083
7.2 A produtividade da perífrase ir+VP como expressão do futuro no PB	089
7.3 A des-construção do cenário para a implantação da nova modalidade de mesóclise	123
8 Enfim, a Mesóclise	126
8.1 A nova modalidade de mesóclise é uma variante	138
9 Algumas Considerações	146
10 Referências	149

0- Introdução

As reflexões que seguem pretendem apenas ser um convite para a construção da história do português brasileiro, obra que não pode deixar de ser coletiva e conjuntamente sonhada.

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Façamos nossas as palavras de Mattos e Silva (2001) que servem perfeitamente para resumir o grande objetivo deste trabalho, que é o de fornecer subsídios para trabalhos posteriores, cujas metas sejam as de apontar traços, fenômenos registrados no português brasileiro alguns que possam pertencer com exclusividade a essa variedade do português, outros que ocorrem aqui e além mar, outros que ainda se verificam aqui e há muito já deixaram a fala lusitana. Nossa contribuição com este trabalho será especificamente apresentar o que estamos reivindicando como sendo uma nova modalidade de mesóclise. Aqui trataremos de demonstrar como ela foi re-analisada, se re-organizou e se cristalizou na variedade brasileira do português.

Tanto quanto instigante, o mapeamento do português brasileiro é extremamente dificultoso, não apenas pela dimensão territorial de nosso país, que congrega um variado espectro de variedades lingüísticas, mas também, pela variedade de fenômenos a serem estudados e pela profundidade nas análises que o tema exige. Assim, os trabalhos de descrição do PB têm sido realizados de forma fragmentada, para que, ao final de algum tempo, somados, possam ser uma fotografia da fala brasileira. É dessa forma que este trabalho pretende ser visto, antes de mais nada, um pequeno fragmento de um dos fenômenos do PB. Ele, ao ser concluído, significará mais um entre aqueles que procuram integrar um grande arquivo sobre a diversificada variedade brasileira do português.

A colocação dos clíticos é um dos pontos ao lado da realização do sujeito, da realização variável do objeto, das orações relativas e da ordem dos constituintes da sentença, que, segundo estudos das mais diversas correntes

lingüísticas, são aspectos que diferenciam o português deste e do outro lado do Atlântico.

A mesóclise, hoje definida simplesmente como a colocação de um pronome no meio, ou na juntura interna de um verbo, é vista por Câmara Jr. como um traço em extinção no PB: “No Brasil, só se encontra a mesóclise na língua escrita literária, estando banida da língua usual, onde com as formas de futuro só se pratica a próclise” (CÂMARA JR, 1985, p: 165). Realmente muitos estudos já anunciaram a queda da mesóclise, mas aqui estaremos defendendo uma nova concepção de mesóclise, a qual não foi banida da fala brasileira, ela foi sim, re-analisada e se configura de outra forma, ou seja, como consequência do processo de gramaticalização do verbo *ir* como auxiliar de futuro, a mesóclise resiste no PB falado, só não aparece no lugar canônico ao invés de estar à direita do verbo nuclear aparece agora antes desse. Tal alteração, como dito, é consequência da variação da(s) forma(s) de futuro, o do presente e o do pretérito, assim, a nova modalidade de mesóclise é possível, basicamente, por conta dos seguintes fatos lingüísticos:

- 1- O auxiliar para formação do futuro é o verbo *ir*;
- 2- O referido auxiliar posiciona-se à esquerda do verbo nuclear;
- 3- Há, no Brasil, preferência pela próclise em relação ao verbo principal

A fim de avaliarmos a hipótese principal, ou seja, a mesóclise existe e é largamente usada no PB, temos dois caminhos possíveis:

a- ou conservamos a idéia de que o *-re* é um Morfema Modo Temporal e tentamos provar que o *ir*, anteposto ao verbo nuclear também o é. E, nesse caso manteríamos a idéia de mesóclise como a colocação de um clítico entre um verbo nuclear e um morfema;

b- ou desconstruímos a idéia que *-re* é um morfema e consideramos, pela variação do futuro em sua diacronia, que *-re*, embora tenha se aglutinado ao verbo principal não deixou de ser um verbo auxiliar, que é o que ocorre com o *ir* nessa mesma função. Dessa forma a mesóclise seria re-definida como sendo, ao invés da colocação de um clítico **no meio** de **um** verbo, a colocação de um clítico entre

dois verbos, um auxiliar e um nuclear, independentemente da ordem em que se colocam esses verbos.

Optando pela primeira premissa, encontraríamos algum respaldo em Câmara Jr. (1992), quando ele apresenta a classificação do vocábulo formal em três espécies: formas livres, presas e dependentes. As formas livres formam uma seqüência e “podem funcionar isoladamente como comunicação suficiente” (CÂMARA JR., 1992, p. 69); as formas presas, por sua vez “só funcionam ligadas a outras” (op. cit., p. 69) e as formas dependentes não funcionam isoladamente, portanto não são livres, mas também não são presas porque podem ser intercaladas por outras formas livres. Nesse ponto Câmara Jr. deixa uma entrada para que se possa considerar a hipótese de que o auxiliar *ir* seja um morfema, já que da forma como está aparecendo no PB atual é uma forma que não é dependente, porque tem lugar fixo, mas também não é totalmente fixa, porque pode ser intercalada pelo pronome, é uma categoria que ficaria entre essas duas espécies, mas de qualquer forma só funciona quando junto a um verbo nuclear.

Corôa (2005) também nos indica uma pista para acreditarmos que *ir* possa funcionar como morfema verbal. Embora não trate especificamente desse caso, diz a autora que o tempo gramatical “é aquele caracterizado em português por um radical acrescido dos morfemas típicos” (CORÔA, 2005, p. 24). Acreditamos que podemos considerar o *ir* como um morfema típico, já que o futuro se forma com o radical, que é o próprio verbo nuclear no infinitivo, e o que acresce as idéias de modo, tempo, pessoa e número é o morfema típico, nesse caso, a função desempenhada pelo *ir*.

No entanto, apesar de considerarmos válidos os argumentos de Corôa, preferimos perseguir a segunda premissa, isto é, a de que *re* se gramaticalizou até o último estágio previsto pela teoria a ponto de aglutinar-se ao verbo principal e deixar de ser interpretado como verbo, passando a ser percebido como um morfema, mas em sua origem é um verbo, exatamente como o *ir*. Tal idéia nos parece mais plausível, no sentido de ser cientificamente mais sustentável.

Ilustraremos o que estamos dizendo com alguns exemplos retirados dos registros organizados por Guedes e Berlinck (2000) de jornais brasileiros do século XIX. Vejamos.

(01) *FESTA DE Nossa Senhora D'AJUDA **Celebrar-se-há** no corrente anno (20JB) No domingo 14 **effectuar-se há** o bando de mascaras (...)*

(O Guarany- BA-11.11.1886)

(02) *A estreiteza do tempo não tendo permitido publicar hoje as importantes noticias que ultimamente vierão do Algarve, **communicar-se-hão** ao publico no seguinte Número desta Gazeta*

(Gazeta do Rio de Janeiro- RJ- 21.09.1808)

A ortografia recupera a origem e a verdadeira face do que atualmente se classifica como morfema modo temporal, no entanto, sabemos que esse não é um argumento confiável, já que na época em que foram produzidos os exemplos acima não havia um acordo ortográfico colocado em efetiva prática mas não deixa de ser um pequeno indício de que o verbo haver poderia estar sendo percebido pelo falante naquela formação

Temos um outro argumento que nos parece mais confiável: se a mesóclise fosse realmente a colocação de um clítico **no meio** de **um** verbo, ou entre um verbo e um de seus morfemas, isto é, em uma de suas junturas internas, como define Câmara Jr. (2002, p.151), qualquer verbo conjugado em qualquer tempo/modo poderia apresentar uma forma de mesóclise. Assim teríamos construções como: *se eu fala-te-se* (presente do subjuntivo); quando eu *banha-me-va* (pretérito imperfeito). Mas isso é agramatical, em português e qualquer outra língua românica.

Assim sendo, o que fundamentará, de fato, nossa hipótese é a própria história do futuro, desde suas origens, ou seja, partiremos de uma revisão diacrônica.

A idéia de que a construção “IR+PRONOME+VERBO NUCLEAR” é uma mesóclise, tem como base de sustentação o processo de gramaticalização da

expressão de futuro perifrástico atual; isto é, aquele formado com o auxiliar *ir*, que anteposto ao verbo nuclear, perde sua significação original para exercer a nova função, indicando pessoa, número, tempo e modo. É a mesma função que era conferida ao verbo *habēre* (haver) para formar o *inflectum* e o *perfectum* ou futuro do pretérito (condicional) e futuro do presente, respectivamente.

Tínhamos então, o verbo haver, nas formas *habeban* e *habeo*, gramaticalizado, e nessa condição, começou a aparecer ao lado do verbo nuclear e, aos poucos foi deixando de ser percebido como verbo e sendo considerado um morfema localizado à direita do verbo, com indicações/funções de natureza morfológica.

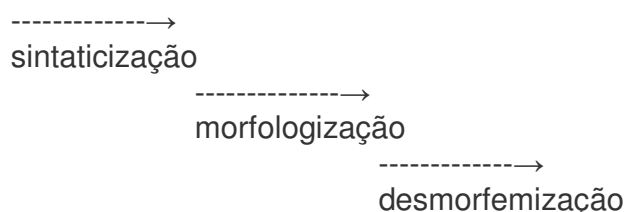
Por essa razão, um clítico em uma construção como *falar-te-ei*, *encontrar-te-ia*, isto é: raiz+pronome+morfema, passou a ser considerado, do ponto de vista da colocação pronominal, como mesóclise, já que o pronome estaria sendo colocado no meio de uma palavra, no caso de um verbo, num processo reconhecido como *tmese*.

Assim, embora reconheçamos que a denominação *tmese* refere-se a uma cisão no meio de uma palavra, estamos propondo que a mesóclise seja considerada não a colocação de um pronome no meio de **um** verbo, mas sim, a colocação de um pronome entre **dois** verbos, um nuclear ou principal, que traz as informações semânticas, outro auxiliar, que traz as informações gramaticais. Ora, se assim o é, em formas como *vou-te-falar* ou *ia-te-encontrar* ocorre exatamente o mesmo que na forma sintética, com a diferença que o verbo *haver* é substituído pelo verbo *ir* e com a mudança deste para a esquerda do verbo nuclear. Com isso queremos dizer simplesmente que o verbo *ir* está se gramaticalizando no PB cumprindo a antiga função do verbo *haver*.

Não nos resta qualquer dúvida em inserir sob o rótulo de gramaticalização a transformação do verbo *ir* de pleno a auxiliar, considerando sua clara trajetória do mais concreto, com significação semântica de deslocação no espaço, do lugar de onde o falante está para outro, para o mais abstrato, auxiliar de futuro com pouca informação semântica.

É esse caminho que sustenta a hipótese da gramaticalização, isto é, a unidirecionalidade, que conduz um item do menos gramatical para o mais gramatical. Um item vai perdendo gradativamente sua significação e adquirindo propriedade de função. Ilustrando o dito, dizemos que o verbo *ir*, na função de auxiliar de futuro, está perdendo o significado apresentado pelos dicionários, que indica movimento “daqui para lá” e passando a indicar pessoa, número, modo e tempo é, pois, um elemento, uma partícula gramatical, com comportamento muito próximo ao de um morfema, elemento sem qualquer significação semântica. Como conceitua Câmara Jr., o morfema, como forma lingüística, tem um significante e um significado, o primeiro refere-se ao material fônico e o significado é a noção gramatical que o morfema traz para o semantema (CÂMARA JR. 2002, p. 170). O mesmo autor considera também que o auxiliar seja um morfema, diz ele que auxiliar é “qualquer vocábulo de significação gramatical, que forma locução com um vocábulo de significação externa para situá-lo numa dada categoria gramatical [...] portanto, qualquer vocábulo que é morfema categórico ou relacional” (CÂMARA JR., 2002, p. 64).

Entendendo que o que estamos tratando aqui signifique para a história da língua um estágio, e concebendo a gramaticalização como “*o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática*” (CASTILHO, 1997, p. 31), assumimos o que diz Lehmann (1982, apud. CASTILHO, 1997) sobre o fato de que cada estágio compreende várias fases. Tais fases são apresentadas por Castilho da seguinte forma:



Cada uma dessas fases é, por sua vez, desdobrada em diferentes faces, já que ocorrem de várias maneiras isto é, o fenômeno de gramaticalização atua de diferentes formas.

Estamos considerando que o fenômeno aqui tratado esteja na primeira fase, ou seja, da sintaticização, a qual possui duas faces:

- a- a recategorização sintática e
- b- a categorização funcional

A primeira é verificada em vários grupos:

- 1- grupo verbal
- 2- grupo nominal
- 3- grupo pronominal
- 4- grupo adverbial
- 5- grupo dos nexos

É no grupo verbal que se localiza nosso objeto de estudo, que pode ser observado aqui tanto com o futuro do presente quanto com o futuro do pretérito, ou com os dois tempos.

Convém aqui explicitarmos que nem todas as considerações que se faz para um futuro servem para outro por exemplo, a discussão sobre ser o futuro um tempo ou modo não é exatamente a mesma para as duas formas de futuro, Fleischman (1982), por exemplo, prefere referir-se ao futuro do pretérito como uma nova dimensão temporal. Mas aqui, na forma pela qual conduziremos as investigações e pelo fato de ambos seguirem a mesma trajetória, compartilhando os mesmo auxiliares, estaremos tratando o futuro do presente e o futuro do pretérito como um único ambiente, já que, tanto em um quanto em outro a mesóclise se faz da mesma forma. O fato de, em nossas ilustrações, recorrermos com mais freqüência ao futuro do presente se deve unicamente ao fato de este ser muito mais produtivo.

Segundo Castilho (1997) “do ponto de vista da gramaticalização, o fenômeno mais interessante é o da transformação de um verbo pleno num verbo funcional, e deste, num verbo auxiliar” (CASTILHO, 1997, p. 33) o que se encaixa perfeitamente no que estamos tratando aqui. Considerando que sendo os **auxiliares** (funcionais) aqueles verbos que acompanham os nucleares em sua forma nominal e que carregam a idéia de pessoa, número, tempo e modo., isto significa que, em expressões como “vou viajar” ou “íamos comprar”, o verbo *ir* é o auxiliar do nuclear que o sucede; sua função auxiliar é clara, ou seja, marca

pessoa, número, tempo e modo enquanto o núcleo do predicado se mantém em sua forma infinitiva (nominal).

As formas analíticas, exemplificadas acima, são as que estão predominando no português falado no Brasil, conforme se observa em várias pesquisas, como, por exemplo, as dialetológicas, que têm como última etapa das tarefas, os atlanten lingüísticos. Nesse material a forma mais produtiva de expressar o futuro é a referida perífrase com *ir*, e, tal forma estaria concorrendo com outras variantes de expressão do futuro, entre elas, a forma sintética. A forma sintética, por sua vez, é resultado da evolução de uma outra forma analítica: *falar hei*. Com o tempo, o verbo *habēre* foi se gramaticalizando, passou à fase da morfologização e se aglutinou ao verbo nuclear e, assim, passou a ser percebido como morfema e não mais como verbo.

O fato de um clítico colocar-se antes do verbo *habēre* após este ter se juntado ao nuclear à sua esquerda, fez com que o pronome colocado à direita do nuclear, portanto em posição enclítica, fosse entendido como um processo de *tmese*, ou seja, a colocação de uma partícula (no caso um pronome) no meio de uma palavra, ou na definição de Câmara Jr., a

separação de um vocábulo em duas partes numa das suas juntas internas com a intercalação, entre duas partes, de uma forma vocabular, como sucede em português com a chamada mesóclise do pronome adverbial átono, onde a *tmese* se processa de acordo com a estrutura primitiva, de conjugação perifrástica, das formas verbais de futuro (*falar + ei* etc; *donde falar-lhe-ei* etc. (CÂMARA JR, 2002, p. 232)

Há, no entanto, algo em relação ao processo de *tmese*, o qual já citamos acima, que deve ser observado mais de perto. Suponhamos a segmentação de um verbo regular da primeira conjugação como nos quadros adiante:

Futuro do presente			
Radical	VT	MMT	MNP
	A	RE	I
	A	RA	S
	A	RA	Ø
	A	RE	MOS
	A	RE	IS
	A	RÃ	O

Futuro do pretérito			
Radical	VT	MMT	MNP
	A	RIA	I
	A	RIA	S
	A	RIA	Ø
	A	RIA	MOS
	A	RIE*	IS
	A	RIA	M

De acordo com esse modelo de segmentação nas quatro partes que compõem o verbo, o lugar em que melhor caberia um corte seria entre a vogal temática (VT) e os morfemas (MMT e o MNP), já que se percebe aí duas partes relativamente distintas em uma palavra: de um lado a informação semântica, de outro as informações gramaticais. Eis o lugar perfeito para uma cisão, ou seja, entre essas duas partes distintas, originando construções como, por exemplo, fala-te-rei.

Mas não é isso o que ocorre.

A conclusão mais provável, historicamente verificada é que o que estaríamos observando é que a mesóclise é a colocação de um clítico entre um verbo nuclear, em toda sua extensão vocabular, ou seja, a palavra inteira e o verbo auxiliar *habēre*, com o tempo tendo passado à pronúncia *ai/ei* e sendo assim percebido como morfema. Acreditamos que esse seja mais um forte

argumento que nos permite afirmar que a mesóclise é a colocação de um clítico entre dois verbos: o principal e o auxiliar.

Se recorrermos à definição de *tmese* feita por Câmara Jr. (2002) citada acima, percebemos que ele reconhece certa interferência histórica na segmentação do verbo no momento do corte onde se realizará a mesóclise, já que cita a estrutura primitiva do verbo, a qual possibilita o corte. O autor encontra na história a solução para a questão da cisão, que não é comum em outras conjugações verbais.

A juntura é definida pelo autor como “nome geral para o contacto entre duas formas mínimas” (CÂMARA JR. 2002, p. 151), o que novamente nos colocaria frente ao problema do morfema descontínuo, mas a explicação continua “nome geral para o contacto entre duas formas mínimas - dentro do vocábulo (juntura interna) ou entre dois vocábulos num grupo de força (juntura externa)” (op. cit).

Sendo assim, não podendo incluir a mesóclise como um corte na juntura interna, já que para isso, como dito, ela deveria localizar-se em outro lugar, originando uma construção do tipo *fala-te-rei; encontra-te-ria* – já que conjugado o verbo perde seu *-r*, morfema de infinitivo. Assim vemos reforçada nossa reivindicação de mesóclise como sendo a colocação de um clítico entre dois verbos.

Conforme anunciamos, como mostraremos no decorrer deste estudo, no PB atual, as formas sintéticas dos futuros do Indicativo praticamente não existem na fala coloquial. Diz Castilho que “esta passa a sofrer concorrência de uma nova perífrase, desta vez constituída pelos verbos IR e QUERER, retomando-se o processo anterior” (CASTILHO, 1997, p. 33)

Há, no entanto, a diferença que desta vez o verbo auxiliar está à esquerda do verbo nuclear e não mais à direita, o que torna mais difícil ou impossível sua aglutinação, caracterizando a fase de morfologização, já que em português, os morfemas verbais, pelo menos até agora, colocam-se à direita dos termos (no caso, os verbos) nucleares. Por essa razão, para sustentar a idéia de que formas como “vai me furar” ou “ia te contar” constituem, do ponto de vista da colocação

pronominal, uma mesóclise, temos de nos apoiar numa explicação diacrônica, no sentido de lembrar que o verbo *ir* possui hoje, no PB coloquial, as mesmas propriedades e funções que o *haver* já teve ou seja, carregar as informações de pessoa, número, tempo e modo do verbo nuclear. Assim, o objetivo único deste trabalho é muito simples trata-se nada mais do que de desconstruir a idéia de mesóclise como *tmese* e concebê-la como a colocação de um pronome entre um verbo nuclear ou principal e um funcional ou auxiliar, independentemente do fato de este estar à direita ou à esquerda daquele. Assumimos então que:

- a colocação do verbo auxiliar é livre, podendo aparecer à direita ou a esquerda do nuclear;
- a mesóclise se define como a colocação de um pronome entre um verbo nuclear e um ou auxiliar.

Até aqui acreditamos ter justificado parte de nossa proposta: a gramaticalização da modalidade perifrástica do futuro com o auxiliar *ir*. A partir de tal constatação, falar da cristalização de uma nova mesóclise não é tarefa inexeqüível, pode-se dizer que se trata simplesmente de uma reivindicação de terminologia.

Neste ponto o que servirá de sustentação à nossa proposição é a posição variável, conforme demonstram estudos diacrônicos, em que o clítico pode ocorrer, como se pode verificar em Huber (1933), o qual, ao observar o fenômeno afirma que “os pronomes-complemento átonos podem estar antes **ou** depois do verbo do qual dependem. No futuro e condicional encontram-se **geralmente** entre o infinitivo e a terminação”¹ (HUBER, 1933, p. 177). Huber não consegue encontrar claras evidências sobre fatos que poderiam ser responsabilizados pela colocação pronominal, já que segundo ele, “umas vezes se encontra depois do sujeito, outras depois do predicado. Talvez se encoste à palavra de acento mais forte” (HUBER, 1933, p. 178).

Said Ali (1964), entre outros, acredita que os critérios que determinam a colocação dos clíticos sejam de natureza fonética. O estudioso explica que

¹ Os grifos são nossos, utilizados no sentido de enfatizar a possibilidade de deslocamento dos pronomes átonos.

“as formas pronominais átonas me, te, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as colocam-se em português normalmente após o verbo a que servem de complemento e a ele se encostam [...] certas causas de ordem fonética podem entretanto determinar o deslocamento das referidas formas pronominais para antes do verbo” (SAID ALI, 1964, p. 204).

As “certas causas de ordem fonética” às quais alude Said Ali são as mesmas das quais fala Huber, ou seja, a palavra de acento mais forte poderia estar atraindo as palavras monossílabas átonas. É o mesmo princípio que justifica que em Portugal se prefere a ênclise e no Brasil se prefere a próclise por causa do acento, da prosódia.

Em resumo, a re-análise da colocação pronominal denominada aqui como mesoclítica, nada mais é do que resultado da acomodação do auxiliar *ir* à esquerda do verbo nuclear, assim, essa colocação pronominal não é um fenômeno independente, ela é reflexo do enrijecimento da próclise ao verbo principal na variedade brasileira do português, ou seja, do lugar do pronome antes do verbo principal. O posicionamento do auxiliar antes do verbo principal força a posição mesoclítica do pronome.

Assim, embora o tema desta pesquisa seja a mesóclise, a tarefa mais árdua será colocar o auxiliar *ir* como uma espécie de sinônimo funcional de *habêre*, isto é, mostrar que *ir* exerce as mesmas funções que o *habêre*. Justificar a partir daí a mesóclise nada mais é do que uma consequência. Sendo assim, a construção do futuro do presente em português, ao longo de sua história será o tema mais explorado, além de questões pertinentes ao tempo futuro, por acreditarmos que a constante revisão das formas de se traduzir o futuro possa estar relacionada com a complexa atividade humana em perceber, medir, marcar e traduzir o tempo, essa entidade ainda tão pouco entendida pela mente humana.

O trabalho ao qual daremos início é bastante modesto e despretensioso na verdade, seu objetivo nada mais é do que propor uma re-avaliação do que seja mesóclise e, em consequência, tratar a forma aqui apresentada como uma colocação pronominal entre dois verbos, portanto, uma construção mesoclítica.

Esse é o único ponto novo a ser apresentado e discutido aqui; os demais são retornos a temas já conhecidos.

A fim de sustentarmos nossa hipótese, este trabalho apresentar-se-á dividido em partes relativamente distintas, mas que acabam se imbricando, pois é sempre ao mesmo tema que voltamos: a trajetória de gramaticalização do futuro com enfoque em sua alternância entre formas sintéticas e analíticas. Assim sendo, não há, a rigor, uma ordem para a apresentação das seções. Se a fizemos é por uma exigência de apresentação lógica, mas não se perceberá uma evolução do tema e, sim, uma fixação no mesmo, nas revisões que fazemos de matérias já conhecidas, como: a história do futuro, os pressupostos da gramaticalização, a complexidade sobre o quem vem a ser o tempo e o tempo futuro, entre outros pontos que julgamos serem necessários para podermos sustentar a reivindicação aqui feita.

Da forma que segue apresentamos os resultados de nossa pesquisa:

Preferimos iniciar a apresentação do trabalho com a seção “As línguas mudam” a fim de não perdermos a idéia de que o processo de mudança das línguas é constante e ininterrupto e que as alterações ocorrem em todos os níveis lingüísticos de forma interligada;

A seção “A Gramaticalização e as Gramaticalizações” apresenta parte do modelo teórico sobre o qual fundamentamos nossas conclusões a respeito da trajetória do verbo *ir* e da formação da mesóclise.

Na seção 3, tratamos da auxiliaridade, considerando principalmente os pressupostos de Benveniste sobre o assunto. Procuramos nesta seção dar ênfase à importância do verbo auxiliar numa construção perifrástica.

As seções 4 e 5 são destinadas a tratar de como o homem concebe e traduz na língua o tempo e o futuro, quais as dificuldades que a complexidade do tema impõe e como o homem usa a língua para tentar ser o mais preciso possível para expressar a noção de futuro.

A seção 6 é brevíssima e tem como única finalidade apresentar o corpus que utilizamos mais para ilustrar nossas argumentações do que para provar e analisar o fenômeno aqui estudado.

É na seção 7 que apresentamos, por meio de análises de construções recolhidas em nosso *corpus*, o momento em que havia principalmente três variantes de futuro. Tentamos encontrar e compreender quais os fatores dessa época viriam a consagrar a perífrase com *ir* como a variante mais produtiva para a expressão do futuro. Nesse mesmo tópico apresentamos uma outra variante, a forma do presente do indicativo, que se viesse a substituir a forma perifrástica exterminaria a nova modalidade de mesóclise aqui apresentada.

Nesse ponto do trabalho julgamos oportuno apresentar o estudo da cristalização da mesóclise. É na seção 8 que se condensa todo o estudo; é uma seção relativamente breve, já que, conforme já explicamos, a mesóclise é apenas uma consequência de tudo o que se discutiu e ilustrou no decorrer do trabalho. Na mesma seção mostramos uma outra forma de colocação do objeto, que concorre com a mesóclise.

Seguem-se após essas seções as Considerações Finais e as Referências.

1. AS LINGUAS MUDAM

A história de qualquer língua é registrada considerando-se duas faces: a interna e a externa. À história externa pertencem os fatos sociais, geográficos, políticos, enfim, a própria história dos povos, das nações, cujos atos acabam por interferir, em certa medida, na história interna das línguas, isto é, as alterações que são verificadas em toda e qualquer língua ao longo dos tempos.

A história externa é geralmente de fácil apresentação. Trata-se de uma narração de fatos históricos, como as grandes navegações, os descobrimentos, as conquistas, as guerras, enfim, acontecimentos registrados pelos homens, ainda que em torno dos mesmos possam surgir algumas polêmicas ou controvérsias.

A história externa tem uma relação muito estreita com a história interna de cada língua. No caso do tema tratado aqui, julgamos que tal relação seja de fundamental importância, já que a forma de se expressar o tempo está relacionada à maneira como o homem percebe e interpreta o tempo.

Como o objeto central tratado aqui é o futuro a questão fica ainda mais complexa, pois, se já é difícil para o homem a compreensão do tempo por ser algo tão abstrato, com o futuro é ainda pior, a ponto de o homem nem ter certeza se futuro é algo que existe, ou se é mesmo um tempo.

É por questões como essa que a história externa se reflete na história de uma língua. No caso do tempo e do futuro as oscilações são universais, isto é, ocorrem em todas as línguas, mas são mais perceptíveis naquelas que possuem formas próprias para expressão do tempo em sua morfologia .

O reflexo do que ocorre com a sociedade é verificado na história interna de uma língua. Os fatos lingüísticos não são narrados a partir de “histórias que o povo conta”, mas a partir de “**como** o povo as conta” isto é, a análise lingüística de documentos – em alguns períodos escassos, em outros raríssimos – é que permite que a história interna de uma língua não ágrafa seja contada, ou até mesmo reconstruída a partir de comparações entre as línguas filhas, como se faz na reconstrução das proto-línguas.

Por meio da análise dos fenômenos lingüísticos é que se pode, por exemplo, dividir as línguas em famílias, períodos ou variedades, e o que permite tal divisão é o agrupamento de um número de fenômenos, sejam fonéticos, morfológicos, sintáticos ou lexicais, comuns a determinada época ou lugar ou a gêneros textuais ou a um grupo de falantes.

Um conjunto de traços lingüísticos, encontrados no final da Idade Média em algumas das línguas que hoje são denominadas românicas ou neolatinas, permite-nos que classifiquemos aquelas como originárias dos romances, os quais, por sua vez, originaram-se do latim vulgar.

Dentre essas línguas interessa-nos o português. Em sua fase histórica, isto é, a partir do século XII, com o aparecimento da Cantiga da Ribeirinha (1189), essa língua foi dividida em vários períodos. A maioria dos estudiosos concorda que português pode ser dividido em três momentos distintos: o arcaico, o clássico e o moderno.

O período arcaico reúne uma série de fenômenos lingüísticos observados em textos, documentos, cartas, poemas, tais como a já citada Cantiga da Ribeirinha, de Paio Soares Taveirós, o Auto da Partilha (1192), a Notícia de Torto (cuja data provável seja 1206), além de outros pertencentes aos séculos seguintes, hoje arquivados na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os elementos lingüísticos encontrados nos textos daquela época permitem que ela seja denominada, fechada em um bloco chamado de português arcaico. São, segundo Teyssier (1997, p. 29), os seguintes:

- na grafia – Teyssier (1997, p. 29) reconhece o aparecimento do **ch** para reproduzir na escrita os dígrafos africados. Aparecem, após 1250, o **nh** e o **lh**, para representarem o **n** e o **l** palatais. O til (~) aparece para indicar nasalidade. É um período em que a ortografia é bem mais fiel à fonética do que seria nos próximos séculos

- na fonética e fonologia – as palavras se apresentam nas formas oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

As vogais, em posição tônica, são as sete que conhecemos hoje. Já em posição átona final são registradas apenas cinco (o *e* e o *o* abertos não existem nesse contexto).

O quadro das consoantes, bastante semelhante ao atual, apresenta, de acordo com Coutinho (1968, p. 66) “a distinção perfeita entre o valor de *s* e *ç*, do *s* intervocálico e *z*, do *ch* e *x*”, além do ditongo ***om***, atual *ão*, localizado no final de substantivos e verbos, que refere-se aos finais ***one*** e ***udine*** latinos.

- na morfologia – é assinalado por Teyssier (1997, p. 36,37) que a queda do ***l*** e do ***n*** intervocálicos cria um novo paradigma para o plural dos nomes:

sinal - sina-es

mano - mãos

can(e) - cães

- na sintaxe – Coutinho (1968, p. 67) destaca como marcas do período arcaico os seguintes fenômenos:

- a variação do particípio passado junto ao *ter* e *haver*;
- a preposição *sem* regendo gerúndio;
- uso do caso-complemento do pronome pessoal pelo caso-sujeito
- uso do artigo antes de *um* e de *outro*;
- verbos de movimento seguidos de preposição *em*;
- uso de *home* como sujeito indefinido;
- uso de verbo no singular com sujeito no plural;
- uso do partitivo;
- uso de *cujo* como interrogativo;
- uso do *se* ou *si* com valor de *assim* em início de frase;
- uso de duas negativas pré-verbais;
- uso de alguns verbos (pedir, perguntar) com dois acusativos;
- uso freqüente de pleonasmos;
- uso freqüente de anacolutos;
- uso da segunda pessoa do subjuntivo no lugar do imperativo em frases optativas;

- uso de *em* com valor de demonstrativo;
- uso do *de* como segundo termo de comparação;
- liberdade na colocação pronominal;
- regência diferente da do português atual.

Após esse período, antes do que se convencionou chamar de português moderno, há um período considerado intermediário, o período clássico. Esse período conserva ainda alguns traços do português arcaico e apresenta, ao mesmo tempo, traços então inovadores, que viriam a constituir o português moderno.

Esse modelo de periodização da língua portuguesa tem sido revisto podemos encontrar entre os estudiosos algumas opiniões divergentes. Teyssier (1997), sem se propor a resolver a questão explica que ela é bastante complexa, já que alguns historiadores dividem a evolução da língua de acordo com suas características internas, o que, no caso do português permite-nos reconhecer o período arcaico e o moderno; outros historiadores atrelam os períodos da língua a fatos, períodos históricos, como a Idade Média, o Renascimento, etc.

O tema é realmente complexo, tanto que, embora Teyssier não tenha mencionado, mesmo entre aqueles que optam pela periodização considerando a história interna da língua, há alguma divergência.

O motivo de tal divergência é facilmente compreendido. As mudanças pelas quais uma língua passa não têm, e nem poderiam ter, fronteiras nítidas. Há períodos de variação que podem ser muitos longos, até que a mudança se dê. Além disso as variações e as mudanças atingem todo o sistema lingüístico ou seja, alterações fonéticas podem atingir o nível sintático, alterações semânticas podem atingir a morfologia de uma língua, e assim sucessivamente, de forma que torna-se uma tarefa bastante difícil precisar fronteiras nítidas na história interna de uma língua.

Said Ali (1921) não chega a divergir, mas apresenta uma divisão um pouco distinta da tradicional tripartição; ele divide o português em antigo (séc. XII a XV) e moderno, que, por sua vez, divide-se nas fases quinhentista, seiscentista e moderna; o século XVII é considerado como o período de transição entre as fases

antiga e moderna, que corresponderia ao que alguns reconhecem como português clássico, para alguns um outro período, para outros uma fase de transição.

Os estudos gerativistas, tentando responder, entre outras questões, porque uma geração fixa parâmetros opostos à geração anterior, apontam um outro modelo de periodização distinto dos tradicionais ou seja, a periodização da língua portuguesa é vista de um outro ângulo.

Para Galves et al. (2007), um período deve corresponder a um ciclo em dada língua e tal ciclo se refere à emergência de novas gramáticas, que surgem em determinada época. Assim, segundo as autoras, a periodização de uma língua deveria ser pensada a partir de pontos de inflexão (que são o surgimento de novas gramáticas). No português, tais pontos de inflexão não coincidem com a periodização tradicional.

Os pontos de inflexão na língua portuguesa apontados por Galves et al. (2007) são dois: a fronteira entre os séculos XIV e XV e o início do século XVIII. O primeiro ponto iniciaria o português médio e o segundo iniciaria o português europeu moderno. As autoras argumentam que a maior diferença entre sua proposta de periodização e a proposta tradicional é que esta divide os períodos com base no **desaparecimento** de formas e aquela os define com base no **surgimento** de novas formas. Temos, pois, os dois extremos: começo e fim de fenômenos lingüísticos funcionando como marcos, mas em posições diferentes, ou melhor, opostas.

O ponto mais interessante da proposta apresentada por Galves et al (2007), na verdade, real motivo em termos recorrido a tal hipótese neste nosso trabalho, é que o fenômeno que as estudiosas apontam como sendo o propulsor, o responsável pela alteração dos períodos é a posição dos clíticos, visto dentro de um âmbito maior, que é a ordem das palavras, como ressaltam Galves et al. Isso quer dizer que o fenômeno que estamos tratando aqui, a mesóclise, pode ser interpretado como a mola propulsora de uma série de alterações no sistema lingüístico português, ou, pelo menos, no sistema verbal português. Tal argumento, embora não apareça de forma explícita em nossas análises, estará subsidiando as mesmas, já que acreditamos que a mesóclise se re-arranjou no PB

da forma como o fez, porque nosso sistema verbal propõe a próclise praticamente como única opção; assim, o clítico ficará sempre antes do verbo nuclear, propiciando a cristalização do que estamos defendendo aqui como sendo um caso de mesóclise.

Como dissemos, nenhuma alteração ocorre isolada na língua, quando há um re-arranjo, todo um conjunto de traços é analisado. Como a construção tratada aqui ocorre em território brasileiro, passamos a rever rapidamente o cenário que pode tornar fértil tal construção.

Foi o português clássico (de acordo com a terminologia tradicional) que chegou, ou melhor, foi chegando e sendo implantado gradativamente no Brasil, já que fomos “descobertos” pelos portugueses no século XVI.

O português clássico tem como marco inicial a publicação d’Os Lusíadas, de Camões. Naquela obra não aparecem mais alguns traços do português arcaico e surgem construções inovadoras que fariam parte do português moderno. Teyssier identifica essa fase como sendo aquela na qual “a penosa impressão de arcaísmos dos textos antigos cede lugar a um agradável sentimento de modernidade” (TEYSSIER, 1997, p.81,82).

Teyssier (1997) aponta como características desse período os seguintes fenômenos:

- os plurais de nomes terminados em *ão* fixam-se em *ãos*, *ães* e *ões*;
- o plural de nomes terminados em *l* são feitos sistematicamente em *is*;
- são suprimidos os possessivos femininos nas formas átonas – *ma*, *ta*, *sa* -;
- são suprimidos os anafóricos *em* e *(h)i* como palavras independentes;
- o sistema dêitico se cristaliza como o conhecemos atualmente;
- as preposições *per* e *por* convergem em *por*, que aglutinado ao artigo forma *pelo* e não mais *pólo*.

Na morfologia verbal há alterações significativas, as quais, segundo Teyssier (1997), se fazem por analogia. De modo que há redução nos paradigmas.

- as formas de primeira pessoa do presente *senço*, *menço* e *arço* dão lugar às que usamos hoje: *sinto*, *mino* e *ardo*, respectivamente;
- no particípio passado o morfema *udo* é substituído por *ido*;
- algumas alternâncias vocálicas são regularizadas: a primeira pessoa do plural acompanha a fonética da primeira do singular, *fezemos* passa a *fizemos*, por analogia a *fiz*.

É também dessa época a criação da imprensa que, embora não seja suficiente para impedir as transformações que todas as línguas vivas desenvolvem, tem um impacto sobre as transformações lingüísticas, já que atua como um poderoso mecanismo de uniformidade ou uniformização lingüística.

É, então, no português com os traços descritos acima que nasce o embrião da gramaticalização do *ir* como auxiliar do futuro, o qual por sua vez possibilita o aparecimento da mesóclise aqui apresentada.

A pequena revisão de algumas transformações por que passou o português visa, justamente, que, antes de iniciarmos os pontos centrais a serem tratados aqui, nos lembremos da incessante revisão gramatical que ocorre nas línguas. Tal revisão provoca a variação que pode acabar em mudança e a mudança tem suscitado tanto a curiosidade do homem e tem, por isso, estimulado tanta pesquisa na área, que acaba fazendo surgir muitas e variadas hipóteses, ao longo da história. Entre elas, destacam-se algumas (ver FARACO, 2005 e BYNON, 1977):

- Lei do menor esforço
- A influência do substrato
- Herança genética
- Influências climáticas
- Condicionamentos culturais

- Mudança de geração
- A hipótese funcional
- A hipótese intralingüística (internalista)
- Teoria das ondas
- Difusão lexical
- Regularidade da mudança
- Teoria da inovação ativa

Algumas dessas hipóteses não são tão bem aceitas atualmente, como a *lei do menor esforço*; algumas são revistas de tempos em tempos; mas o fato é que em quaisquer delas que se queira filiar um trabalho, todas apresentarão em comum, como resultado de uma avaliação, um processo de re-visão, de re-arranjo nas línguas, processo este que nunca cessa, e que, por sua vez, provoca o surgimento de outras re-visões, outros re-arranjos.

O fato é que as línguas não param e, como estamos falando de um sistema, que é a língua, todas as partes interdependem, se comunicam entre si; como ilustramos acima, todos os níveis de uma língua são considerados nos momentos de revisão, isto é, alterações morfo-sintáticas podem ter origens na fonética, o sistema pronominal pode estar relacionado à prosódia, além do papel do discurso, que é fundamental, entre outras coisas, na revisão semântica.

O que se tem verificado é que uma seqüência de re-visões, após algum espaço de tempo, acaba por alterar de forma perceptível uma língua, em todos os seus níveis. É isso que permite que se fale em periodização de uma língua. É isso que permite que estudiosos como Galves et al. (2007) possam demarcar os períodos do português, isto é, isolar um conjunto razoável de gramaticalizações, de revisões em todos os níveis, que acabam por alterar de forma significativa, um sistema linguístico, a ponto de se poder falar em uma nova gramática da língua em questão.

O que se pretendeu nessa breve e panorâmica revisão histórica foi mostrar como uma língua, em todos os seus níveis, é alterada de forma contínua e constante.

Estudos recentes apontam que um dos processos mais produtivos de mudança que se observa nas línguas naturais é a gramaticalização, tema sobre o qual dedicaremos as próximas páginas.

2- A GRAMATICALIZAÇÃO E AS GRAMATICALIZAÇÕES

A origem da comunicação verbal humana é algo que dificilmente será reconstruído com precisão, mas permite a formulação de algumas hipóteses: é perfeitamente plausível imaginar que “no início” o homem teria sentido a necessidade de designar seres, objetos, entidades. Criou então sons diferentes para designar seres diferentes. Estava inventado o substantivo, que foi um feito tão importante quanto o de fazer fogo; ao descobrir que não precisava mais do referente para falar sobre ele, o homem criou ou desenvolveu uma habilidade que o diferenciou do resto de todos os seres vivos: ele podia simbolizar (ver Benveniste, 1995).

Uma vez dado o primeiro e, provavelmente, mais complexo passo o homem deve ter sentido a necessidade de algumas especificidades e percebeu no material que já tinha, os substantivos, essa possibilidade que a língua lhe oferecia; daí surgiram outras classes como verbos e adjetivos, depois pronomes e advérbios... E assim foi sendo criada a gramática e junto com ela a gramaticalização.

A gramaticalização ou gramaticização ou gramatização é um termo que tem tido muito espaço na área dos estudos da linguagem e tem sido compreendido, grosso modo, como um processo de (re)análise que ocorre em todos os níveis de todas as línguas vivas; genericamente, pode ser entendido como uma constante e ininterrupta revisão e inovação num sistema lingüístico, o que é conseguido basicamente pela transformação de itens lexicais em itens gramaticais.

Antes de continuarmos, lembramos que há alguma discussão em torno do uso desses termos. Alguns preferem utilizar *gramaticalização* para tratar de estudos diacrônicos e reservam *gramaticização* para a sincronia. Aqui estaremos utilizando apenas o termo gramaticalização, já que acreditamos que é uma boa escolha, pois o termo sustenta a idéia de um fenômeno que é também processo, o qual ocorre para que um item lexical passe a fazer parte da gramática de uma língua. Estamos com isso dizendo que o termo gramaticalização é auto-explicativo e, se no decorrer e no avanço dos estudos da área surge a necessidade de

maiores especificidades, designativos mais adequados aparecem, não havendo portanto, a necessidade de revisão desse termo que, sozinho, sustenta a idéia central da teoria.

Esse processo é de tal forma inerente às línguas, que muitos são os que concordam com a afirmação de Hopper (1987, p. 148) de que não existem gramáticas e, sim, gramaticalizações ou nas semelhantes palavras de Lobato “pode-se compreender, então, a língua não como um sistema, mas como sistematização, devido a seu constante movimento de (re)ajuste.” (LOBATO, 2007, p. 26)

A simples, mas precisa afirmação evidencia que a gramaticalização é um dos processos mais produtivos de mudança, pois é a essência, o germe da vida das línguas, é a nunca esgotada análise que faz com que as línguas não deixem de estar em processo de transformação.

Por que isso ocorreria? Isto é, qual a motivação do homem para a revisão das formas lingüísticas? Para Heine et al. (1991), a gramaticalização é motivada por fatores extralingüísticos, por processos cognitivos. A questão que exemplificaria isso é, principalmente, o problema de se criar novos nomes para seres novos, ou seja, coisas que aparecem no mundo e ainda não foram nomeadas. Os autores apontam, para resolver esse problema, as seguintes opções ou estratégias:

- cria-se um novo termo;
- empresta-se um termo de outra língua (estrangueirismo);
- associa-se o referente ao som por ele produzido (onomatopéia)
- faz-se uma composição ou derivação ou
- amplia-se o conceito de uma forma ou expressão já existente.

Uma vez criado, forjado ou eleito o novo termo, ele passa a ser reconhecido como parte do léxico da língua e, uma vez integrado ao léxico, fica à disposição de seus usuários. Estes, com a freqüência do uso, vão criando uma espécie de intimidade com o vocábulo, a ponto de com ele fazerem derivações e flexões, criarem metáforas (aliás a metáfora é um forte indício de que determinado vocábulo foi assimilado pelo léxico de uma língua) enfim; podem atribuir vários

papéis para o vocábulo, chegando até mesmo a gramaticalizá-lo, isto é, fazê-lo entrar para a gramática da língua sem que tenha que, necessariamente, sair do léxico.

O caso que mais perfeitamente ilustra o processo de gramaticalização é o futuro do presente na fase que culminou com a forma conhecida hoje como sintética, do tipo “amarei”.

Essa forma, que provavelmente surgiu fazendo oposição à sintética “amabo”, teria se originado da construção VP (verbo principal) + *habēre* (como verbo auxiliar), na qual o auxiliar significava algo como “ter de”; assim, o futuro “amare habeo” era traduzido como algo do tipo: tenho de amar, tenho a intenção de amar.

Do início da variação entre *amabo* e *amare habeo* até a forma sintética *amarei* se podem perceber claramente os cinco parâmetros previstos por Hopper e Traugott (1993) para os estágios de um processo de gramaticalização:

1- estratificação – há a co-existência de duas formas, geralmente uma conservadora e outra inovadora que lhe faz concorrência; nesse caso, vemos a sintética *amabo* começar a dividir espaço com *amare habeo*, as duas convivem e provavelmente têm, a princípio, alguma nuance que distingue o uso de uma ou outra. Elas se apresentam, nesse momento, como duas variantes de uma mesma variável, pelo menos no nível morfo-sintático.

2- divergência – ocorre no ponto em que o *habēre* foi cristalizado como auxiliar para a construção do futuro do presente, mas não desaparece da língua com seu sentido original, podendo figurar em alguns discursos como verbo pleno.

3- especialização – do ponto de vista funcional da língua, há entre os falantes algumas possibilidades de escolhas, considerando o discurso. Após algum tempo, geralmente, a forma inovadora se impõe e permite a perda da nuance que a diferenciava da forma sintética, e passa a dar conta de seu significado e pode exprimir também aquele significado pretendido pela forma sintética.

4- persistência – alguns resquícios da significação original do auxiliar podem ser mantidos, alguma idéia daquela significação se transmite em relação ao que se quer traduzir na construção do futuro.

5- de(s)categorização – a forma gramaticalizada perde de vez seu sentido primeiro. Esse parâmetro é muito visível no caso da gramaticalização do *habēre*, que sofreu redução fonológica (o [b] desaparece, formando [aeo] (o [h] por não ser pronunciado, não corresponde a um som da língua), daí, provavelmente [aio]; daí [eio] e finalmente [ei]). Essa redução facilitou sua aglutinação ao verbo principal e sua mudança de categoria gramatical: de verbo pleno passou a morfema, ou seja, *habēre* percorreu o caminho exato proposto pela teoria da gramaticalização, do concreto ao abstrato e o esvaziamento semântico permitiu a instauração de uma função gramatical.

Assim se fecha perfeitamente o círculo do processo, numa trajetória tão perfeita, no sentido de encaixar-se tão meticulosamente no modelo que chega a parecer que é a teoria que cabe no fenômeno e não o inverso.

Certamente não é o que ocorre, já que muitos outros fenômenos são observados pelas lentes da gramaticalização, mas o fato é que enquanto alguns itens desenvolvem uma trajetória que se desenha exatamente como a teoria prevê, outros apresentam alguns percalços. Isso ocorre, provavelmente, porque vários fenômenos podem ser abrigados sob o rótulo de gramaticalização, desde que se refiram a processos que têm como característica fundamental a inclusão de termos com funções gramaticais em determinado sistema lingüístico.

Há casos em que a trajetória não se completa, há casos que fogem ao princípio básico da gramaticalização, que é a unidirecionalidade, tanto que há quem fale em bidirecionalidade (ver Frajzyngier, 1986).

Um exemplo é caso do termo *qualquer*: trata-se de um pronome que se originou da aglutinação do relativo *qual* com o verbo *querer*. Atualmente poucos falantes compreendem que estão falando essas duas palavras ao pronunciarem o referido termo, assim, dizemos que ele se gramaticalizou. No entanto, sua forma plural é *quaisquer*, o que faz desta a única palavra em português com flexão em número “no meio”, o que indica claramente que há aí duas palavras. A segunda

delas, o verbo, flexiona seu plural de acordo com a pessoa, assim o plural é feito no relativo, logo, podemos afirmar que ele funciona como uma espécie de auxiliante, nos termos de Benveniste (1989).

São inúmeros os casos de fenômenos de gramaticalização que não seguem a “trajetória perfeita”, mas nem por isso devem deixar de ser interpretados como casos em que a gramática de uma língua está sendo revista, a ela estão sendo acrescentados itens já existentes na língua - já que a gramaticalização não é criação de termos- mas transformados de modo que possam desempenhar ou até mesmo acumular novas funções, sejam funções já exercidas por outros elementos ou papéis inexistentes até então.

Um dos fenômenos que chama nossa atenção no sentido de fazermos uma análise e entendermos melhor o processo é o caso da mesóclise, que é uma construção que, praticamente, deixou de existir tanto na escrita quanto na fala no português brasileiro, mas é um fenômeno que não pode ser ignorado.

De acordo com a teoria, num caso como o da expressão do futuro, na fase que culminou com a síntese, ocorre um enrijecimento da forma, uma cristalização, a ponto de as partes que originaram a forma sintética não serem percebidas. Mas a inserção de um pronome exatamente entre os dois verbos, ou o que eram os dois verbos, mostra que é possível uma recuperação. A colocação do pronome não se dá no meio da palavra, de forma aleatória, assim como para formar o plural de *qualquer*, ela se dá justamente entre os dois itens, num ponto onde já há um corte; ou seja, há um espaço em branco, como na separação de dois vocábulos.

Voltemos agora a um outro ponto destacado pela teoria da gramaticalização que prevê o referido processo como ininterrupto. Novamente o futuro serve para ilustrar a hipótese.

Vejamos o quadro apresentado por Silva (2002)

Estrutura	Forma	Estágio da língua
Fase diacr. 1	anal. ama-bhu sint. amabo	Indo-Europeu Latim Clássico
Fase sincr. 1	Amabo/cantare habeo	Latim tardio
Fase diacr. 2	anal. cantare habeo sint. Cantaré	Latim falado tardio Românico
Fase sincr. 2	Cantaré/voy a dormir	Românico moderno
Fase diacr. 3	anal. voy a dormir sint. Yo vadormir	Românico contemp. (Esp.) Dial. Espanhol americ. Contemp.

Pelo quadro acima, por mais de uma vez o processo de transformação de futuro sintético em perifrástico teria ocorrido. Desde os primeiros registros de que se tem notícia, essa alternância vem sendo praticada. A própria forma *amabo* já vem da analítica do Proto Indo-Europeu *ama-bhu*. A forma *amabo* vai sendo introduzida no sistema, torna-se uma variável, concorrendo com *amare habeo*. Como se mostrou acima, essa construção tornou-se uma forma sintética. A forma sintética (*amarei*) concorre hoje com uma outra forma analítica (*vou amar*), mostrando mais uma vez, o ciclo em que o futuro parece estar preso: o que se tem visto são as formas sintética e analítica concorrendo e se alternando; ou seja, o futuro é sempre registrado como uma variável, quase sempre com duas variantes: uma sintética e outra analítica. Analisemos o que significa isso, começando pela escolha da terminologia.

Dizer que uma forma é analítica equivale a dizer que esta está em análise, uma forma sintética, ao contrário, estaria significando uma síntese, ou uma conclusão, nesse caso, o resultado final de um processo.

Se fôssemos entender o processo de variação das formas de futuro pela etimologia desses termos, o processo seria assim simplificado: há um período de variação em que uma forma entra em análise e, ao final desse período surge uma forma sintética, fechando o ciclo. A forma sintética pode ocorrer quando o item que está passando para a gramática, por exemplo, tornando-se um morfema, sofre

redução fonológica e se aglutina a outro vocábulo, passando pela de(s)categorização, o quinto e último estágio do processo, segundo Hopper e Traugott (1993) é a síntese finalizando o ciclo.

O caso clássico de gramaticalização do futuro realmente teve um período de análise que culminou com uma síntese; no entanto, a história mostra que um novo processo se instaurou, uma nova análise foi iniciada, desta vez com outro verbo auxiliar, demonstrando mais uma vez que uma língua nunca atinge um ápice, um ponto em que fica perfeita, sem a necessidade de revisões, de acomodações. Mais uma vez registramos que a gramaticalização é algo que nunca deixará de ocorrer nas línguas vivas. Esse é um forte argumento contra a hipótese de evolução lingüística.

É por essa razão que Givón (1984) propõe a trajetória da gramaticalização como ciclo – o ciclo funcional de Givón. Para ele, a motivação inicial da gramaticalização seria de natureza discursiva e percorre o seguinte esquema: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero, no qual o estágio zero é o ponto que marca a instauração de um novo estágio.

Hopper e Traugott (1993, p. 09, 10) lembram esse ciclo, que no caso específico do futuro consiste na alternância entre formas sintéticas e analíticas:

Pré-latim		Latim		Francês
?				
*Kanta b'umos	>	cantabimus		
		canta habemus	>	chanterons
				allons chanter > ?

Como já mencionado, essa alternância não é exclusividade do francês. Nas línguas românicas o futuro está preso nesse ciclo: quando o futuro analítico chega ao final de sua trajetória, que até agora consistiu no amálgama de uma forma perifrástica formando uma construção sintética, uma nova perífrase aparece, dando origem a um novo processo de variação e, simultaneamente, a um novo ciclo.

Dois termos utilizados por Hopper e Traugott (1993, p. 10) constituem palavras chaves no processo, são eles: substituição e renovação (*replacement* e *renewal*). Esses termos indicam o sentido da gramaticalização, a idéia de necessidade que está implícita nos momentos de (re)análise e (re)arranjo.

Transportando essa idéia do ciclo anterior do futuro para o atual, que tem o *ir* como auxiliar, vemos que esse verbo, enquanto auxiliar, está seguindo uma trajetória bastante semelhante à que seguiu o *habere*, tendo sua significação colocada de lado para poder atuar como uma espécie de morfema. No entanto, ainda conserva parte de sua significação original, que é a idéia de deslocamento. Com isso estamos dizendo que, embora o verbo auxiliar exerça as funções gramaticais a ele atribuídas, ele não perdeu totalmente seus traços semânticos (pelo menos não ainda) que indicam deslocamento; o que, por sua vez, indica a dose de consciência por parte dos falantes que escolhem, entre tantos verbos que poderiam exercer a função de auxiliar do futuro, aquele que pode indicar uma movimentação do cá para o lá.

Parece claro até o momento atual da trajetória, que o *ir* na função de auxiliar está num processo em que, embora não esteja deixando de fazer parte do léxico do PB, está passando para sua gramática. Nessa nova função, o *ir* estaria se de(s)categorizando, ou seja, sofrendo um esvaziamento semântico e funcionando como elemento gramatical.

Ao que tudo indica, no entanto, com o *ir* a última fase de um processo de gramaticalização: a aglutinação, não ocorrerá com tanta facilidade, pelo menos não como ocorreu com *habeo/habeban*. Pode até se falar em redução fonológica, já ocorrida, pelo menos na primeira pessoa, com a supressão da semivogal /w/ (embora essa regra não seja exclusividade desse vocábulo, ocorre em qualquer ditongo decrescente /ow/ tônico), mas, pela posição que o verbo ocupa, à esquerda do verbo nuclear, dificilmente o verbo auxiliar passará a ser confundido com um morfema. Como então se concluirá essa fase ou como se fechará esse ciclo? Não seria então esse um caso de gramaticalização?

Há razões para acreditarmos que a transformação do *ir* pleno em auxiliar de futuro é um legítimo caso de gramaticalização. Silva (2002) fala sobre a

redundância, muito comum na fala de crianças que origina construções como “**vou ir**”; segundo ele tal construção seria uma evidência do esvaziamento semântico sofrido pelo auxiliar.

Julgamos que seja necessário um pouco mais de atenção sobre a consideração de que a construção “*vou ir*” seja redundante, já que o *ir*, embora assuma funções de auxiliar não deixou de existir no sistema como verbo pleno; portanto, pode não se tratar necessariamente de uma redundância. Mas há uma dedução que as crianças fazem a partir daí, também observada por Silva (2002) que é bastante interessante. Elas estariam considerando o *ir* como prefixo e interpretando formas analíticas como se fossem uma única unidade lexical, como em “papai eu votelefone para você” e em qualquer outra ocorrência semelhante, como “vofalar”, “vobrinçar” (SILVA, 2002, p. 71). Estamos percebendo aí a aglutinação prevista na trajetória do item, mas num modelo diferente, já que não será interpretado como morfema verbal devido a sua posição em relação ao VP, já que, em português a posição prototípica para o morfema verbal é à direita. Seria um outro tipo de fechamento do ciclo?

Sobre as novas construções estudadas como gramaticalização, Braga (1999) afirma que houve um “alargamento” dos fenômenos que podem ser estudados à luz dessa teoria. Diz ela que

o campo dos fenômenos que podem ser examinados sob o enfoque da gramaticalização sofreu alargamento e atualmente inclui o estudo do itinerário percorrido por formas lingüísticas e também por construções gramaticais emergentes. (BRAGA, 1999, apud. GONÇALVES et. al. 2007, p. 23)

Creemos que seja mais cômodo aceitar que há pontos a serem acrescentados nos estudos sobre gramaticalizações do que formular novos conceitos e novas teorias para casos distintos.

A ocorrência da redução fonológica torna o item diferente da forma original e, assim, vemos mais distanciada a possibilidade da recuperação semântica. No entanto, devemos considerar assim que a freqüência do uso também acarreta o desgaste semântico, sem a necessidade de redução na materialidade, na

extensão do vocábulo; ou seja, a redução fonológica é um fenômeno importante na fase da de(s)categorização de um item, mas não essencial.

Fazemos essa observação para dizer que o *ir* enquanto verbo pleno também sofre a mesma redução; essa redução verificada no **vou** não ocorre por causa da gramaticalização desse item; na verdade é um metaplasmo verificado em todo ditongo decrescente /ow/, tanto em sílabas átonas quanto em tônicas, como em ouro>oro; roubou>robô etc. Voltamos, então, a afirmar que pode haver gramaticalização, até mesmo a etapa de perda de material semântico, mesmo que não haja redução fonológica. Considere-se, por exemplo, o auxiliar *ir* de terceira pessoa, que não apresenta, até o momento, qualquer redução: *ele **vai**telefonar*.

Mesmo que o final do ciclo do *ir* seja diferente do *habêre*, as outras etapas são praticamente iguais, desde a escolha, que assumimos como semi-consciente dos auxiliares. A escolha do *habêre*, que trazia a idéia de “ter de”, é um compromisso que o falante assume no momento da enunciação em relação ao momento em que ocorrerá o evento anunciado, assim como a escolha do *ir* implica a idéia que se quer associar ao futuro – a noção de deslocamento. Ambos se sujeitaram às mesmas leis, surgiram por motivações de natureza cognitiva e/ou discursivo/pragmática semelhantes, têm algo de sua essência semântica preservada por um longo espaço de tempo, pois a intenção inicial era demonstrar alguma opinião em relação ao futuro.

Vemos atuando sobre essas duas formas de auxiliares de futuro um princípio único, que é aquele defendido por Werner e Kaplan (1963, apud. HEINE et. al. 1991, p. 28) como sendo um “princípio de exploração de antigos significados para funções originais”, o que indica que o significado de um item é considerado no momento em que ele é selecionado para exercer uma função gramatical.

Afirmamos mais uma vez que na escolha desse auxiliar está demonstrada a expectativa do falante ou do conjunto de usuários da língua em relação ao futuro. A expressão “*ter de realizar algo*” não é o mesmo que confirmar tal realização, é simplesmente um desejo de tal realização, considerando a sua possibilidade. A expressão “*ir realizar algo*” parece assumir um grau maior de responsabilidade em

relação ao que virá; não é apenas a expressão de um desejo ou o reconhecimento de que deverá acontecer; é uma espécie de confirmação, de comprometimento.

Essa é uma das razões que explicam porque o futuro nunca estará “pronto”, será constantemente re-visitado e re-analisado, sua forma será revista a cada mudança de perspectiva e de expectativa em relação ao tempo futuro; revisão essa que pode se dar motivada por fatores relacionados à economia, à filosofia, à política, à medicina, à religião, enfim a qualquer tipo de expectativa, conhecimento e domínio que o homem possa ter ou possa pensar ter em relação ao tempo futuro.

A constatação de que a significação, ou pelo menos, parte dela permanecerá durante o processo de gramaticalização ou durante alguma fase desse processo pode esbarrar no fato alegado por Traugott (1984, apud. HEINE et. al. 1991, p. 28) de que num processo de gramaticalização deve haver uma mudança de significado, pelo fato de que o falante precisaria especificar uma nova relação do termo na língua. No entanto, esse princípio é facilmente compreendido e não representa uma contradição. Ilustremos:

Embora o *ir* conserve a idéia original de deslocamento, ele, gramaticalizando-se como auxiliar de futuro passa a indicar mais uma movimentação no tempo do que no espaço, enquanto que o *ir* como verbo pleno continua com a significação única de deslocamento no espaço. Assim, iniciado o processo, o *ir* se bifurca e passa a figurar como dois itens distintos, coincidentes apenas na forma, no sistema lingüístico: um verbo pleno que indica deslocamento do cá para o lá, portanto, movimento no espaço, e outro que traz informações gramaticais e a idéia de movimento do agora para o depois, portanto, movimentação no tempo. Essas duas formas do *ir* não são excludentes, tanto que é possível em português uma construção do tipo “eu vou ir”, e, como dissemos acima, sem que seja necessariamente uma redundância. Na verdade essa expressão ajuda a “medir” a gramaticalização, ou o estágio em que ela se encontra, e fazer-nos perceber de maneira inquestionável como o *ir* auxiliar está assumindo funções gramaticais.

Essa ilustração mostra que Traugott (1984) está correta quando afirma que num processo de gramaticalização há mudança de significado e também mostra que a gramaticalização de um item faz com que ele seja adaptado a novas funções, assuma novos papéis, mas não perca a essência de suas propriedades semânticas originais. Mais ainda, o fato de, como no caso do *ir*, ele poder continuar com as funções e significação do verbo pleno original, nos faz perceber com nitidez a criação de um novo item, sem prejuízo do já existente. Assim, o *ir* auxiliar não é o mesmo *ir* pleno, como já dito acima; são formas divergentes e cada uma segue uma trajetória distinta, coincidem (pelo menos por enquanto) apenas na forma. Pode-se, então, pensar que o processo de gramaticalização atua no sistema lingüístico com a finalidade de acrescentar e não substituir um item da/na língua; mas a substituição pode (ou não) ocorrer depois de um período de variação, ou seja, pode-se chegar à mudança.

Essa breve revisão sobre a gramaticalização do futuro em duas de suas fases ou ciclos poderia parecer desnecessária à primeira vista, já que esses casos já foram tratados por vários estudiosos, mas foi feita aqui para mostrar que há possibilidades diferentes de se processar, ou melhor, de se desencadear e desenrolar um processo de gramaticalização. Com isso acreditamos justificada nossa reivindicação da aceitação do fenômeno aqui apresentado como sendo a consequência, ou uma das possíveis consequências de um processo de mudança por gramaticalização, no caso, uma re-configuração de mesóclise. Trata-se da cristalização da seqüência Aux + pr + VP, já que na seqüência VP + pr + Aux a colocação pronominal é aceita como mesóclise e, como argumentamos na Introdução, a cisão no vocábulo para a inclusão do pronome não foi feita respeitando a segmentação da extensão do verbo, qual seja, radical + VT (vogal temática) + MMT (morfema modo temporal) + MNP (morfema número pessoal), o que originaria uma construção do tipo “Conta-te-rei um segredo”. A cisão foi feita exatamente entre os dois verbos: “Contar-te-ei um segredo”, do mesmo modo como ocorre com o plural de *qualquer*; ou seja, mesmo com o ciclo concluído ficou algum resquício das formas originais. Seria uma falha no modelo teórico?

Ousamos responder que não, porque há várias formas de se incluir itens e expressões na gramática de um sistema lingüístico.

... e assim caminha(m) a(s) língua(s), uma alteração provoca uma série de revisões e estas, outras e outras... Uma das conseqüências das formas em análise, as analíticas, é a reflexão do homem, ainda que não seja um exercício totalmente consciente, sobre a representação das coisas do mundo pela linguagem. É essa reflexão o assunto central da próxima seção.

3- O TEMPO – O QUE É? COMO SE FAZ?

Embora o objetivo central deste trabalho seja a cristalização da mesóclise no PB, até que se chegue a este tema, como já dito na Introdução, temos que transpor alguns pontos, já que o tema não é tão simples como possa parecer à primeira vista. Assim, não é um único argumento teórico que daria conta de sustentar as hipóteses aqui apresentadas. É preciso compreender, ou pelo menos ter uma noção da complexa questão da marcação de tempo, não sem antes tratar da sua própria percepção. Assim, estamos, nesta seção, buscando alguns subsídios que servirão de apoio para as premissas que serão formuladas para sustentar nossa hipótese de re-arranjo da mesóclise no português brasileiro atual.

O título desta seção tenta resumir o que será tratado: tentaremos explicar o que é o tempo e como a língua faz para tratar dele. A primeira questão está no âmbito da Física e a segunda é da alçada da Lingüística. São essas duas ciências que alicerçam esta seção.

3.1 – O TEMPO – O QUE É?

A palavra *tempo* deriva do latim *tempus*. Segundo Silva (2002a, p. 434), expressa idéia de tempo, estação, ocasião, oportunidade, circunstância; passou ao português primeiramente somente em sua forma plural. Diz o autor que seu uso mais comum é indicar a sucessão de eventos contáveis, como anos, meses, dias, horas, minutos, mas sua noção mais comum é a tripartição presente, passado e futuro.

Mas a referida marcação tem sido um desafio para o homem. Devido à tamanha complexidade sobre a questão da marcação, ou mesmo da percepção do tempo é que não podemos nos limitar a conceitos e teorias lingüísticas para encerrar esse tema, eles não dariam conta de mostrar o que subjaz aos marcadores temporais. Nesse sentido, acreditamos pertinente, antes de tratarmos da questão lingüística/gramatical específica aqui proposta, fazer uma observação sobre como o homem percebe o tempo, ainda que de forma breve e bastante

sucinta, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas suficiente para calçar algumas das premissas sobre as quais se apoiarão as conclusões que vierem a ser formuladas neste trabalho.

Para definir esse ser tão abstrato, tão pouco palpável, encontra-se no dicionário uma definição bastante longa, da qual transcrevemos somente o significado primeiro:

Tempo. [Do lat. Tempus, atr. da f. tempos, que foi sentida como um pl. port. De que se tiraria um singular] S.m. 1. A sucessão dos anos, dos dias, das horas, etc. que envolve, para o homem a noção de presente, passado e futuro: *o curso do tempo: O tempo é um meio contínuo e indefinido no qual os acontecimentos parecem suceder-se em momentos irreversíveis; “O tempo... Horas de horror e tédio da memória...”* (Manuel Bandeira, Estrela da vida inteira). (FERREIRA, s/d)

A definição apresentada no dicionário é aquela clássica, incontestável, mas um tanto generalizada, vazia de maiores precisões, por isso mesmo, por conta da vagueza, incontestável; ou seja, não há exatamente uma definição para o tempo, mas uma percepção do ser humano em relação à sua passagem pelo tempo, ou vice-versa, da passagem do tempo pelo ser humano.

Não é de hoje que o homem vem se questionando sobre tal entidade, tentando compreendê-la e defini-la.

Aurelius Augustinus, que passou para a história como Santo Agostinho, preocupado com questões religiosas como a imortalidade da alma, a criação do universo, entre outras, não pôde deixar de fazer, como grande pensador que era, algumas reflexões sobre o tempo. Entre várias observações sobre a idéia e definição do tempo, o religioso que viveu entre 354 e 430 d.C. considera o tempo nada mais que uma seqüência de acontecimentos sucessivos; diz ele que

é claro e manifesto que não existem coisas passadas e futuras; nem se pode dizer, com exatidão, que os tempos são três: passado, presente e futuro. Mas, talvez, se deveria dizer, com propriedade, que os tempos são três... o presente das coisas passadas (memória), o presente das coisas presentes (visão) e o presente das coisas futuras (expectativa). Estas três coisas existem na alma e, em outro

lugar, não as vejo. Por isso pareceu-me que o tempo é uma distensão.(...) (Livro XI das Confissões, §20 e 36)²

Quase dois milênios depois, o tempo continua sendo objeto de investigação. Stephen Hawking, um dos maiores (senão o maior) gênio na astrofísica da atualidade, considera que a visão que o homem tem sobre o tempo se modificou no decorrer da história; diz o estudioso que

Até o começo deste século acreditava-se num tempo absoluto. Ou seja, cada evento poderia ser rotulado por um número chamado 'tempo', de uma forma única, e todos os bons relógios concordariam com o intervalo de tempo entre dois eventos. Entretanto, a descoberta de que a velocidade da luz parecia a mesma a todos os observadores, independente do deslocamento de cada um, levou à teoria da relatividade (...) Assim o tempo se tornou um conceito mais pessoal, relativo ao observador que o estivesse medindo [...]" (HAWKING, 1989, p.199-200)

Corôa (2005), questionando o que realmente possa ser o tempo, traz de uma forma bastante resumida as três teorias básicas que tentam explicar e defini-lo, e acaba por dar uma explicação mais detalhada da citação de Hawking, feita no parágrafo acima. São elas:

1- Tempo Absoluto- concentra teorias baseadas nas concepções de Newton e Galileu, que acreditam no tempo quase como um ser, com existência própria. De acordo com essa teoria, há duas entidades irreduzíveis: o momento e o evento, mas, pelo fato de o tempo ser absoluto, o evento se dá no e por causa do momento. O momento, que é uma posição temporal marcada, existe independentemente do evento, mas a recíproca não é verdadeira. É o que Hawking ilustra na citação anterior quando diz que "cada evento poderia ser rotulado por um número chamado 'tempo', de uma forma única, e todos os bons relógios concordariam com o intervalo de tempo entre dois eventos" (Hawking, 1989, p. 199).

2- Tempo Relacional- as teorias que seguem esse modelo têm sua base em Aristóteles. Seu objeto irreduzível é, ao contrário do que prevalece na teoria do Tempo Absoluto, o evento, a partir do que se constitui o tempo; as

² In: SANTO AGOSTINHO. Solilóquios. São Paulo: Escala, s/d.

relações entre momento são secundárias, já que são estabelecidas a partir dos eventos.

3- Tempo Relativo- a teoria mais conhecida desse modelo é a Teoria da Relatividade Especial (TRE), formulada por Einstein. Essa idéia faz diminuir a credibilidade das duas propostas anteriores, principalmente porque se pauta na comprovação empírica. A descoberta de que a velocidade da luz seria a mesma para qualquer observador, e que não teria relação com seu deslocamento, praticamente pôs fim às teorias anteriores, o tempo absoluto deixou de existir, e “em vez disso cada observador teria sua própria medida de tempo (...) relógios de observadores diferentes não precisariam concordar necessariamente”, diz Hawking, e acrescenta: “o tempo se tornou um conceito mais pessoal, relativo ao observador que o estivesse medindo” (Hawking, 1989, p. 199).

Corôa (2005) faz a revisão das teorias que tratam do conceito de tempo a fim de verificar se elas têm alguma relação com a divisão tripartida do tempo feita não pelos físicos, mas pelos estudiosos da linguagem: a- o tempo cronológico: “caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme, irreversível; b- o tempo psicológico: “não tem duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do indivíduo: pode parar, retroceder, acelerar-se etc” e c- o tempo gramatical: é aquele que a autora classifica, no caso da língua portuguesa, como sendo caracterizado “por um radical acrescido dos morfemas típicos” (Corôa, 2005, p. 24).

Não é difícil perceber certa ligação entre os conceitos de tempo cronológico e tempo psicológico e as teorias de tempo absoluto e tempo relativo, respectivamente. No entanto, o conceito de tempo gramatical merece maiores reflexões, as quais faremos no decorrer de todo esse texto.

De uma forma ou de outra, o tempo é marcado em toda língua. Geralmente isso é feito por meio de verbos, mas essa não é regra universal; nem sempre um verbo pode distinguir passado, presente e futuro, como no hopi; o vietnamita e o birmanês não fazem flexões com morfemas temporais, mas os falantes dessas línguas são capazes de exprimir o que desejam sobre fatos relacionados no

tempo, seja por meio de advérbios e/ou outros complementos, como ocorre no hebraico antigo.

Bem mais próximo no tempo e no espaço do que Santo Agostinho, encontramos um outro filósofo que também faz algumas considerações interessantes sobre o tempo. Vilém Flusser (1920-1991), um filósofo alemão que viveu no Brasil, apresenta algumas idéias sobre o tempo e a linguagem humana que merecem ser trazidas para cá. O fato de o referido filósofo ter a língua portuguesa como sua terceira língua materna (depois do tcheco e do alemão) dá a ele alguma credibilidade no assunto. Convém aqui abrir parênteses para explicar que Flusser não teve contato com o português quando criança, o que lhe garantiria o status de “falante nativo”, mas ele se auto-designava como alguém que tinha essa língua como materna. Para ter uma noção de como a língua portuguesa era íntima para o filósofo, transcrevemos algumas palavras de Gustavo Bernardo, que prefaciou a edição de “Língua e Realidade”, publicada pela Editora AnnaBlume:

Em 1991, (Flusser) recebeu convite para proferir conferência no Instituto Goethe de Praga. Voltava a sua cidade natal pela primeira vez, desde que fugira dos nazistas, em 1939. Na conferência, empolgou-se a ponto de alternar o tcheco e o alemão, até que, sem perceber, começou a falar em português, a língua dos seus filhos, a língua dos seus afetos. Sua mulher, Edith, precisou avisá-lo que a platéia não estava entendendo muita coisa.

Mesmo não sendo falante nativo, essa passagem demonstra que Flusser tinha o português como uma de suas línguas, o que lhe confere certa autoridade no tema, além do fato de que podia estabelecer comparações e analogias com as outras línguas que dominava, o que para um estudioso da linguagem, é uma atividade muito produtiva, e isso faz de Flusser um observador diferenciado. Por analogia, ele pôde perceber certas nuances, certas minúcias que passam despercebidas, pelo fato de serem tão triviais, ao ouvido e à mente do falante nativo.

O argumento central de Flusser (2004) é o de que a realidade é criada a partir da língua; assim, cada povo vê a sua realidade, a partir da sua língua.

Pode-se dizer então, a partir de tal concepção, que toda e qualquer cultura percebe o tempo e o traduz em sua língua, mas essa atividade, esse ato, é muito particular, muito específico de cada sistema lingüístico, e várias outras questões complexas surgem também por isso, além disso, a visão de Flusser, sobre a língua criar a realidade, é um tanto questionável.

Ducrot e Todorov explicam que

aquilo que se chama de tempo na morfologia de uma língua não entra numa relação simples e direta com o que chamamos de tempo no plano existencial (sem mesmo considerarmos as acepções filosóficas do termo); uma prova, entre outras, é a existência, em várias línguas, de dois termos distintos para o lingüístico e o vivido. (DUCROT & TODOROV, 2001, p. 283)

Weinrich (1989, p.09) lembra que algumas línguas, como o alemão, possuem dois termos para esses dois conceitos: *Zeit* e *Tempus* e outras, como as românicas (francês, italiano, espanhol e português) possuem somente um termo, respectivamente *temps*, *tempo*, *tiempo* e *tempo*, para os dois conceitos, mas isso não gera problemas maiores. Preocupado com a questão da percepção do tempo, ele faz a divisão aproximada do que Ducrot e Todorov chamam de tempo vivido e tempo lingüístico em “*temps hors de la langue*” e “*temps de la langue*”, sendo este uma tentativa de expressão daquele.

Benveniste (1995, p. 261) faz a distinção entre os tempos do discurso e os tempos da história. Para o lingüista, as três grandes categorias de tempo - presente, passado e futuro - não correspondem e não são suficientes para organizar as realidades de emprego dos tempos do discurso; quer dizer, não há precisão nessa relação de expressão temporal com o tempo como entidade abstrata.

Benveniste (1989) também anuncia duas noções distintas de tempo, que devem ser, segundo ele, bem compreendidas antes que se pense em entender como se marca o tempo em uma língua específica. São elas: o tempo físico e o tempo crônico. Entre eles, a grande diferença é que o primeiro é unidirecional e o segundo é bidirecional.

O tempo físico seria o tempo em si e por si, se é que isso existiria; ele é “um contínuo uniforme, infinito linear, segmentável à vontade” (BENVENISTE, 1989, p.71), embora possa ser medido pelo homem de acordo com o teor de suas emoções.

O tempo crônico é o tempo da existência pessoal de cada indivíduo, é o tempo que o homem conta em torno de si, um período em que cabem suas experiências; é o tempo vivido, enfim.

Como se percebe nessa breve viagem panorâmica, a questão de perceber, definir, contar e marcar o tempo é realmente bastante complexa, mas parece ser necessária em qualquer cultura; cada uma, a seu modo, faz com que sua língua possa cumprir tais funções. Isso é bem sintetizado por Corôa (2005, p. 15) quando explica que a maneira como o tempo é “traduzido em uma categoria gramatical é específica de cada língua”.

Como falantes nativos, talvez tenhamos dificuldades em alcançar essa dimensão, não conseguimos perceber se é ou não difícil, mas provavelmente é um desafio para qualquer língua, devido a toda a complexidade que vimos muito brevemente nos parágrafos anteriores.

3.2- O TEMPO - COMO A LINGUA PORTUGUESA FAZ?

Especificamente sobre o português, Câmara Jr. (1970) explica o tempo pelo verbo, já que é essa a principal categoria incumbida de dar conta do tempo nessa língua. Diz ele que a categoria tempo marca o momento do processo verbal em relação ao momento em que se fala; isto é, está aí presente a noção de tempo absoluto e a perspectiva é o momento em que se fala, em relação ao qual se estabelece o que é anterior e o que é posterior. Acrescenta o autor que

o tempo assim compreendido é o eixo das conjugações verbais nas línguas românicas e germânicas modernas com que estamos familiarizados. Parece-nos, por isso, a primeira vista, a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, vocábulo temporal (al. Zeitwort) (CÂMARA JR. 1970, p. 140)

Isso, no entanto, não é universal; não são apenas os verbos as categorias capazes de trazerem informações temporais, mas como lembra Corôa (2005, p. 33), “são os verbos que mais comumente, tanto nas gramáticas quanto na consciência do falante, aparecem com a tarefa de situar no tempo o processo da comunicação”.

Said Ali (1969, p. 68) é mais taxativo dividindo a língua em duas categorias fundamentais em que “o nome situa os seres no espaço e o verbo os situa no tempo”.

Câmara Jr. (2002, p. 231) define o termo *tempo* somente no plural, obviamente já adiantando sua realização gramatical, e o define como

grupos flexionais em que se divide a conjugação de um verbo, cada qual compreendendo 6 formas correspondentes às 3 pessoas gramaticais do singular e do plural. A denominação resulta da circunstância de que esses grupos de formas verbais situam, em princípio, o processo na sua ocorrência em relação ao momento em que se fala. (CÂMARA JR. 2002, p. 231)

Continuando sua definição Câmara Jr., deixa clara a relação entre tempo e aspecto presentes no verbo

junto com a expressão do tempo, aparece a expressão do aspecto, que em português, como nas demais línguas românicas, estabelece no passado do modo indicativo uma oposição entre processo inconcluso (pretérito imperfeito) e processo conclusivo (pretérito perfeito). (CÂMARA JR. 2002, p. 231)

O mesmo autor relaciona ainda tempo verbal e modo, explicando que o tempo verbal “se refere ao momento da ocorrência do processo, visto no momento da comunicação” e o modo refere-se “a um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” (CÂMARA JR. 1970, p. 88).

Parece desnecessário procurarmos mais argumentos que comprovem que, em português, a categoria que melhor traz a noção de tempo é o verbo, embora esse possa trazer ainda outras informações, como modo e aspecto. Concordamos

assim que, na nossa língua o verbo se encarrega de traduzir e marcar o tempo, ainda que possa, em alguns contextos ser auxiliado por advérbios, numerais ou pronomes.

4- E O FUTURO, O QUE É?

Também nesta seção invocaremos o auxílio da Física. A esse respeito nos questiona Hawking

Se podemos ir para o norte, podemos também voltar e nos dirigir para o sul; da mesma maneira, se podemos ir em frente no tempo imaginário, devemos ser capazes de voltar atrás. Isto significa que não há diferença significativa entre as direções para frente e para trás. Por outro lado, quando se assume o tempo “real”, existe uma grande diferença entre estas duas direções, como sabemos. De onde vem esta diferença entre o passado e o futuro? (HAWKING, 1989, p.199-200)

Embora sem saber responder a tal pergunta, qualquer cultura tem clara, ou pensa que tem, a noção de presente, passado e futuro. Tal noção, de alguma forma, aparece em todas as línguas, e em grande parte delas, como é o caso da língua que nos interessa aqui, o português, a noção do que ocorre, ocorreu ou ocorrerá, pode ser expressa por meio dos verbos.

Para Pottier (1978) a marcação de um fato se faz pelo falante sobre um eixo contínuo. O presente é o marco zero, o que se situa antes disso é passado, o que está depois é futuro e o presente é considerado ainda “a passagem constante do futuro (vir-a-ser) ao passado” (POTTIER, 1978, p. 199).

Parece claro que só o presente é real, só a partir deste momento tudo pode ser realizado ou relatado, é um portal por meio do qual todas as coisas do mundo passam; uma vez transpassado o portal, as coisas pertencem ao passado, as que ainda não passaram estão num eixo, num espaço e num lugar denominado futuro.

Vista assim, a expressão do tempo pode nos parecer de resolução relativamente simples: o ponto de partida, a perspectiva é o agora, o presente, o que está para trás é passado, o que está para frente é futuro. Esta é a noção proposta por Santo Agostinho, exposta nas páginas anteriores, e vários são os estudos que se filiam a essa perspectiva; mas há controvérsias em torno dessa maneira de se perceber os tempos básicos, já que, como vimos na seção anterior, o tempo é uma entidade bastante abstrata e complexa, o que dificulta que se estabeleçam relações diretas entre tempo e linguagem.

Lyons (1979, p. 320, 321) explica que a divisão tripartida citada acima não é um traço universal entre as línguas. Ele concorda que o tempo é expresso em todas as línguas, mas a tripartição não é simplesmente uma questão de tempo.

O fato aludido por Fleischman (1982, p. 22) sobre estudos que mostram que crianças aprendem mais rapidamente a expressar o presente e o passado prova que o caráter abstrato do futuro, sua natureza virtual, tem implicações nos sistemas lingüísticos; por isso, segundo a autora, a evolução das formas de futuro deveria ser vista tanto como pertinente a uma categoria gramatical, como a uma categoria ontológica ou cognitiva.

Acreditamos ter argumentado o suficiente para afirmarmos que não parece ser tarefa fácil para a mente humana lidar com entidades tão abstratas como o tempo, sobretudo com o tempo futuro; no entanto, por mais difícil que seja, o homem executa essa tarefa.

Antes de nos aprofundarmos um pouco mais no ponto sobre como o homem, especificamente o homem falante de português está enfrentando o desafio de expressar o tempo, vamos observar como os gramáticos brasileiros têm apresentado essa complexa questão

4.1 - COMO A GRAMÁTICA TRADICIONAL EXPLICA E ANALISA A FORMAÇÃO DO FUTURO EM PORTUGUÊS

Antes de observarmos a posição de alguns gramáticos em relação a formas como o futuro pode ser expresso no português do Brasil, entre elas, o futuro sintético (viajarei/viajaria); o futuro do presente perifrástico com *ir* no futuro (irei viajar/iria viajar); o presente (viajo), entre outras (ver quadros na página 93), devemos lembrar que este é um tema bastante complexo e tem sido alvo de muitos estudos lingüísticos. Destacaremos aqui a posição de Pontes (1973) e Câmara Jr (2002) a fim de que possamos ter algum ponto de equilíbrio a partir de uma outra vertente quando estivermos conhecendo a posição dos gramáticos em relação ao mesmo ponto; ou seja, a expressão do futuro.

Em relação à perífrase com *ir*, Pontes (1973) afirma que “O verbo *ir* só se combina com o infinitivo impessoal, não admite oração de *que*, nem sujeito diferente para o infinitivo” e mostra como exemplos: “João vai estudar” e “ Os meninos vão estudar” (PONTES, 1973, p. 112). Diz a autora, ainda, que esse auxiliar admite qualquer tipo de sujeito, além de figurar de forma impessoal, fornece os seguintes exemplos: “A pedra vai quebrar.”; “A sinceridade vai assustar o menino”; “Vai chover” e “Vai haver aula”.

O verbo *ir* pode também, segundo Pontes (1973, p.112-113), combinar-se com *ter-do* e *estar-ndo* e pode apassivar-se com eles, como em: “João vai ter comprado o livro”; “João vai estar estudando” e a forma “João vai comprar flores” que pode apassivar-se formando “Flores vão ser compradas por João.”

A autora faz ainda uma distinção entre dois tipos de *ir*, um que indica futuridade (ir1) e outro que indica movimento (ir2). Ao que parece ir1 não admite imperativo e ir2 sim, já que “Vá estudar!” é possível, mas “Vá saber a lição!” não é.

Câmara Jr. (2002) explica de maneira bastante clara e objetiva o que é o futuro, considerado como tempo verbal, obviamente. Diz ele “é o tempo verbal (v.) que situa um processo no futuro em relação a um dado momento” (CÂMARA JR. 2002, p. 122). Continuando, Câmara Jr. ainda fala da divisão do futuro em futuro do presente e futuro do pretérito; o primeiro corresponde a um processo que é indicado em relação ao momento em que se fala; o segundo corresponde a um processo que é indicado em relação a um momento anterior ao momento em que se fala. O autor acrescenta em sua definição que, em português, além da forma sintética, se pode construir o futuro de forma analítica.

É dessa mesma maneira que se encontra a definição de futuro na maioria dos estudos sobre tempos verbais; ou seja, o futuro é “o que está por vir” em relação ao momento em que se fala. Essa definição é um tanto vaga, mas é uma forma de não entrar em questões conflitantes.

É basicamente com esse conceito que a gramática tradicional opera, mas, como se verá nas definições coletadas abaixo, muitos autores revelam certa resistência em admitir que o futuro seja um tempo assim como é o passado e o presente.

Trazemos aqui alguns exemplos de como se encontra a questão do futuro em alguns manuais de gramática num intervalo de um século.

José Fialho Dutra (1898) nos traz considerações interessantes sobre a formação dos tempos verbais. Explica-nos que o tempo futuro “indica um porvir próximo ou remoto” (DUTRA, 1898, p. 132) e apresenta exemplos, exclusivamente, na forma sintética. No entanto, algumas páginas depois, o autor mostra também algumas construções de futuro de forma analítica, com o *haver* como auxiliar, como por exemplo, “*Ha de se arar a terra, ha de semear-se o trigo, ha de regal-o o céu, ha de amadurecel-o o sol, hão de colhel-o, suando, os segadores*” (op.cit. p. 136, 137).

A gramática de Cortesão (1907) apresenta a forma analítica da construção dos tempos verbais, embora o auxiliar fosse ainda o ***haver*** e não o ***ir***. Na página 23, o autor explica que os tempos verbais dividem-se quanto ao estado da ação, assim, podem ser: “imperfeito, perfeitos e por-fazer”. Nas palavras do autor “Os imperfeitos sam os que exprimem acção não acabada” e cita como exemplo “Eu estudava a lição quando tu chegaste”; “Tempos perfeitos, os que exprimem acção acabada no presente, no pretérito ou no futuro. Ex. Estudei a lição toda”. “Tempos por-fazer, os que exprimem acção começada na intenção e futura na execução. Ex. Hei de estudar a lição antes do jantar”.

Cortesão deixa bastante clara a distinção entre construções como ***estudarei*** e ***hei-de-estudar***. Segundo o autor, a primeira é claramente um ação futura, faz parte, portanto do “tempo perfeito”, contrapondo-se à segunda que se faz num “tempo por-fazer”.

O autor explica ainda que os tempos verbais podem apresentar-se de forma simples ou composta:

Os tempos dizem-se simplez quando sam representados por uma só palavra, como: louvo, louvava, louvasse; e compostos (ou locuções verbais) quando sam representados por mais que uma palavra, como: tenho louvado, hei de louvar, teria louvado, será louvado, terei sido louvado (CORTESÃO, 1907, p. 23)

Casteleiro (1975, p. 66) afirma que:

Quanto ao chamado futuro simples, quase não encontramos vestígios do seu emprego nas entrevistas recolhidas.(...) Na língua falada ele é substituído ou pelo presente do indicativo, como vimos, ou por perífrases verbais formadas pelos verbos auxiliares de tempo **haver de** + infinitivo ou **ir** + infinitivo. (CASTELEIRO, 1975, p. 66).

O autor ainda explica a diferença semântica entre os dois auxiliares:

Os dois auxiliares do futuro perifrástico não são aliás semanticamente equivalentes. **Haver de** implica em geral a idéia de futuro mediato, denotando por vezes cumulativamente um certo valor modal (obrigação ou probabilidade). **Ir** contém geralmente a idéia de futuro imediato de acção quase iminente. (CASTELEIRO, 1975, p.66).

Alguns manuais de gramática normativa introduzem a idéia do verbo IR como auxiliar, como se vê em Cunha e Cintra (2001, p. 397), os quais assumem que tal auxiliar aparece em duas situações:

- a- com gerúndio, indicando ações progressivas e/ou sucessivas e
- b- com infinitivo, como o caso que estamos tratando aqui, ou seja, para formar o futuro. No entanto, os autores acreditam que, nesse caso, o auxiliar não é utilizado com o intuito de formar futuro e sim “para exprimir o firme propósito de executar a ação, ou a certeza de que ela será realizada em futuro próximo” e mostram exemplos como: “Vou procurar um médico” ou “O navio vai partir”.

Quando explicam o uso dos tempos e modos, os autores não definem ou identificam a função dos tempos futuros, explicam apenas que “o futuro do presente e o futuro do pretérito são formados pela aglutinação DO INFINITIVO do verbo principal às formas reduzidas do PRESENTE e do IMPERFEITO DO INDICATIVO do auxiliar *haver*: amar+hei, amar+hia (por havia), etc.” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 393)

Em Nicola e Infante (1997, p. 111) encontramos que “as flexões de modo, tempo e voz são características do verbo” e acrescentam que o que caracterizam o modo indicativo é que a “atitude do falante é de certeza, o fato é ou foi uma realidade”; nada dizem quanto ao futuro.

Os autores apresentam, ainda, as conjugações verbais nas formas canônicas, citam como auxiliares os tradicionais: *ser*, *estar*, *ter* e *haver*. Não fazem

referência a qualquer possibilidade de formação de futuro com *ir* como auxiliar; no entanto, apresentam alguns exercícios, com construções como “(...) *vai ser concluído*” (NICOLA & INFANTE, 1997, p. 122-124) .

Em Faraco e Moura (1982, p. 228), lemos que os verbos auxiliares na construção de formas perifrásticas são os tradicionais “*ter, haver, ser e estar*”. Apresentam os tempos futuros do Indicativo conjugados na forma canônica.

Campedelli e Souza (2002, p. 489) explicam que o tempo futuro “indica a ocorrência futura de um fato (que ainda não aconteceu no momento em que se fala)”; citam como exemplos apenas construções sintéticas. Mais adiante, página 493, quando falam sobre locuções verbais, mostram um verso de Vinícius de Moraes: “**Hei de morrer** de amar mais do que pude”, sem, no entanto, esclarecer em que tempo está o exemplo.

Giansante (1998) cuja obra intitula-se “Tudo sobre verbos”, apresenta os tempos futuros conjugados na forma tradicional, apesar de fazer menção a uma forma composta a qual ele não explica. É, no entanto, interessante notar que o autor define o futuro do presente da seguinte forma: “ação que **vai acontecer**, com certeza, a partir de agora (pelo menos na intenção de quem fala)”(GIANANTE, 1998, p. 17).

Grifamos na citação acima a construção “vai acontecer” para reafirmar a idéia aqui defendida de que esta é, senão única, a forma mais utilizada para a construção do futuro, e é tão natural que, além de aparecer na escrita não é notada, nem mesmo dentro de um texto que se propõe a dizer “tudo sobre verbos”.

Cegalla (1966, p. 114) apresenta os verbos auxiliares SER, ESTAR, TER e HAVER. Em seguida o autor apresenta esses quatro verbos conjugados no que julga ser todos os tempos e modos existentes no português, a saber:

Indicativo: Presente, Pretérito Imperfeito, Pretérito Perfeito Simples, Pretérito Perfeito Composto, Pretérito Mais que Perfeito Simples, Pretérito Mais que Perfeito Composto, Pretérito Mais que Perfeito Composto, Futuro do Presente Simples, Futuro do Presente Composto.

Subjuntivo: Presente, Imperfeito, Perfeito, Mais que Perfeito, Futuro Simples, Futuro Composto.

Imperativo: afirmativo, negativo.

Infinitivo: a- Impessoal: Presente, Pretérito

b- Pessoal: Presente, Pretérito

Gerúndio: Presente, Pretérito

Particípio

Ao terminar de apresentar as conjugações possíveis, à página 119, o autor apresenta o texto “O Colega do Presidente”, sob o rótulo “Leitura”, no qual destaca em itálico alguns verbos. O texto parece funcionar como uma espécie de exercício de fixação mnemônica das formas verbais apresentadas. Transcrevemos o seu primeiro parágrafo.

“- Escuta Esmeralda, escuta... Nossa vida vai mudar. Olha para mim... E prosseguiu, enfático:- Acabo de descobrir que o Chefe da Nação *foi* meu colega!

A locução grifada “vai mudar” não foi destacada por Cegalla. Assim como Giansante (1998) que se propõe a escrever “tudo sobre verbos” e não trata de formas por ele mesmo construídas, Cegalla, não menciona nos vários modos de construção de tempos verbais uma construção que aparece no texto que ele próprio selecionou como exemplo.

Rocha Lima (1986, p.118) diz que os verbos auxiliares têm função de fazer expressar melhor certos aspectos “não traduzíveis pelas formas simples”. Diz, ainda, o autor que “são numerosos os *auxiliares* em Português”, nos quais inclui o verbo IR, mas não como auxiliar na formação do futuro, e sim em construções como “a tarde ia morrendo”. Apesar de reconhecer “numerosos auxiliares”, o autor mostra a conjugação apenas de TER, Haver e SER. O autor trata, ainda, (op.cit., p. 133, 134) dos verbos reflexivos, ou seja, conjugados com pronomes. Dos verbos reflexivos classificados pelo autor como do 2.º tipo, isto é, com pronomes, selecionamos os que aparecem com pronomes em posição mesoclítica. São os seguintes:

Futuro Simples do Presente (ajoelhar-me-ei)

Futuro Composto do Presente (ter/haver-me-ei ajoelhado)

Futuro Simples do Pretérito (ajoelhar-me-ia)

Futuro Composto do Pretérito – 1.^a forma (ter/haver-me-ia ajoelhado)

2.^a forma (tivera/houvera-me ajoelhado)

Como se percebe, as diferentes formas de se expressar o futuro e a dificuldade em se lidar com isso não são recentes. Cortesão, em 1907, já se ocupava com formas analíticas de expressão do futuro. No entanto, alguns manuais mais recentes, embora utilizem em seus textos, e mesmo em suas definições exemplos com a construção IR + VP, ou seja, a forma perifrástica, parecem ignorá-la no momento da classificação e definição “oficial” do futuro.

Sacconi (1989, p. 151) introduz o futuro, explicando que a flexão verbal de tempo “indica o momento ou a época em que se realiza o fato. São três tempos: o presente, o pretérito (o mesmo que passado) e o futuro. Somente o pretérito e o futuro são divisíveis”. Ele volta a falar do futuro e diz que esse tempo se divide em futuro do presente e futuro do pretérito, sendo este o antigo condicional. Sacconi explica como se conjuga o futuro do presente: “A primeira pessoa do singular do futuro do presente do indicativo termina sempre em **rei**, em qualquer conjugação: cantarei, amarei, venderei, comerei, partirei, mentirei.”.

Cipro Neto e Infante (2000, p. 192) assim definem o futuro do presente: “o futuro do presente simples expressa basicamente processos tidos como certos ou prováveis, mas que ainda não se realizaram no momento em que se fala ou escreve”, como em “Estarei lá no próximo ano.”.

Os autores mostram outros usos do futuro:

- valor imperativo: “Não furtarás!”
- valor imperativo mais brando: “Pagarás quando puderes.”
- dúvida ou incerteza: “Ela terá atualmente trinta e cinco anos.”
- circunstância de condição: “Se tiver dinheiro, pagarei à vista.”

Os autores mencionam a forma perifrástica e assim a apresentam: “O futuro do presente simples é muito pouco utilizado na linguagem cotidiana. Em seu lugar é normal o emprego de locuções verbais com o infinitivo, principalmente as formadas pelo verbo ir.” Como em “ Vou chegar daqui a pouco.”.

Também Terra e Nicola (2001, p. 36) explicam que o futuro do presente “expressa uma fato posterior ao momento em que se fala, tomando-o como certo, ou provável” como em “Amanhã os campeões desembarcarão no aeroporto”

Os autores acrescentam que o mesmo tempo é usado para exprimir:

- dúvida ou incerteza sobre os fatos atuais. “Será que ela ainda se lembra do meu endereço?”
- desejo ou ordem, com valor de imperativo. “Não matarás”

Os autores registram a forma perifrástica explicando que é um tipo de locução empregada na linguagem atual. Acrescentam que tal forma serve para indicar uma ação futura imediata: “Amanhã vou entregar os trabalhos”.

O que vemos nessa seção é que as gramáticas trazem poucas explicações e algumas sequer se lembram da forma perifrástica de futuro, mas há em boa parte delas a preocupação em relação ao que vem a ser o futuro, no sentido de não ser um tempo vivido, experimentado, parte do mundo real, como o presente e o passado.

Essa falta de clareza não é, exclusivamente, uma “falha” dos manuais de gramática, mas sim é da própria natureza do futuro não ser muito bem definido; não há nem mesmo uma certeza absoluta de que o futuro seja um tempo (conforme discutimos na seção 5).

Não estamos com isso dizendo que as gramáticas não poderiam ser um pouco mais esclarecedoras sobre as formas de se expressar o futuro, mas, para aquele que deseja entender o que realmente acontece com esse tempo, é necessário algum conhecimento complementar. É com essa intenção que apresentamos as próximas palavras, dedicadas à observação da trajetória da expressão do futuro português.

4.2- UMA BREVE HISTÓRIA DO PASSADO E DO PRESENTE DO FUTURO PORTUGUÊS

Os verbos têm isso que são sempre seres vivos. E como seres vivos eles sofrem essa lei

natural que faz os mais fortes engolirem os mais fracos.

Mário de Andrade
Táxi: Literatice – 16.10.1929

Mattos e Silva (2001, p. 36), fazendo um estudo da morfologia do verbo português desde seu período arcaico, apresenta um quadro resumo que transcrevemos na íntegra para facilitar nossa compreensão sobre as transformações por que passaram os verbos.

Antes, porém, convém entendermos melhor alguns pontos que destacamos no quadro.

Em latim, os verbos eram divididos em dois grandes grupos que marcavam aspecto: o *perfectum* e o *infectum*, enquanto o português apresenta modos: o Indicativo e o Subjuntivo. O *perfectum* e *infectum* latinos marcavam, respectivamente, o feito, o concluso e o inconcluso, o inacabado, o não feito.

Câmara Jr. (1975, p.129) observa que a distinção de aspecto no latim era marcada morficamente de maneira variada: os tempos do *perfectum* tinham marca formal: no interior da extensão vocabular do verbo podia ser acrescida uma partícula, entre o radical e os morfemas, como mostram alguns exemplos: o *u* de *coluit*, do verbo *colit* (colher); em outros verbos a marca poderia ser a reduplicação da sílaba inicial da raiz, como em *cucurrit*, do imperfeito de *currit* (correr); havia ainda a possibilidade de alternância vocálica na raiz do verbo: *fēcit*, do imperfeito *fācit* (fazer).

Essas regras podem parecer estranhas à primeira vista, já que nos acostumamos a ver nossas marcações nos morfemas, mas na verdade tais regras nos são bastante familiares. Não conhecemos em português a regra que duplica a sílaba inicial da raiz verbal, mas as outras duas regras podem ser encontradas nas chamadas formas arrizotônicas, fenômeno que pode ser interpretado como algum resquício daquela regra latina. Em português, a depender da conjugação, o verbo pode apresentar em alguma pessoa, em algum tempo uma forma na qual a raiz é diferente da sua forma infinitiva, seja a alteração de um som, como *eu durmo*, do

infinitivo *dormir*, seja a inclusão de uma vogal, como em *eu caibo*, do infinitivo *caber*, *que eu saiba*, do infinitivo *saber*.

Outro ponto a ser destacado sobre o quadro é a diferença entre as duas modalidades do latim: o clássico e o vulgar.

Câmara Jr. (1975, p.130) explica que no latim vulgar não havia o futuro, como no clássico, a forma *amabo*, e acrescenta que, de maneira geral, não é comum na modalidade coloquial de qualquer língua a conjugação do futuro propriamente dito. Diz ele que o futuro

resulta de uma elaboração secundária, de ordem puramente intelectual e o emprego de um tempo futuro, rigorosamente dito, depende de condições especiais de comunicação lingüística, quando pautada por mais um raciocínio objetivo do que por um impulso comunicativo espontâneo. Para este, a noção de futuro está intimamente associada à dúvida, ao desejo, à imposição da vontade e funciona a rigor na categoria de modo. (CÂMARA JR, 1975, p.130)

As explicações de Câmara Jr. são, a nosso ver, bastante pertinentes e voltaremos a elas em nossas análises. Vejamos, enfim, o referido quadro.

Modo	Lgs	Latim		Português		Latim		Português	
	.								
	As pec	Infectum		-		Perfectum		-	
	Temp			Temp		Temp		Temp	
Indicativo	Pre s.	AMO	AMO	Pre s.	Pre s.	AMAVI	AMEI	Perf.	
	Pret .	AMABAM	AMAVA	Imp.	Pret .	AMAVRAM	AMARA	Mais perf.	
	Fut.	AMABO (amare habeo)	AMAREI	Fut. Pre s.	Fut.	AMAVERO AMARIA (amare habebam)		Fut.pr et.	
Subjuntivo	Pre s.	AMEM	AME	Pre s.	Pre s.	AMAVRIM			
	Pret .	AMAREM	AMASSE	Imp.	Pret .	AMAVISSEM			
		-		Fut.					
		AMAR							

O comentário que Mattos e Silva (2001) faz em relação ao exposto no quadro é que o verbo é “um vocábulo eminentemente flexional”, isto é, apresenta

em sua extensão vocabular algumas marcas como o Morfema Modo Temporal (MMT) e Morfema Número Pessoal (MNP).

A autora observa entre o latim e o português arcaico algumas mudanças no padrão verbal, tais como:

- 1- a oposição aspectual deixa de ser marcada morfologicamente;
- 2- a oposição temporal, no modo indicativo ocorre na oposição presente/passado (no passado há distinção de perfeito/concluso e imperfeito/inconcluso);
- 3- sobre o futuro observa-se que a forma do presente pode ser usada para indicar futuro.

No romance não aparecem mais os futuros perfectivos e imperfectivos registrados no latim. O que há então é uma expressão, constituída com o verbo principal no infinitivo seguido de “habēre”, no presente do indicativo, o qual, como dito acima, indicava futuro, formando locuções como “amare habeo” e “amare habeban”, que correspondem aos atuais *amarei* e *amaria*, respectivamente.

De forma resumida, o que ocorreu, segundo Mattos e Silva (2001, p. 46) foi que os MMT *re/ra* do futuro do presente, e mesmo o *ria*, do futuro do pretérito, registrados no período arcaico são resultado da gramaticalização de “habēre” posposto ao infinitivo de qualquer verbo, para indicar presente e, posteriormente foi utilizada também para indicar futuro.

Aqui o que temos, na verdade, já é um processo de gramaticalização num estágio avançado, tanto que o *r* do infinitivo do verbo já passa a fazer parte do então morfema, que é, na verdade, o verbo *habēre*.

Teyssier (1997, p. 19, 20) lembra que a evolução da morfologia e sintaxe ocorreu de forma semelhante entre as línguas românicas. Nesse período, na fase dos romances, as formas perifrásticas se tornam mais comuns, substituindo as sintéticas. Assim, o futuro simples é expresso por uma perífrase formada com o auxiliar **habēre**, isto é, uma forma como **amabo** passa a **amare habeo**. Essa, entre outras alterações no sistema verbal é interpretada por Teyssier como uma simplificação no sistema verbal, o que obviamente, refere-se à redução no número de formas distintas.

Por essa breve revisão diacrônica, percebemos que nossa argumentação poderá encontrar reforço na pré-história da língua portuguesa. Na fase histórica do português, o verbo haver (*habēre*) já se encontra aglutinado ao verbo nuclear. Nessa fase da língua, portanto, ele já passa a ser percebido como morfema. Devemos então voltar mais um pouco no tempo e observar a formação do futuro ainda antes do aparecimento do português.

Para uma melhor visualização das transformações diacrônicas pelas quais passou o futuro do presente, pelo menos desde que temos registro, transcrevemos, novamente o gráfico de Silva (2002, p. 65), já apresentado na página 37, mas desta vez para observarmos que o processo de não é exclusividade do português, mas ocorre também na transformação do latim ao espanhol, até porque, como citamos acima, de acordo com Teyssier (1997) as línguas românicas tiveram sua sintaxe evoluída de forma muito semelhante entre si, sobretudo, o espanhol em relação ao português.

Estrutura	Forma	Estágio da língua
Fase diacr. 1	anal. ama-bhu sint. amabo	Indo-Europeu Latim Clássico
Fase sincr. 1	Amabo/cantare habeo	Latim tardio
Fase diacr. 2	anal. cantare habeo sint. Cantaré	Latim falado tardio Românico
Fase sincr. 2	Cantaré/voy a dormir	Românico moderno
Fase diacr. 3	anal. voy a dormir sint. Yo vadormir	Românico contemp. (Esp.) Dial. Espanhol americ. contemp.

O que o quadro mostra é exatamente o que observa Fleischman (1982, p.32) sobre o fato de as formas de se expressar o futuro se alternarem em sintética e perifrástica ao longo da história. A primeira forma de futuro registrada no Latim **amabo** vem de seu ancestral Proto Indo Europeu, **ama-bhu**. Fleischman

(op. cit.) observa também que no Proto Indo Europeu não havia formas específicas para o futuro; esse tempo verbal era expresso por meio de advérbios e outras categorias que pudessem trazer a noção de futuro.

Parece que estamos vendo mais uma vez a natureza virtual, abstrata do futuro atuando no sistema lingüístico, o que implica nos processos de variação. Fleischman (1982, p. 20) alega que tudo o que podemos afirmar em relação ao futuro são crenças e não conhecimento. Assim, o papel do falante é crucial na construção, na elaboração da expressão do futuro, pois a realidade virtual sobre aquele tempo está mais na convicção que o falante tem em relação ao evento do que do acontecimento do evento em si, já que todos reconhecem que não há qualquer garantia sobre sua realização ou a efetivação de sua realização.

E assim, por essa constante reformulação que o homem faz em relação ao futuro e/ou em relação ao seu próprio futuro, a expressão do tempo em português (e em outras línguas também) está presa nesse ciclo, que avalia e, conseqüentemente, coloca de maneira incessante as formas de futuro em análise, provocando a alternância entre formas analíticas e sintéticas; ou seja, a imagem que vemos no quadro de Silva (2002), juntamente com observações de estudiosos, nos permite afirmar mais uma vez, que, no que concerne às formas simples ou compostas no sistema de conjugação verbal no português, o padrão é cíclico: as formas sintéticas e analíticas vêm se alternando ao longo de sua história, desde os primeiros registros, ou mesmo antes deles, como se vê na reconstrução do Proto Indo Europeu.

Para Said Ali, “as línguas românicas ficaram **privadas**³ das formas de futuro no indicativo que possuía o idioma latino” (SAID ALI, 2001, p. 111). O autor explica que essa falta teria sido suprida com o presente do verbo *haver*, de cuja aglutinação com o verbo principal resultou o atual futuro sintético.

Quando mencionamos que uma forma sucede outra, não estamos ignorando o fato de que antes do desaparecimento de uma delas houve algum período de convivência, de co-existência entre pelo menos duas formas - uma

³ Grifo nosso.

conservadora e uma inovadora - conforme nos tem mostrado a literatura sociolinguística por meio dos diversos trabalhos sobre variação. Assim, assumimos que, por um longo período, até que uma forma desaparecesse, ou fosse menos utilizada, ou utilizada em contextos específicos, conviviam, para exprimir o futuro, pelo menos duas formas: uma sintética e outra analítica.

Podemos, então, concluir que a privação de que fala Said Ali é somente em relação à forma do futuro e não de seu sentido, já que não seria funcional que em algum momento da língua, em qualquer de seus estágios ela ficasse privada de exprimir algo, e assim tivesse sido impedida de expressar o futuro. A história mostra que o futuro tem sido sempre uma variável, ou seja, não faltam formas de expressão de futuro, ao contrário, há sempre mais de uma forma para expressá-lo.

A língua não falha quanto a isso, ou seja, em querer dizer algo e conseguir dizê-lo. Na seção 3, em que apresentamos “O tempo” discutimos isso: de uma forma ou de outra as línguas identificam, traduzem e marcam o tempo e sua relação com o agora, eventos anteriores e posteriores. Não aconteceria de forma diferente em uma língua que já possui um sistema de marcação definido dessa entidade.

Fleischman (1982, p. 40) verifica que a variação das/nas formas de expressão do futuro ocorre não só no Proto Indo Europeu e no Latim, mas também no Sânscrito, embora, segundo a autora, e isso veremos em maior profundidade nas análises, possa haver alguma diferença de ordem semântica entre as duas formas, pelo menos no estágio inicial de sua co-existência.

Uma outra conclusão que a observação do quadro acima nos permite é que a forma do presente, ao longo da história tem aparecido para exprimir o futuro; como é possível fazer no português brasileiro atual, em uma frase como: “***Eu viajo no mês que vem***”, onde a futuridade não é expressa no verbo, mas não fica comprometida, já que a locução adverbial “no mês que vem” não deixa qualquer dúvida quanto ao tempo futuro da ação anunciada.

Isso pode ter ocorrido também no Proto Indo Europeu, que, pelo que se pode deduzir, não possuía uma conjugação verbal específica para a marcação do futuro. A expressão do futuro se fazia por meio de termos ou expressões fora do

verbo, as quais, associadas a ele, ao verbo, indicavam também aspecto; daí Fleischman (1982, p. 32) conclui que no Indo Europeu, o tempo não se constituía como uma categoria gramatical. Naquele estágio da língua (ou naquela língua), o futuro, da mesma forma como ocorre no PB atual, se fazia perceber por verbos no presente, mas, de duas formas:

- uma forma sintética do subjuntivo (para um futuro mais próximo);

- uma forma analítica optativa (para um futuro mais remoto)

Fleischman (1982, p. 165) explica que há controvérsias sobre essas duas formas, pelo fato de serem modos discretos (original: *discrete moods*) no Indo Europeu. A idéia é que o subjuntivo expressava primeiro a idéia de futuridade, como o *will* inglês e o futuro sintético português e o optativo expressava primeiro a idéia de potencialidade, como o *wish* inglês e o *haver de* português.

A diferenciação semântica entre as duas variantes de futuro do Indo Europeu, segundo a autora, não teria passado para o latim, mas há fortes evidências, como pretendemos demonstrar nas análises, de que as variantes do futuro, sempre uma sintética e outra perifrástica, seja no latim antigo (tardio), seja no português, além de expressarem o futuro, carregam, no início de sua co-existência, alguma informação semântica diferente.

Daquelas duas formas de futuro no Indo Europeu apresentadas acima, uma sintética do subjuntivo e outra analítica optativa, passou para o latim a forma sintética, um verbo único, do tipo *amabo*, conforme se vê no quadro 2, na fase diacrônica 1, do latim clássico.

Como acontece nos processos de mudança, antes que a forma sintética *amabo* dividisse seu lugar com a perifrástica *amare habeo*, no latim tardio, fase sincrônica 1, de acordo com o quadro 2, houve um período em que as duas formas eram concorrentes.

Os motivos das sucessivas alterações no padrão de conjugação verbal são já há muito tempo objeto de investigação, e até o momento não se chegou a um termo, mas alguns estudiosos mostram o que pode ter acontecido na passagem de uma variante a outra.

O caso da aglutinação de “habeo” ao verbo nuclear é o momento que mais nos interessa. Para Silva (2001, p. 63), a questão é morfossintática: *habēre* conjugado passou a ser pronunciado “ai”, dando origem a formas como *chanter ai*, que por sua vez, foi segmentado da seguinte forma: **chant** (radical) + **e** (vogal temática) + **r** (MMT) + **ai** (MNP). Desse ponto em diante o “ai”, o antigo verbo “habeo”, que funcionava como verbo principal passa a auxiliar, mas pela redução fonológica sofrida, surge a possibilidade de aglutinar-se ao verbo principal e dessa forma passa para a escrita; os dois verbos passam a ser percebidos como uma palavra só e, portanto, o “ai” é reconhecido não mais como um verbo auxiliar e sim, como um morfema, que carrega as marcas de pessoa e número. A segmentação apresentada por Silva é exatamente a que tem sido considerada, mas aqui a rejeitamos, conforme apresentamos na introdução deste trabalho.

Para Câmara Jr. (1975), a motivação inicial desse processo de transformação que culminou numa forma sintética de futuro foi de ordem sonora; ocorreu, então, por evolução fonética, numa espécie do que se tem chamado de acomodação fonética, sem qualquer motivação gramatical. Mas mesmo considerando que a transformação tenha tido início por razão diferente, a segmentação se faz do mesmo modo, ou seja, rad+VT+MMT+MNP, onde o **r** faz parte do morfema (MMT) e não da raiz.

Dizemos que rejeitamos tal posição porque, para nós, está claro que não estamos tratando de um vocábulo, mas sim de dois, o verbo nuclear e o verbo auxiliar, que podem ser intercalados por um clítico, que desta forma constitui uma mesóclise.

Câmara Jr. (2002) descreve o auxiliar como “qualquer vocábulo de significação gramatical, que forma locução com um vocábulo de significação externa para situá-lo numa dada categoria gramatical, ou numa dada relação sintática” (CÂMARA JR. 2002, p. 64) e ainda acrescenta que pode ser também “qualquer vocábulo que é morfema categórico ou relacional. Muitas vezes trata-se de um vocábulo de significação externa que sofreu gramaticalização em todos ou alguns de seus empregos” (op. cit. p. 64).

Como se percebe, o que diz Câmara Jr. aplica-se perfeitamente ao auxiliar, o verbo *habēre*, tratado pela gramática como morfema e também ao *ir*, auxiliar do futuro, classificado pelo autor como auxiliar ocasional.

Por essa breve revisão panorâmica na trajetória do futuro, percebe-se que ao longo da sua história vão sendo escolhidos os auxiliares que melhor traduzem a expectativa do homem em relação ao futuro, variando com maiores ou menores graus de comprometimento.

Até esse momento da história do futuro, houve sempre um período de análise e no final dessa análise ou da forma analítica teria surgido uma forma sintética. O fato de o auxiliar *ir* se colocar, desta vez, à esquerda do verbo principal pode dificultar um pouco o processo de aglutinação do auxiliar ao principal, no entanto, a aglutinação não é impossível, já que se registra no espanhol americano: *Yo vadormir*.

Como se pretendeu mostrar aqui, a constante alteração da forma de expressão do futuro, que é o tema tratado sob vários aspectos em todas as seções deste trabalho, não se dá apenas na forma; ela envolve todos os níveis de um sistema lingüístico e, entre tantas discussões que provoca, sobretudo pela incerteza que lhe é inerente, traz o questionamento sobre o que vem a ser realmente o futuro. Ao tratarmos do futuro estamos nos referindo a um tempo ou a um modo?

É o que discutiremos na próxima seção.

5 - FUTURO: A INCERTEZA QUE TRAZ CONSEQÜÊNCIAS LINGUISTICAS

O Modo Indicativo, que reúne em português sete tempos, privilegia a noção de tempo, ou seja, procura localizar eventos no passado, no presente e no futuro, ao contrário dos modos Subjuntivo e Imperativo, que não têm como função principal a expressão de um tempo. Assim, abrigado sob o teto do modo Indicativo, sem maiores questionamentos, o futuro (do presente e do pretérito) tem sido interpretado, à primeira vista, como um conjunto de expressões que indicam tempo, um tempo que ainda não chegou, mas, indubitavelmente, um tempo.

Do ponto de vista da Lingüística, no entanto, o assunto não é tão simples, o futuro não é tão facilmente interpretado como um tempo, ainda que possa ser explicado que se trata de um tempo que se localiza depois do presente. Assim, o tema tem sido alvo de muitas discussões, questionamentos e conseqüentes pesquisas, que se fazem com o objetivo de elucidar a questão e responder se o futuro é um tempo ou um modo.

Não resta dúvida de que parte da complexidade e dificuldade que permeia o tema, ou seja, de definir, classificar e localizar o futuro, se deve a seu caráter abstrato, virtual, sobre o qual já se falou várias vezes neste texto.

Além dessa dificuldade natural, muitas vezes se inicia um estudo sem se levar em consideração que futuro não é a mesma coisa que formas de expressão do futuro em determinada língua. Definir o que vem o ser o futuro é parte das tarefas da física, da cosmologia, da astrofísica, ou áreas afins, mais exatas, ao passo que definir como se pode “falar” o futuro cabe à lingüística, à filosofia, enfim, às ciências sem a preocupação com a exatidão, com o absoluto. Deverá existir sempre clareza em relação a isso, porque futuro e futuro nas línguas, isto é, a materialização da expressão do futuro em determinada língua não são duas coisas que se separam com muita facilidade, mas são duas coisas bastante distintas, em qualquer língua que se queira observar.

Fleischman (1982) explica que o futuro, é ao mesmo tempo, uma categoria gramatical e ontológica, e por ser ontológica se gramaticaliza em todas as línguas

de formas distintas, todas as línguas são capazes de falar sobre eventos ainda não ocorridos, não vividos, portanto, (ainda) não reais.

Alguns estudos têm concebido o futuro como uma categoria de tempo secundária. Tais estudos se baseiam no fato de que existem línguas nas quais não há um paradigma de futuro explícito. As línguas encontram alternativas fora de um sistema de marcação formal para expressar eventos que devem ocorrer depois do agora.

Fleischman (1982, p. 22) afirma que apenas um pequeno número de línguas possui algum mecanismo que pode ser realmente interpretado como designativo de tempo futuro; diz a autora que o que se costuma ver nas línguas são estratégias para se apontar fatos localizados em momento posterior ao momento da fala, mas em geral, as línguas apresentam uma gramática com um paradigma explícito de futuro, ou pelo menos assim denominado.

A autora observa, ainda, que as formas verbais conhecidas sob o rótulo de futuro têm duas outras importantes e distintas funções: uma dêitica e uma modal. A primeira situa o evento no discurso; a segunda indica algo como a realidade, a certeza em relação ao que se anuncia.

Podemos nos demorar um pouco mais sobre as duas funções observadas pela autora, e ousar propor que elas, se analisadas com um pouco mais de profundidade, não seriam exatamente “outras” funções além de marcar o tempo futuro simplesmente porque marcar o tempo futuro pode ser justamente isso. O futuro pode ter como função inerente, mais que isso, pode exigir, as duas funções mencionadas por Fleischman; ou seja, relatar um fato que ainda não é real, que ainda não se tornou conhecido pelo mundo, é, necessariamente localizar-se e localizá-lo -o evento- no tempo, e simultaneamente revelar uma expectativa e/ou um comprometimento que se tem em relação àquele tempo ou àquele evento no tempo.

Há ainda um outro fator que deve ser mencionado aqui no sentido de reforçar a alegada dificuldade que se tem em torno da definição do futuro: as observações sobre a exata função do futuro não podem ser universais, genéricas, porque as línguas marcam o tempo e o futuro de maneiras distintas.

Há línguas que marcam o tempo futuro morfologicamente, com um verbo, outras marcam o futuro lexicalmente. Isso parece significar que cada língua, ou pelo menos cada grupo de línguas, merecerá um estudo diferenciado sobre sua forma de expressar o futuro; a partir da observação individual é que se passa à discussão sobre ser a forma de futuro tempo ou modo. O que se verificará e concluirá em determinada língua não será necessariamente estendido a outras, ainda que tenham entre si um grau de parentesco aproximado pois as diferenças se dão em vários níveis, entre eles o pragmático/discursivo e isso pode implicar em multiplicidade de intenções, mesmo entre línguas com gramáticas muito próximas.

Por essas breves observações, evidenciam-se as dificuldades em se definir o que seja realmente a expressão do futuro, ou o que significam, no caso do português, verbos ou locuções conjugadas nesse tempo gramatical. Some-se a isso o fato também assinalado por Fleischman (1982) de que as crianças aprendem o passado e o presente muito antes de aprenderem o futuro, talvez pelo fato de o futuro não existir no mundo perceptível, no mundo real, no mundo experimentado do universo infantil.

Lyons (1979) é um dos estudiosos que reconhece a dificuldade que se tem em tratar do tempo, sobretudo em relação ao futuro. Reconhecemos o passado e o presente como realidades experimentadas, vivenciadas, o que não se pode dizer sobre o futuro, tanto que, para Lyons, o futuro é mais um modo do que um tempo, mas é preciso salientar que a observação deste pesquisador se faz em relação ao inglês.

Temos na afirmação do estudioso respaldo para nossa argumentação sobre a individualidade de cada língua, já que ele observa especificamente o inglês, e junto com a mesma afirmação, Lyons também declara que há embutido no futuro as duas funções: a de indicar modo e a de indicar tempo. Ele afirma que o futuro “é uma noção em que se cruzam as distinções de modo e tempo” (LYONS, 1979, p. 23), mas deixa claro que no inglês o modo é mais evidente.

Fleischman traz as afirmações de dois estudiosos que diferem das de Lyons. Wekker (1976, apud. FLEISCHMAN, 1982) diz que, no inglês, o futuro

perifrástico formado com o auxiliar *will* pode apresentar várias nuances de significado, mas “*will is essentially a marker of future time*”. Chomsky (1971, apud. FLEISCHMAN, 1982) dirá que no auxiliar *will* há uma insinuação de volição. As afirmações dos dois estudiosos, se somadas, nos permitiriam uma afirmação simples e muito objetiva: o futuro é volitivo.

Tal conclusão facilitaria a percepção sobre o *will* ser o futuro sem a necessidade de ter de separar do futuro a idéia de compromisso, promessa, volição, expectativa, entre outras, o que gera o envolvimento com a questão do modo. Poderíamos então concluir que o futuro tem como primeira idéia, embora não necessariamente como principal, a noção de um tempo, mas sua intrínseca característica virtual traz consigo uma nuance de modalidade, ou, como afirma Fleischman, citando Fries (1927, p. 94), há uma certa coloração modal que é uma consequência inevitável quando se pensa em futuro. Fleischman acrescenta que, por essa razão, em muitas línguas o futuro é percebido mais como modo do que como tempo, e assim vemos mais uma vez reforçada nossa afirmação sobre a individualidade do futuro nos sistemas lingüísticos.

A autora, considerando o futuro como uma categoria gramatical, destaca nele duas características:

- 1- a marcação global do futuro em relação ao passado e ao presente;
- 2- a notável instabilidade das formas de futuro.

Dentre as duas características a segunda é observada em quase todas as línguas que operam com paradigma de futuro e em todas se verifica a propensão rumo à mudança semântica. As formas começam como modais ou aspectuais e em algum momento assumem valor temporal. Num segundo estágio, a forma com função de futuro recebe outras colorações, as quais podem até mesmo se sobrepor ao valor temporal.

Silva (2002) acredita na influência da semântica sobre a morfossintaxe no processo de constante renovação das formas de futuro; para ele “as formas que, em primeiro lugar, expressam temporalidade são sintéticas e as que indicam modalidade são analíticas.” (SILVA, 2002, p. 65).

Vamos aqui nos permitir afirmar que, quando alguns estudiosos afirmam que o futuro não é um tempo, mas sim um modo, podem estar querendo dizer que a construção de futuro a que se referem é que traduz um modo e não um tempo. Com isso queremos dizer que, em alguns casos, uma certa construção do futuro pode estar relacionada prioritariamente a um modo e outras construções abrigadas sob o mesmo paradigma traduzem, como informação principal, uma ação relacionada a tempo, um tempo virtual, algo que ainda não se concretizou, mas, sem dúvida um tempo, o tempo do porvir, portanto, o que reconhecemos como futuro.

O que ocorre, então, é que, às vezes, a noção de modalidade é mais perceptível do que a de tempo, o que ocorreria, segundo Silva (2002) por causa dos “elementos de incerteza inerentes a qualquer evento ou estado de coisas futuras” (SILVA, 2002, p. 48)

Apesar de toda a complexidade que gira em torno de ser um futuro um tempo ou um modo ou um entre lugar tempo/modo, podemos perceber pelo que foi discutido até aqui, sobretudo na seção em que tratamos da auxiliabilidade, que o auxiliar tem grande influência na formação do tempo que se convencionou a chamar de futuro; ou seja, a escolha do auxiliar que será empregado nas perífrases para designar um evento ainda não ocorrido pode apresentar funções variadas. Assim, cada língua merecerá um estudo específico e constante, ou pelo menos cada vez que um sistema lingüístico altera o auxiliar de futuro.

Embora esteja claro que a incerteza é da natureza do futuro, a virtualidade é uma característica essencial do futuro, nem por isso, na mente do homem, ele deixa de ser um tempo, um tempo que ainda não passou, nem está passando, mas que de alguma forma existirá em algum momento, ainda que desconheçamos como isso se dá. No entanto, não se pode ignorar também que quando o futuro acontece, ele, automática e naturalmente, deixa de ser futuro. Sabemos que, assim como o exato momento deixa de ser presente e passa a pretérito, o que está vindo, vem de um futuro e passa a presente, por isso é que Santo Agostinho diz que só o presente existe realmente.

Futuro é, pois, um construto, refere-se a um tempo, mas não chega a sê-lo, simplesmente pelo fato de “não ser”; porque quando ocorre, quando se efetiva, já não é mais futuro; é praticamente um paradoxo, e por isso pode até ser tratado na(s) língua(s) mais como um modo do que propriamente um tempo.

Isso é ilustrado pela língua quando, para exprimir o futuro, utilizamos formas verbais no presente, como em “Amanhã eu **faço** isso”. Além dessa forma, o *ir* como auxiliar de futuro também se conjuga no presente, como em “Amanhã eu **vou** fazer isso”. A própria forma sintética “Amanhã eu farei isso” tem no **ei** a evolução do *habeo*, que também é uma forma conjugada no presente. Isso confirma a posição daqueles estudiosos que afirmam não haver futuro.

Câmara Jr (1956/1957), citado por Fleischman (1982, p. 24), apresenta uma proposta que, se analisada com profundidade, poderia “acalmar” a discussão, para o estudioso existem três tipos de futuro, ou de interpretações para expressões de futuro: (i) o modal, que é o futuro apenas como modo; (ii) o modo-temporal, que é o tempo futuro com coloração modal e o (iii) temporal, que é a simples expressão do futuro.

Fries (1927, apud. FLEISCHMAN, 1982) diz que nas línguas que possuem o futuro como categoria, haverá sempre as nuances temporal e modal em torno desse termo e acrescenta que em muitas línguas se percebe mais a característica modal do que a temporal das formas ditas de futuro.

Para Silva (2002) está claro que, no momento ou na fase em que o futuro se apresenta em sua forma analítica, reconhece-se maior indicação modal; na fase em que se temporalizam tornam-se sintéticas, ou seja, para ele as formas sintéticas são mais temporais e as analíticas são mais modais, como já mencionamos mais acima

Fleischman não faz distinções entre as várias formas de se expressar o futuro, mas afirma que o fato de o futuro agregar as funções de tempo e modo nas línguas que possuem o paradigma explícito de futuro torna o futuro como tempo mais evidente e a função modal fica relegada a segundo plano.

Vimos, por todas as considerações feitas acima, que a questão sobre ser o futuro um modo ou um tempo continua criando divergência entre estudiosos, embora todos percebam as colorações modais e temporais envolvendo o futuro.

Parece-nos claro que a questão sobre ser o futuro tempo ou modo é infundada, pois é nítida a conclusão de que, às vezes, as formas de futuro exprimem um tempo futuro, às vezes um modo, por vezes os dois. Tal questão deve persistir, não para que se chegue a uma resposta definitiva, a qual provavelmente não virá, mas porque há, em qualquer língua, a variação das nuances temporal e modal, portanto, é bastante plausível pensarmos num entrelugar para o futuro.

Há ainda uma outra questão por traz dessa: o porquê de as idéias de tempo, modo e tempo-modo se expressam sob uma mesma forma verbal reconhecida como sendo de futuro.

E por que a forma de futuro geralmente é conseguida por meio de um verbo no presente? Ou seja, deve-se perguntar por que o português (ou outra língua) não desenvolve e fixa uma forma diferente para cada intenção.

A resposta seria que a língua fixa sempre duas formas, e aí temos a explicação para a constante alternância entre as formas analítica e sintética do futuro. Das duas formas uma exprime mais modo, outra mais tempo.

Surge, então, outro questionamento: por que, então, ao final de algum tempo, uma forma começa a assumir o papel da outra?

A nosso ver essas perguntas não podem deixar de ser consideradas no momento em que se discute o que é o futuro.

Após temos discutido, ou pelo menos, lembrado da discussão sobre o que é o futuro, já que não pusemos termo à discussão, passamos a relatar como ocorreu a seleção do material que serviu para ilustrar nossos argumentos, nossas considerações. Passemos, pois, à justificativa da escolha de nosso corpus.

6- A CONSTITUIÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE E ILUSTRAÇÃO

Esta brevíssima seção, quase um parênteses, ocorre neste ponto do texto para apresentarmos a justificativa da escolha de nosso corpus. Vamos a ela.

Nossa intenção neste trabalho não é analisar como, em que circunstâncias ou quais fatores lingüísticos (internos) ou extralingüísticos (externos) estariam contribuindo para a ocorrência ou frequência daquela forma que aqui denominamos nova modalidade de mesóclise. Como já esclarecido, nosso intuito é simplesmente apresentar a idéia de que a seqüência “*auxiliar + pronome + verbo principal*” consiste, do ponto de vista da colocação pronominal no mesmo que “*verbo principal + pronome + auxiliar*”.

Como a referida colocação pronominal nada mais é do que a conseqüência do re-arranjo da forma de futuro, é a construção dessa forma, a analítica de futuro, que pretendemos apresentar aqui.

Julgamos que para isso não é necessário um exaustivo material de análise. Isso seria enfadonho, além de desnecessário e até redundante. Dizemos isso porque muitos trabalhos já foram realizados em torno da gramaticalização do futuro, aliás, esse é o exemplo mais utilizado para se explicar, ilustrar e provar o fenômeno de gramaticalização. Considerando isso, trazemos um pequeno recorte no tempo, mais para ilustrar e exemplificar casos distintos e, a partir daí, apresentar um fato, um fenômeno lingüístico com a denominação de mesóclise.

Segundo Tarallo (1993), o português brasileiro apresenta no século XIX, ou melhor, na passagem do século XIX para o XX, profundas alterações. Considerando tal afirmação, podemos supor que seja provável que se verifique nesse período e naquele que o antecedeu imediatamente, ou seja, século XVIII, as oscilações próprias de um momento, segundo o autor, caótico, em que decisões importantes estão sendo tomadas em relação ao sistema lingüístico em uso e que se perceba aí algumas motivações para que a referida escolha se cristalizasse

Nosso *corpus* é, por isso, constituído por produções escritas nos séculos XVIII e XIX Trata-se de anúncios de jornais e cartas oficiais e familiares (BARBOSA & LOPES, 2006; LOPES, 2005; SIMÕES & KEWITZ, 2006).

Justificamos que, embora não ignoremos as indicações de estudiosos da área de que os trabalhos sobre gramaticalização devam ser feitos com base em *corpora* diversificados, pois, quanto maior a variedade de gênero, maior a possibilidade de ampliação da visão sobre o fenômeno estudado, como não é nosso intuito verificar se há a gramaticalização do *ir* como auxiliar de futuro, ou se há a colocação de um clítico entre os dois verbos que formam a perífrase. Isso, como dito, já sabemos. O que desejamos com nosso *corpus* é compreender e demonstrar alguns passos do processo, a motivação social e o processo cognitivo que tornam possível a escolha e consagração do *ir* e não de outro verbo qualquer, para cumprir a função de auxiliar de construção do futuro no português brasileiro.

O gênero escolhido tem também a vantagem de apresentar textos espontâneos e subjetivos, no sentido de serem, no caso das cartas, mesmo as oficiais, “conversas” íntimas e informais, no caso dos textos jornalísticos, são desabafos, denúncias, propagandas, críticas, enfim, textos com maiores preocupações com o conteúdo do que com a forma; o que aproxima o material analisado da fala cotidiana da época.

Do material observamos todas as construções que indicassem futuro do presente ou do pretérito e mesmo aquelas que pudessem ser interpretadas ou trouxessem alguma intenção de futuro, como, por exemplo, casos em que o verbo auxiliar aparece no futuro (irei chegar, por exemplo). Enfim, o material serviu para que pudéssemos perceber que a forma de futuro que hoje é a mais recorrente, foi escolhida em meio a várias outras, além da sintética, outras analíticas com outros verbos auxiliares.

Na seção em que mostramos como o futuro analítico com o auxiliar *ir* é atualmente utilizada pela classe trabalhadora de forma categórica, podendo mesmo assumir várias nuances semânticas como promessa, desejo, ordem, ou seja, mesmo apontando ora mais para tempo, ora mais para modo, utilizamos dois atlanten brasileiros, o de Sergipe (FERREIRA, C. et al., 1987) e o do Paraná

(AGUILERA, V., 1995). Deles não utilizamos as cartas e sim as frases recortadas pelas autoras que ficam no verso de cada carta.

Foi utilizado ainda, na seção em que trazemos a informação que a nova modalidade de mesóclise é uma variável, um material de descrição lingüística (TOMANIN, 2003). Pela apresentação de frases recortadas daquele trabalho, pode-se perceber que o pronome que aparece entre os dois verbos (portanto, em posição mesoclítica) pode aparecer também, em forma de pronome reto, precedido por uma preposição, após o verbo principal.

7 – A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE MESÓCLISE

Como defendemos desde o início, a mesóclise não seria a colocação de um clítico no meio de um verbo, e sim, entre dois verbos, um auxiliar e um principal. Assim sendo, para que ocorra a mesóclise é necessário que ocorra uma perífrase verbal; ou seja, é esse o cenário imprescindível para a ocorrência da colocação pronominal da qual estamos tratando neste trabalho e, especificamente, nesta seção.

Há um ponto que, embora breve, é de extrema importância no caso da construção de uma perífrase; é a questão da auxiliaridade. É sobre esse assunto que trataremos antes de entrarmos especificamente na construção do futuro analítico que tornou possível a implantação da mesóclise.

7.1- A AUXILIARIDADE

Os manuais de gramática normativa costumam denominar como verbo auxiliar um dos componentes, ao lado do verbo principal, que formam uma locução verbal. Tais manuais explicam ainda que ao auxiliar cabe a tarefa da flexão, já que o verbo principal aparecerá numa locução obrigatoriamente em uma de suas formas nominais: no infinitivo, no gerúndio ou no particípio passado.

Os principais verbos reconhecidos como auxiliares são: *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, os quais são considerados principais por estarem há muito tempo na gramática da língua com tal função e por serem os mais freqüentes. Contudo, esses não são os únicos, ao seu lado figuram outros auxiliares: *ir*, *vir*, *andar* (no sentido de estar), *ficar* e *acabar*, além de outros ocasionais.

Cunha e Cintra (2001) reconhecem que o assunto não é tão reduzido como a maioria das gramáticas apresenta; explicam eles que, por não haver “uniformidade de critério lingüístico para determinação dos limites da auxiliaridade, costuma variar de gramática para gramática o elenco dos auxiliares” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 395).

Realmente não se verifica a uniformidade reclamada pelos gramáticos citados, e há ainda, além desse, vários outros pontos que não são esclarecidos, como, por exemplo, o fato de os auxiliares funcionarem também como verbos plenos.

O acúmulo de funções dos verbos sequer é mencionado pelas gramáticas e, embora reconheçamos que a gramática normativa não tem a pretensão de ser exaustiva nas explicações das regras que apresenta, o fato de trazer um tópico ou ponto com o título “verbos auxiliares” e mostrar o rol desses verbos em seguida é uma forma de excluir da lista outras possibilidades ou funções. Estamos simplesmente argumentando com nossas observações que há muitas coisas relevantes que cercam os verbos auxiliares, além daquilo que podemos encontrar nos manuais de gramática.

Câmara Jr., que já enxerga o auxiliar pelas suas funções, diz que o termo *auxiliar*, em gramática, refere-se a qualquer vocábulo com significação gramatical que possa formar locução com um vocábulo de significação e situá-lo numa categoria gramatical, ou “qualquer vocábulo que é morfema categórico ou relacional” (CÂMARA JR. 2002, p. 64).

Após exaustivo estudo sobre os auxiliares e a auxiliaridade em português, Longo chegou à seguinte conclusão:

Parece-nos que reunimos evidências suficientes de que não é possível negar a existência de verbos auxiliares no português, pois seu comportamento sintático-semântico diverge do dos verbos em seu uso pleno (LONGO, 1990, p. 86).

Na explicação de Longo está subentendido, ao contrário do que consta nas gramáticas, que o mesmo verbo que funciona como auxiliar pode ter um uso pleno; sua afirmação também contém a informação já registrada aqui de que a questão da auxiliaridade vai muito além de simplesmente listar os auxiliares de uma língua.

Benveniste, que se dedicou a grandes questões lingüísticas, tanto considera o tema *auxiliaridade* pertinente aos estudos que, não apenas se

debruça sobre ele, como também sugere que pesquisas sejam realizadas em torno do tema.

A terminologia adotada por Benveniste é um tanto diferente da que utilizamos aqui e merece um certo aprofundamento. Ele não adota a expressão *verbo auxiliar* ou *verbo principal* ou *nuclear* e apresenta uma boa razão para isso. Percebemos a relevância que Benveniste atribui ao *auxiliante*, (o que conhecemos comumente por auxiliar) quando afirma que a familiaridade que nós, falantes de línguas românicas, temos com esse tipo de verbo nos impede de percebê-lo numa perífrase

claramente sua importância e singularidade. Trata-se de uma forma lingüística unitária que se realiza, através dos paradigmas inteiros, por meio de dois elementos, cada um dos quais assume uma parte das funções gramaticais, sendo esses elementos ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares (BENVENISTE, 1989, p. 181)

A relevância ao auxiliante é enfatizada, quando Benveniste denomina *auxiliado* o verbo que nós conhecemos como principal ou nuclear. Com o adjetivo auxiliado, Benveniste quer significar que esse tipo de verbo está numa condição em que necessita da ajuda de outro para exercer plenamente sua função, para cumprir seu papel.

O estudo feito por Benveniste focaliza o francês, mas praticamente tudo que ele diz sobre auxiliaridade pode ser aplicado aqui, ou seja, sobre a construção analítica do futuro do verbo português.

Benveniste cita os trabalhos de Guillaume e Tesnière, realizados à luz de correntes teóricas distintas, mas que, a seu ver, não apresentam conclusões destoantes.

Guillaume concentrou-se na propriedade que têm os auxiliares para que possam exercer a função à qual se destinam. Para isso, ele se sustenta na noção de *subductividade*. Para ele, numa construção perifrástica há uma parte completa quanto à forma, mas incompleta quanto à matéria e vice-versa;

os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material, interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese

formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente um complemento de matéria que – estando encerrada a ontogênese da palavra – só pode vir do exterior: de uma outra palavra” (GUILLAUME, apud. BENVENISTE, 1989, p. 182).

Tesnière apegase a uma “lei regular universal”. Para ele, quando um tempo composto surge de um tempo simples, o auxiliar carregará as características gramaticais e o auxiliado carregará a raiz verbal ou o semantema.

A crítica razoavelmente severa que Benveniste faz aos autores citados acima é a de que o referido fenômeno não pode ser estudado como geral, global; cada uma de suas diversas variedades deve ser considerada em sua especificidade. Talvez por isso é que Émile Benveniste prefere limitar seu estudo à construção do perfeito na língua francesa.

Duas observações feitas por Benveniste são, a nosso ver, extremamente relevantes aqui. Ele observa que, numa forma perifrástica, a noção de tempo não está nem no auxiliante nem no auxiliado, é, nas palavras do autor “uma verdadeira mutação”. Para ele, tal “magia” só é possível por causa da auxiliação. Auxiliação, do original “auxiliation”, é um termo usado por Benveniste para indicar um processo lingüístico que “consiste na junção sintagmática de uma forma *auxiliante* e uma forma *auxiliada*, ou mais sucintamente, de um *auxiliante* e um *auxiliado*” (BENVENISTE, 1989, p. 183).

A outra afirmação de Benveniste precisa ser bem compreendida para não ser refutada. Afirma ele que a ordem auxiliante + auxiliado é invariável, como em “il a frappé”; “nous aurons frappé”.

Tal afirmação refutaria por completo o que postulamos aqui, que numa construção como “*amare habeo*” o auxiliante, segundo a terminologia de Benveniste, viria depois do auxiliado. No entanto, lembramos que o sistema a que se refere o estudioso - a língua francesa - nem sempre foi SVO e podemos então recorrer ao próprio Benveniste, que sugere que tal assunto, a auxiliaridade, deva merecer um estudo específico em cada língua, isto é, o que ele afirma é válido para o francês no estágio em que foi observado.

No futuro inglês, numa construção como *will have*, onde o verbo que conhecemos como principal aparece depois do auxiliar, vemos a ordem prevista

por Benveniste (auxiliante + auxiliado), assim como a verificamos no PB atual: *vou escrever*. Já no latim tardio, em construções como *cantare habeo*, vemos que *habeo* exerce a função de auxiliante. Mais tarde, no chamado latim românico, *habeo* passou a *ai*, aglutinando-se ao verbo principal e passando a ser ouvido e traduzido como um morfema indicador de pessoa e número e a noção de auxiliaridade parece, então, desnecessária.

As demais considerações feitas por Benveniste cabem perfeitamente ao português, ou seja, as formas criadas pelo processo de auxiliação, que são as formas perifrásticas, se opõem à forma verbal simples, a forma sintética.

No francês, Benveniste prevê três classes de auxiliação:

- de temporalidade
- de diátese
- de modalidade

Concentrar-nos-emos na auxiliação por temporalidade, que é a mais pertinente para este trabalho⁴. Primeiramente, é preciso entender que, em qualquer que seja a situação de auxiliação, haverá sempre disparidade que poderá ser interpretada de duas formas:

1. considerando o sintagma, o auxiliante pode ser modificado e o auxiliado continuar o mesmo. Um exemplo em português seria no caso do futuro do presente as construções: “Vou estudar” X “Hei de estudar”
2. considerando o paradigma de verbos existentes na língua, o auxiliante *ir* poderia se combinar com qualquer outro verbo: “vou estudar” X “vou viajar” X “vai comprar”, entre inúmeras possibilidades.

Com essa explanação Benveniste pretende construir um modelo lógico, segundo o qual o auxiliado representaria o argumento e o auxiliante a função. Isso é possível porque o auxiliado, portando significação, ou seja, carregando a

⁴ Não estamos desconsiderando a discussão sobre o caráter temporal ou modal que gira em torno do futuro, não a citamos aqui porque nesse ponto tal discussão não seria relevante.

informação semântica seria a “coisa” sobre o que se fala, e sendo o auxiliante aquele que carrega as informações gramaticais sobre “a coisa”, indicaria a “propriedade” de tal “coisa”.

O mais interessante desse processo é que o sentido principal de uma forma analítica não pode ser extraído de nenhum dos dois verbos que a formam, mas sim e somente assim na construção perifrástica, na locução. É a “magia” de que fala Benveniste e, embora essa magia esteja na própria construção perifrástica, isto é, no exato momento da formação da perífrase é a pragmática que se encarrega de compreender a significação que aí se instaura.

É também à Pragmática que se pode delegar as discussões sobre a característica modal ou auxiliar de alguns verbos. A divisão, o limite que demarca essas duas qualidades ou funções é muito tênue. Para Longo (1990, p. 87), os elementos modais são outros, que não os auxiliares, e a modalidade surge por meio de vários recursos, como os advérbios de modo, a entonação, além dos modos verbais e dos próprios verbos modais.

Mas o fato é que há casos em que é muito difícil se reconhecer a exata função de um auxiliar. Vejamos os seguintes exemplos trazidos por Longo (1991, p. 194):

- “O preso ia escoltado pelos guardas.”
- “Afinal, cresce, e vou encontrá-la em Lisboa.”

Nos dois exemplos percebe-se com bastante facilidade a idéia de deslocamento no espaço, ou seja, a significação original traduzida pelo *ir* como verbo pleno, mas a segunda frase é uma clara construção de futuro.

Longo (1990) adverte que este auxiliar “mereceu até agora poucos estudos relativamente assistemáticos” (LONGO, 1990, p. 205) apesar de que

De todos os verbos utilizados na língua para exprimir noções de modo, aspecto, voz e tempo, *ir* é sem dúvida o que apresenta maior variedade de empregos, de tal modo que às vezes se torna difícil delimitar com precisão a categoria que está sendo expressa (LONGO, 1990, p. 194).

Apesar de parecer uma forma de nos esquivar do aprofundamento da discussão, assumimos que a diversidade de papéis assumida pelo *ir*, assim como a pluralidade de interpretação desse auxiliar, se dá devido ao estágio de

gramaticalização em que o item se encontra, conforme discutimos na seção 2, e que essa questão se resolverá, ou pelos menos se fixará de alguma forma, com o tempo.

7.2- A PRODUTIVIDADE DA PERÍFRASE IR + VP COMO EXPRESSÃO DO FUTURO NO PB

(03) “As famílias X e Y têm a enorme satisfação de convidá-lo, juntamente com sua digníssima família, a participar do matrimônio dos filhos A e B, o qual **realizar-se-á** aos dezessete dias do mês de maio...”

(04) “A família enlutada de X convida para a missa de sétimo dia pela intenção da alma de seu ente querido, que **celebrar-se-á** na igreja matriz desta cidade...”

(05) “Neste ensaio **apresentar-se-ão** algumas premissas...”

(06) “Se eleitos formos, **apropriar-nos-emos** do poder em benefício dos mais necessitados.”

Os exemplos apresentados foram praticamente tudo o que sobrou da mesóclise. Melhor esclarecendo, o modelo canônico de mesóclise, a construção VP + pron. + Aux. aparece hoje, esporadicamente, em alguns gêneros textuais como convites para eventos formais (casamentos, formaturas, celebrações religiosas etc), textos científicos escritos, discursos formais, e, mesmo nesses contextos, não se registram de forma categórica. Mesmo para contextos como os exemplificados acima, há outras variantes, também consideradas formais, que podem ser utilizadas. Assim, os exemplos acima são perfeitamente aceitos se realizados da seguinte maneira:

(03') "As famílias X e Y têm a enorme satisfação de convidá-lo, juntamente com sua digníssima família, a participar do matrimônio dos filhos A e B, o qual **se realizará** aos dezessete dias do mês de maio..."

(04') "A família enlutada de X convida para a missa de sétimo dia pela intenção da alma de seu ente querido, que **se celebrará** na igreja matriz desta cidade..."

(05') "Neste ensaio **se apresentarão** algumas premissas..."

(06') "Se eleitos formos, **nos apropriaremos** do poder em benefício dos mais necessitados."

Ou ainda

(03'') "As famílias X e Y têm a enorme satisfação de convidá-lo, juntamente com sua digníssima família, a participar do matrimônio dos filhos A e B, o qual **irá se realizar** aos dezessete dias do mês de maio..."

(04'') "A família enlutada de X convida para a missa de sétimo dia pela intenção da alma de seu ente querido, que **irá se celebrar** na igreja matriz desta cidade..."

(05'') "Neste ensaio **irão se apresentar** algumas premissas..."

(06'') "Se eleitos formos, **iremos nos apropriar** do poder em benefício dos mais necessitados."

Ou ainda tornando o sujeito passivo:

(03'') “As famílias X e Y têm a enorme satisfação de convidá-lo, juntamente com sua digníssima família, a participar do matrimônio dos filhos A e B, o qual **será realizado** aos dezessete dias do mês de maio...”

(04'') “A família enlutada de X convida para a missa de sétimo dia pela intenção da alma de seu ente querido, que **será celebrada** na igreja matriz desta cidade...”

(05'') “Neste ensaio **serão apresentadas** algumas premissas...”

Se em uma modalidade mais formal podemos ter várias opções para se construir o futuro, em contextos menos formais, como as falas coletadas nos trabalhos de dialetologia, a forma mais produtiva, na verdade, a única, é a perífrase com *ir*.

Para ilustrar o que dissemos, trazemos alguns exemplos coletados dos atlas lingüísticos de Sergipe e do Paraná. Esse material traz, em obediência à metodologia de coleta de dados proposta pela área, a fala espontânea de homens e mulheres adultos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem contato com outras variedades regionais de fala e pouco ou nenhum contato com a variedade escrita.

O que se conclui a partir da amostra é que os falantes conseguem se expressar bem com os elementos lingüísticos de que dispõem em seu sistema lingüístico, ou em sua variedade dialetal. Vemos que, para a comunidade de fala que compõe os atlas, a expressão do futuro não se configura como uma variável; ou seja, todas as possibilidades apresentadas acima sobre o uso de uma ou outra forma são abandonadas agora. Pelos exemplos, vê-se, ainda, como a idéia de futuridadade se mescla com outras idéias.

As informações que estão entre parênteses no final de cada exemplo referem-se ao estado- SE= Sergipe e PR= Paraná, o número da carta é o número do lugar onde está o registro do exemplo que recortamos; ao ponto de inquérito

(PI), isto é, a cidade onde foi realizada a entrevista e à é a identificação do informante (inf. A e B). Passemos aos exemplos.

A- possibilidade

(07) Uma trevuada que nós **vamos ter** (SE. Carta 7 – PI 53 – Inf.B)

(08) Março já **vai começar** o inverno (SE. Carta 7 – PI 57 – Inf.A)

(09) Acho que não é todo lugar que **vai acertá** né (PR. Carta 13 – PI 14 – Inf. B)

(10) Ah, isso depende né... a maderá que a gente **vai querê** (PR. Carta 35 – PI 46 – Inf. A)

B- compromisso, obrigação, promessa

(11) No corte, as mulher **vão ver** para comer (SE. Carta 19 – PI 53 – Inf.B)

(12) A terra dura que a gente **vai trabalhar** (SE. Carta 21 – PI 65 – Inf. B)

(13) Nós **vamu prantá** o arroz na terra branca (PR. Carta 1 – PI 33 – Inf. B)

(14) (...) eu **vô fala**, num sei se é verdade né (PR. Carta 17 – PI 06 – Inf. B)

(15) nós **vamo subi** naquele pé de fruta (PR. Carta 35 – PI 11 – Inf. B)

(16) É malvado mesmo, corre atrás da pessoa, **vai buscar** com uma distância de quase um quilômetro (SE. Carta 123 – PI 55 – Inf. B)

(17) (...) parente ou uma notícia que **vai sabê** (PR. Carta 14 – PI 64 – Inf. B)

(18) quano o craro passa em cima da ca(sa) duma moça, **vai casá** logo (PR. Carta 16 – PI 06 – Inf. A)

(19) diz que eles **vão bebê** água lá (PR. Carta 17 – PI 13 – Inf. A)

C- desejo

(20) Sua menstruação já veio ou **vai chegar** (SE. Carta 92 – PI 57 – Inf. A)

(21) dizê não é nada, isso aí **vai passá** (PR. Carta 29 – PI 44 – Inf. A)

D- ordem

(22) Está solta a folha, **vai fazer** as manoca (SE. Carta 34 – PI 58 – Inf. A)

(23) quando ele vinha fácil, certinho por riba da casa, diz que ia casá um filho. Eu falava pra veia: num **vai pegá** no meu pé (PR. Carta 16 – PI 33 – Inf. B)

(24) nosso costume da casa é: **vamo fechá** a janela que tá chegando a Ave Maria (PR. Carta 34 – PI 39 – Inf. B)

E- tendência

(25) Os rio tudo **vai chegar** no mar (PR. Carta 7 – PI 57 – Inf. B)

(26) onde ele **vai encontrá** o outro pode ser no mar. (PR. Carta 7 – PI 60 – Inf. A)

O que vimos acima nos remete à afirmação de Said Ali (2001, p. 236) para quem os diferentes usos do futuro podem ser conseguidos mesmo somente com a forma sintética do verbo. Nossos exemplos nos permitem parodiá-lo e dizer que os diferentes usos ou sentidos do futuro podem ser conseguidos mesmo somente com a forma analítica formada pelo auxiliar *ir* no presente.

Na concepção funcionalista, há na língua dois sistemas que incidem sobre as regras, um deles se preocupa com as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e outro que se ocupa das regras pragmáticas. Durante uma situação comunicativa, os dois sistemas participam e agem na medida da avaliação do falante, feita em relação ao ouvinte, a fim de antecipar a interpretação em relação à intenção daquele. Essa característica de revisão funcional e dinâmica da língua é que impede que ela permaneça sempre do mesmo jeito. É essa a razão da constante revisão que se verifica em todos os níveis lingüísticos, entre eles, as formas de futuro.

As várias possibilidades de interpretação de futuro apresentadas acima são objetos de investigação para Dik (apud. NEVES, 1997) que deseja entender como os falantes se comunicam uns com os outros, já que há um conjunto de regras razoável em qualquer sistema lingüístico, e, muitas dessas regras se alteram. Para Dik, é possível que o falante reconheça novas regras porque, juntamente com a capacidade lingüística, há outras, as quais atuam de forma conjunta e simultânea. São elas:

1- a capacidade epistêmica – há uma base de conhecimento, a partir da qual o homem pode derivar novas expressões;

2- a capacidade lógica – o raciocínio lógico leva o falante a ampliar o conhecimento baseado no que já é conhecido, mais ou menos como criar novas regras a partir de regras já existentes, numa espécie de dedução;

3- a capacidade perceptual – a percepção do ambiente contribui para que o falante possa interpretar mesmo algo desconhecido e

4- a capacidade social – numa espécie de avaliação o falante tem um comportamento lingüístico particular para cada situação comunicativa.

Esse modelo proposto por Dik sustenta que essas capacidades atuam e interagem entre si e cooperam mutuamente umas com as outras; quer dizer, é necessário que uma atue para que outra seja acionada.

Como já demonstraram os estudos variacionistas de Labov, as escolhas lingüísticas feitas pelo falante não são absolutamente inconscientes. Assim, o falante reconhece um processo de variação como possuidor de pelo menos duas

formas, que também são reconhecidas como conservadora ou inovadora. O falante interpreta a forma inovadora como sendo uma forma com o mesmo valor de verdade que a conservadora, mas também reconhece, pelo menos no estágio inicial da variação, que em alguns momentos do discurso, uma deva ser escolhida, em detrimento de outra.

Parece algo bastante complexo para o falante, mas ele o faz sem maiores traumas, com agilidade e rapidez, provavelmente graças às quatro capacidades relacionadas por Dik (epistêmica, lógica, perceptual e social) inerentes à inteligência humana.

Como argumenta Said Ali (2001), há várias possibilidades de interpretação semântica com verbos no futuro, seja nas formas sintéticas, seja nas formas analíticas. A nosso ver, essa pode ser a razão da constante variação nas formas de futuro ao longo de sua história, ou pelo menos o gatilho para que a variação tenha início ou apresente um novo ciclo: uma outra forma surge em oposição à conservadora. Tal forma inovadora começa expressando uma nuance, uma informação semântica nova, que a conservadora não expressava. Ilustrando, a perífrase *ir + VP* expressaria uma noção de futuro além de ter um aspecto subjetivo mais volitivo, uma promessa de realização daquela ação proposta, que o locutor gostaria de ver confirmada, segundo Silva (2002) mais modal, por ser uma forma analítica, enquanto que a forma sintética traduziria ações que se realizariam num momento posterior ao momento da fala, ou seja, mais temporal, ou um imperativo. Por alguma razão, após algum tempo, uma forma pode substituir plenamente a outra.

Há casos em que as variantes são de uma mesma variável apenas no nível morfossintático, mas não no semântico, já que não significam exatamente a mesma coisa, embora em alguns casos sejam equivalentes também semanticamente; ou seja, as formas estão oscilando, instabilidade bastante previsível num processo de variação. Depois de algum tempo em que a variante inovadora está na língua, acontece uma espécie de esvaziamento, de esquecimento e a nova forma substitui a conservadora, mesmo naqueles contextos onde, no início da variação, não era possível.

É o que estaria ocorrendo com a variante *ir* + VP, que é utilizada quase que de forma categórica na fala informal e, em muitas ocasiões, está substituindo a forma sintética em falas formais e na escrita.

Mas nem sempre foi assim. A partir deste ponto procuraremos demonstrar como o futuro português chegou até aqui, a sua trajetória até que chegasse nessa fase que estamos considerando como uma etapa em fase final de um processo de gramaticalização.

Para isso, observaremos os anúncios de jornais e cartas oficiais e familiares que apresentamos na seção 6, para, com base em uma revisão diacrônica, compreender um pouco da transformação por que passou a forma de expressão do futuro durante o processo que consagrou, em meio a tantas outras possibilidades, o *ir* como o auxiliar para indicar, entre outras coisas, o futuro.

Conforme foi demonstrado em praticamente todas as seções deste trabalho, as formas sintética e analítica se alternam ao longo da história na expressão do futuro do presente e do pretérito. Também é possível admitir, pela análise da história, que as formas variantes não são, desde o início de sua co-existência, variantes da mesma variável semântica, mas, ao final de um dado período de variação, uma forma assume não apenas o valor morfo-sintático, mas também o valor semântico da outra, e assim se inicia um novo ciclo. É, portanto, a própria história do futuro que embasará também esta parte deste trabalho.

Considerando que o futuro seja “o tempo verbal que situa um processo no futuro em relação a um dado momento” (CÂMARA JR. 2002, p. 122) e considerando que o futuro do presente pode ser definido como aquele que “expressa uma ação que ainda está para ser realizada” (SILVA, 2002, p. 73), podemos afirmar que, no PB atual, tal intenção pode ser conseguida de várias formas, como organizamos no quadro que segue.

Tempo verbal	Exemplo
Futuro do presente – forma sintética	Eu encontrar-te-ei/te encontrarei em Paris.
Futuro do presente – forma analítica com auxiliar IR no presente	Eu vou te encontrar em Paris.
Futuro do presente – forma analítica com auxiliar IR no futuro	Eu irei te encontrar em Paris.
Futuro do presente – forma analítica com auxiliar HAVER no presente	Eu hei de te encontrar em Paris.
Futuro do presente – forma analítica com auxiliar HAVER no futuro	Eu haverei de te encontrar Paris.
Presente	Eu te encontro em Paris no mês que vem.
Presente contínuo	Eu estou te encontrando em Paris no mês que vem.
Futuro contínuo	Eu estarei te encontrando em Paris no mês que vem

O Futuro do pretérito, por sua vez, sendo compreendido como uma condição para que uma ação possa se realizar, razão pela qual já foi conhecido pelo nome de Condicional, também pode ser expresso de várias formas.

Tempo verbal	Exemplo
Futuro do pretérito – forma sintética	Eu encontrar-te-ia/te encontraria em Paris.
Futuro do pretérito – forma analítica com auxiliar IR no pretérito imperf.	Eu ia te encontrar em Paris.
Futuro do pretérito – forma analítica com auxiliar IR no futuro do pret.	Eu iria te encontrar em Paris.
Futuro do pretérito – forma analítica com auxiliar HAVER no pretérito imperf.	Eu havia de te encontrar em Paris.
Futuro do pretérito – forma analítica com auxiliar HAVER no futuro do pret.	Eu haveria de te encontrar em Paris.
Futuro contínuo	Eu estaria te encontrando em Paris no mês que vem

Apesar desses quadros, não podemos desconsiderar a observação de Longo (1990) de que o futuro perifrástico com o auxiliar *ir* é formado somente com este auxiliar no presente (futuro do presente) ou no imperfeito (futuro do pretérito), diz a autora que

Somente as formas de Presente ou Imperfeito + infinitivo constituem casos de auxiliares temporais. O infinitivo, como

já vimos, não é intrinsecamente temporal, e o futuro é usado em construções modais ou enfáticas (LONGO, 1990, p.198)

Contudo, optamos por manter o quadro, justificando que, apesar de nuances de outros valores - modal, aspectual etc -, há uma intenção temporal, que pode ser maior ou menor dependendo do contexto pragmático/discursivo e até mesmo semântico e/ou sintático em torno da locução verbal.

Convém mencionar, ainda, que algumas formas de se expressar o futuro estão relacionadas a outros fatos, que são verificados por Silva (2002) nas formas de expressão do futuro, são elas: o contexto discursivo narrativo; os adjuntos adverbiais de tempo; o presente do indicativo somado ao conteúdo semântico do verbo e a sobreposição modal, questão já bastante comentada aqui na seção anterior.

Nesta seção, apresentaremos algumas construções identificadas nos textos dos séculos XVIII e XIX para expressar o futuro. Recortamos esse período porque foi aí que conviveram três variantes para expressar o futuro: a forma sintética, a perífrase com *haver de* e a perífrase com *ir*, além de outros motivos já esclarecidos na Introdução. cremos que, nesse período podem ser encontradas as pistas que nos levam a compreender porque, mais tarde, a perífrase com *ir* se sobrepôs às outras duas concorrentes, sendo atualmente a forma praticamente categórica na fala e utilizada com muita frequência também na escrita.

O *corpus* de análise é composto por cartas pessoais e oficiais e anúncios de jornais de capitais brasileiras escritos nos séculos XVIII e XIX. É bom esclarecer que esses dois gêneros podem parecer bastante distintos à primeira vista, mas são na verdade bastante próximos, por possuírem funções sócio-comunicativas bastante semelhantes. É que os anúncios eram publicados na época, sem qualquer espécie de correção; muitos deles eram reclamações acaloradas, desabafos; até mesmo discussões eram travadas por meio da imprensa, o que aproxima os anúncios às cartas: ambos tinham um grau de formalidade e preocupação com regras ortográficas e gramaticais bastante próximas.

O fato de esses dois gêneros – cartas e anúncios – não passarem por uma edição indica que o que lá está escrito é a fiel construção do escritor/falante. Sendo assim, podemos assumir que o que se observa nesse material, embora não seja a língua falada, é uma confiável fonte de informação de como a construção de futuro se configurava na língua portuguesa efetivamente utilizada pelo brasileiro nesses dois séculos.

Não tivemos a intenção de verificar desde quando se registra no português a construção perifrástica de futuro com o auxiliar *ir*, mas, como se pode ver em alguns estudos, entre eles o de Fleischman (1982) essa forma, que não é exclusividade do português, já que aparece em outras línguas românicas, é encontrada desde o XIII.

Como se verá, não trazemos uma exaustiva lista de exemplos para ilustrar nossas análises e isso não se dá por escassez de ocorrências em nosso *corpus* mas por que nosso trabalho não tem preocupação com quantidade. Até porque consideramos que um pequeno número de ocorrências, até mesmo um único registro, produzido em condições normais, já é suficiente para provar a existência de uma construção; mas, como dito, não é esse o caso, trazemos poucos exemplos porque as construções são representativas e o que se observar sobre elas se estende às construções equivalentes.

Vejamos alguns exemplos construídos com a forma sintética.

(27) *osque hinda Suponho sejaõ vivos; enaõ os que já por aver paSSa
do tempo largo SSo **seraõ** vivos*

(PHPB - SP - Carta 3 - Frei Sebastião dos Anjos
26.02.1722)

(28) *aSim **o farei** etudo omais que VossaExcelenCa me-orenar emeordena*

(PHPB - SP - Carta 8 - Frei Constantino de Santa Maria
08.04.1722)

(29) *Brevemente **chegará** á esta cidade esta bem organizada companhia
que, de passagem, resolveu dar alguns espectáculos. O elenco da
companhia, bem como a estréa, **serão** brevemente anunciados.*

(Gazeta de Piracicaba. 01.09.1882)

(30) *Quem o apprehender **será** gratificado, si o exigir, e bem assim protesta se com o rigor da lei contra quem lhe der couto.*

(Correio Paulistano, 26.06.1879)

(31) *A quem apprehender qualquer delles e o entregar na cadeia de Itatiba, ou na fazenda de seus senhores, **se gratificará** com 100\$. Campinas, 17 de Abril de 1879. Floriano de Campos & Filho*

(Correio Paulistano, 01.07.1879)

Como se verifica pelos exemplos, o uso da forma sintética de futuro é irrestrito, é usado para todas as pessoas, no singular e no plural, em voz ativa e passiva; enfim, tem uso amplo, o que por uma lógica lingüística dispensaria qualquer outra forma que viesse a exercer a mesma função. No entanto, não é o que ocorre. Como atestam os exemplos abaixo, a forma perifrástica com o auxiliar *haver* era também bastante produtiva nos séculos XVIII e XIX.

Essa outra variante interpretada como sendo de expressão do futuro aparece grafada das mais diversas formas, com o auxiliar no presente e no futuro, formando, respectivamente, o futuro do presente e o futuro do pretérito. Vejamos algumas ocorrências:

(32) *Eoutro Ssim por que hay huãs profecias de Como vossaexelencia não **hade hir** a Cujaba SenoSso Senhor ouvir osrogos dospeccadores e aSsim mesmo **hadeSer** por que me parece não há quem Sedescuide com esta diligência.*

(PHPB – SP- Carta 11- Francisco P. do Rego e Frei Ângelo da Encarnação -30.07.1726)

(33) *eaSsim **havia deSer** pello enformador não fazer oque devia que era enformarce das peSsoas que pRezenciaraõ o ditto Cazo*

PHPB – SP- Carta 17 - Thomaz de Santo Antonio

21.09.1735)

(34) *NoSso Senhor lhe **hade pagar** com a Suaglória.*

(PHPB –SP- Carta 13- João de Melo do Rego

02.03.1733)

(35) *em Caza as Suas filhas pertencentes aesta Aldea não **hande folgar** que lhas tirem, pois astem Com outra CriaÇam que ellas aqui não **hande ter**, eexpostas a menores perigos*

(PHPB - SP - Carta 1 – Joseph de Frias e Vasconcellos

26.02.1722)

(36) *à dicta sua mulher **haverão de responder** á nullidade*

(PHPB-Jornal O Farol Paulistano- SP- 09.08.1828)

(37) *se não apparecer por 15 dias, contados da publicação da folha,*

***heide remetel-o** á Provedoria dos Resíduos*

(PHPB-Jornal O Farol Paulistano- SP- 24.04.1830)

(38) *o motivo da/venda **há de agradar** ao comprador.Rua do Seminario dos Educandos número 4*

(Jornal Correio Paulistano- SP- 24.06.1879)

(39) *Daqui a um anno **has de estar** de ta-manho, que tem hoje teu irmão e has de ir com elle á escola de Madame Paul*

(Carta do vovô Ottoni, 22.12.1879)

(40) *As côres verde e amarella **há de saber** o Senho Chagas, são as nossas côres nacionaes*

(Jornal O Cidadão – RJ – 29.03.1838)

Como se percebe o uso do auxiliar *haver* é também bastante amplo, verificado em todas as pessoas, no singular e no plural, forma o futuro do presente com *haver* no presente e o futuro do pretérito com *haver* no imperfeito; assim como a forma sintética seu uso é freqüente e irrestrito.

Percebe-se, também, várias grafias para essa construção, o que se deve pelo fato de não haver na época um sistema ortográfico único, mas o fato de se observar com bastante freqüência a grafia *hade*, ou *hande* quando se trata do plural, indica que, cognitivamente, a expressão *há de* está sendo interpretada como um único vocábulo, o que nos remete a um legítimo caso de gramaticalização, que não foi adiante, provavelmente, pelo desuso em que caiu essa variante.

Deixaremos aqui registrado um caso em que aparece o auxiliar *haver* sem a preposição *de*. Fazemos isso apenas para não parecer omissão da ocorrência, pois não pretendemos analisá-la, seja porque não é de fundamental importância em nosso trabalho, seja porque é uma ocorrência isolada, podendo inclusive ser apenas um lapso de escrita. Assim, para qualquer conclusão, o fenômeno deve ser melhor investigado. O registro é o que segue:

(41) *mas oReligioZo que lá aCiste diZia denem hua Sorte **ashavia deixar**
vir por quanto em taõs não fiCaria quem lhes trabalhaÇe*

(PHPB - SP - Carta 4 - Frei Sebastiam dos Anjos
12.04.1722)

Além dessas duas formas apresentadas, a sintética e a perifrástica com *haver* registrava-se uma terceira, bem menos recorrente, mas, assim como as duas citadas, verificada em vários contextos. É a variante analítica formada com o auxiliar *ir*.

Antes de iniciarmos a apresentação da trajetória da gramaticalização do *ir* no PB, devemos registrar que exercer o papel de auxiliar do futuro não é a única função do *ir* - ele apareceu e aparece como verbo pleno em outras construções.

Essas outras funções exercidas pelo verbo *ir*, poderiam parecer um entrave no caminho da sua gramaticalização como auxiliar para construção do futuro, mas não é o caso. Na verdade, o *ir* é um verbo com muitas funções. Longo (1990) observa que, no português, entre os verbos usados para “expressar noções de modo, aspecto, voz e tempo, *ir* é sem dúvida o que apresenta a maior variedade de empregos, de tal modo que às vezes se torna difícil delimitar com precisão a categoria que está sendo expressa.” (LONGO, 1990, p. 194).

Pela razão exposta por Longo, estaremos apresentando construções onde o *ir* aparece em variadas e diversas funções, além de auxiliar de futuro. A inserção de outras funções do *ir* numa seção que tem como principal objetivo mostrar a trajetória deste verbo como auxiliar de futuro se faz justamente porque acreditamos que essas funções outras desempenhadas por aquele verbo contribuíram (e contribuem) para que ele se sobrepusesse às demais variantes e se cristalizasse, de forma relativamente rápida, como sendo o “melhor” verbo para formar uma perífrase que exprimisse, entre outras coisas, o futuro.

Estamos tentando provar com isso que todas as funções e todos os significados que um verbo possa apresentar ou possa ter em potencial não são apagadas totalmente em um processo de gramaticalização; ao contrário, são consideradas e podem ser até mesmo determinantes para a evolução do processo.

Nosso *corpus* apresenta pelo menos um tipo de construção que faz com que nos demoremos um pouco na questão do sentido expresso pelo *ir*, que é quando este aparece em sua forma infinitiva, portanto em sua função plena, como nos exemplos abaixo:

(42) *Tenho tenções de **ir estudar** engenharia geographica na Escola Polytechnica*

(Correspondência Passiva de Washington Luiz – Carta 53
08.12.1891)

(43) *quem intentar dirija se a o mesmo dono, que promete **hir mostrar** *lhe tudo, e ahi se lembrarão do preço, que será comodo**

(Jornal O Farol Paulistano –SP- 09.04.1928)

Lobato (1971, apud. LONGO, 1990, p. 194) afirma que o *ir* encontra-se, em casos como o exemplificado, “na zona limítrofe entre um verbo pleno e um auxiliar passivo” e, de fato, é o que se observa nos exemplos acima.

O *ir* em (42) e (43) não está conjugado e está trazendo a informação semântica de um deslocamento no espaço; ele não traz informações morfológicas, ou seja, não atua como auxiliar, em outras palavras, é um verbo pleno.

Concordamos, então, que não há uma expressão de futuro em (42), já que *ir estudar* não corresponde a *estudarei*. Em (43) o autor fala de algo que haverá no momento de uma negociação, a oração (*que promete **hir mostrar** *lhe tudo**) não está no futuro, o *ir*, conforme já vimos, em sua forma infinitiva está em sua função plena, o que é verificável em uma simples observação, como no caso de (42): *hir mostrar* ≠ *mostrará*. A simples equação elimina qualquer dúvida, somente o *ir* conjugado formaria verdadeiramente um futuro; se conjugado no presente forma o futuro do presente (*vai mostrar* = *mostrará*); se conjugado no pretérito imperfeito forma o futuro do pretérito (*ia mostrar* = *mostraria*).

No entanto, não é difícil observar que a ação anunciada “*hir mostrar*” ou “*promete hir mostrar*” refere-se a um evento localizado num momento posterior ao momento da fala. Vejamos:

A primeira oração (*quem intentar dirija se a o mesmo dono*) refere-se a um momento a partir do agora, portanto, no eixo do tempo localiza-se no futuro. As duas orações que seguem a relativa onde ocorre a construção “*hir mostrar*” (*e ahi se lembrarão do preço*) e (*que será comodo*) estão no futuro. Todo o conjunto que compõe esse cenário arrasta a construção “*promete hir mostrar*” para o futuro, ou melhor a construção remete para um momento posterior ao momento da fala, portanto, futuro.

O mesmo se aplica a (42), embora sem as mesmas pistas que se observa em (43), pois em (42) temos uma oração absoluta; podemos perceber que o autor

fala de algo que pretende realizar. Refere-se, portanto, a algo que deverá ocorrer num tempo que ainda não passou e também não se dá no momento da fala; trata-se; então; de um evento futuro.

Esses exemplos mostram que, mesmo sem estar exercendo a função de auxiliar de futuro, o *ir* consegue imprimir uma certa coloração de futuro. É provável que isso ocorra por conta da idéia de deslocamento que o *ir* traduz. Mesmo que o homem comum, ou no caso específico, o falante comum do português brasileiro, não tenha conhecimentos de Física, de alguma forma parece conseguir captar uma relação de tempo e espaço, o que confere a dupla interpretação do deslocamento sugerido pelo *ir*: o deslocamento no espaço e o deslocamento no tempo, sendo este segundo não uma outra coisa, mas uma consequência do primeiro. Ou seja, **se** deslocamento no espaço, **então** deslocamento no tempo, e aí entendemos melhor porque Flusser (2004) considera o *ir* um perfeito auxiliar para a formação do futuro.

Há um outro tipo de ocorrência bastante curioso que, se não observado minuciosamente, passaria despercebido, seria interpretado simplesmente como o verbo *vir* conjugado no futuro sintético. Vejamos o caso

(44) *A novidade principal que vocês **virão achar** na casa, é o que aqui chamamos a chacara de Julio*

(PHPB- Carta 24 – avô Ottoni- 24.06.1889)

Para que se entenda melhor, explicamos que a oração foi recortada da carta de um avô que está no Brasil e está endereçada a dois netos que estão em Paris; as férias se aproximam e o avô já começa a adiantar o que os netos encontrarão quando chegarem. O curioso aqui é que, sem qualquer prejuízo semântico, a frase poderia estar assim configurada:

(44') *A novidade principal que vocês **acharão** na casa, é o que aqui chamamos a chacara de Julio*

Quer dizer, a forma do futuro sintético substituiria muito bem a expressão **virão achar**.

Há ainda uma outra substituição possível, igualmente sem prejuízo semântico, a perífrase com *ir*:

(44'') *A novidade principal que vocês **vão achar** na casa, é o que aqui chamamos a chacara de Julio*

O exercício da substituição nos faz concluir que, no caso de (44), existe um futuro perifrástico formado com o auxiliar *vir*. O autor/escritor preferiu o uso de uma forma perifrástica, mas, para isso, ao invés de utilizar o auxiliar *ir*, preferiu o **vir**, e a motivação é facilmente explicável: se haveria um deslocamento no espaço, ou seja, os netos viriam de lá (Europa) para cá (Brasil), indubitavelmente o verbo correto seria o **vir**. Quer dizer, a construção presente em (44) -“**virão achar**”- revela uma forma de futuro com auxiliar, de forma muito parecida com o *ir* bastante conhecido nosso, mas ao invés do *ir*, é o **vir** que provoca a expressão do futuro. Longo (1990, p. 200) classifica esse tipo de construção como exercendo “o mesmo papel” que o *ir*.

Isso mostra mais uma vez o quanto os traços semânticos são preservados em um processo de escolha de um auxiliar; ou seja, o quanto se considera o movimento de deslocamento presente semanticamente no *ir*, daí a recusa e conseqüente substituição, totalmente consciente, no caso do movimento inverso, ou seja, do lá para o cá.

Acreditamos na forte consciência da escolha porque observando mais produções dos mesmos autores (os avós Ottoni), verificamos que, em outras situações eles escolhem outros tipos de construções para exprimir o futuro. Vejamos.

Quando o deslocamento se dá do cá para o lá, os autores/escritores (o avô e a avó) usam o *ir*, como atestam os exemplos abaixo:

(45) *esta carta ja **irá chegar** em plena primavera, que é tempo alegre na Europa*

(PHPB. Carta 22- avô Ottoni- 18.08.1890)

(46) *Esta **vai chegar** la nas vespas dos annos de sua Mai:*

(PHPB. Carta 34- avô Ottoni- 01.05.1888)

Para expressar ações que acontecerão, mas que não trazem a idéia de deslocamento, nem no tempo nem no espaço, os avós preferem a forma sintética de futuro ou a perifrástica com o auxiliar *haver de*.

(47) *Mais contente ainda **ficarei**, se souber que ninguem minutou*

(PHPB- Carta 06- avô Ottoni- 11.02.1883)

(48) *A tua letra esta melhorando bastante; se tiveres muito exercicio **has de escrever** taõ bem como teu irmão*

(PHPB- Carta 04- avô Ottoni- 03.01.1883)

Com os exemplos acima, julgamos justificada a idéia de que, durante um processo de gramaticalização, há uma dose de consciência do falante, que não desaparece de repente, e, por outro lado uma consciência que não aparece de repente. Parece alguma coisa paradoxal, mas é exatamente o que ocorre: o sentido de deslocamento foi a mola propulsora para a escolha do *ir* como auxiliar de futuro, mas esse mesmo motivo foi o que impediu, no início do processo, que o *ir* formasse futuro perifrástico em expressões que não trouxessem a idéia de deslocamento espacial, como em (47) e (48), o que indica o não esvaziamento semântico total do verbo nesse período.

Como o processo de gramaticalização do *ir* não foi interrompido, podemos afirmar que, mais uma vez, a relação tempo-espaco prevaleceu, além de verificarmos que o verbo que se gramaticaliza pode continuar com seu sentido original e ainda assumir outros, sem que isso comprometa o processo. Isso de dá, embora, na condição de elemento gramaticalizado, no caso o verbo *ir* como

auxiliar de futuro, perca sua capacidade semântica, a ponto, como o exemplo que temos no PB, de este verbo figurar como praticamente o único auxiliar de futuro; lembramos que formas com *haver de* praticamente não se registram no PB atual, e o *ir* aparece ainda com sentido de deslocamento, mas com a nova idéia de que esse deslocamento refira-se também ao movimento no tempo.

Iniciamos a partir deste ponto a análise de construções de formas analíticas com *ir* nos séculos XVIII e XIX, período em que havia relativo equilíbrio no uso das três variantes de futuro: a forma sintética, e as analíticas: com *haver de* e com *ir*.

(48) *Com os mais todos tem Suas mulheres ea mulher do Jorge não vai por estar enCapas edoente **vam obedeSer** a Vossa Exelença e darlhe toda a noticia”*

(PHPB –Carta 7- Frei Constantino de Santa Maria
10.03.1722)

(49) *Com a Sua Sismaria deterras que **ia adeseja** ver*

(PHPB – Carta 11- Francisco P. do Rego e Frei Ângelo da Encarnação
30.07.1726)

(50) *Pelo Diretor que **vai informar** a Vossa Excelência do estado temporal de esta Aldea.*

(PHPB –Carta 25- Pe. Francisco das Chagas Lima
14.12.1800)

(51) *no actual movimento litterário **vae sacrificar** tanto*

(Jornal Vespa – RJ- 09.05.1885)

(52) *propalaram que **iam guerrear***

(Jornal A Nação - RJ -15.03.18730)

(53) *Agora **vou tractar** da vida (...) **Irei empregar-me** n’outro serviço.*

(Jornal O Feirense – BA- 05.11.1862)

(54) *Adeos... eu **vou dormir** Pois não quero mais me rir.*

(Jornal O Novo Íris – SC- 09.07.1850)

Sobre esse tipo de construção, há que se considerar que o número de ocorrências com essa variante é menor do que com a forma sintética, mas o importante é que já se registra na escrita. Isso indica um processo, típico nos casos de variação, que se constitui de dois movimentos que se dão em sentido contrário: a forma inovadora vai, aos poucos, penetrando na escrita e a forma conservadora vai saindo da fala, embora continue na escrita.

Entre as várias observações que faremos a respeito da variação nas formas de expressão do futuro em português, começamos com uma boa definição de variável feita por Sankoff (1982) para quem “Uma variável são formas equivalentes que existem em fraca complementaridade durante um período de tempo”. A partir daí, fazemos o seguinte questionamento: se todas essas formas de expressão do futuro são consideradas variantes de uma mesma variável, sendo elas equivalentes, então podem significar a mesma coisa, podem portanto, substituírem-se mutuamente?

Poderíamos então afirmar que são correspondentes formas como:

(*) Vou/irei viajar no mês que vem.

(**) Viajarei no mês que vem.

(***) Hei/haverei de viajar no mês que vem.

Vê-se por esses três exemplos uma grande semelhança semântica e sintática entre as três formas, na verdade, podemos afirmar até que a única diferença entre as construções está na forma, na superfície. Assim, concluímos que as duas variantes são absolutamente sinônimas, elas têm exatamente o mesmo valor de verdade. Mas isso ocorreria em todos os casos? Continuemos o exercício de substituição com os dados concretos de nosso *corpus*.

(55) *Receba-os, e creia, / que de o jurar-mos he que **hade vir** o /bem da liberdade justa a que aspira- / mos*

(O Propagador -RJ- 13.07.1824)

Sem dúvida, o sentido do que se diz acima não estará perdido se substituirmos “hade vir” por “virá” ou por “vai vir”, senão vejamos

(55') *“Receba-os, e creia, | que de o jurar-mos he que virá o |bem da liberdade justa a que aspira- | mos”*

(55'') *“Receba-os, e creia, | que de o jurar-mos he que vai vir o |bem da liberdade justa a que aspira- | mos”*

Como dito, é possível recuperar o mesmo sentido expresso em (55) nas outras duas orações que criamos, mas o sentido da perífrase com *haver de* seria realmente o mesmo que nas outras duas formas? Se assim o é, então por que haveria várias formas para se dizer exatamente a mesma coisa?

Nas próximas línguas, apresentamos, em linhas gerais alguns trabalhos sobre o português falado no Brasil, os quais tratam da variável <expressão do futuro> e trazem algum comentário sobre a referida variação, sobretudo sobre a diferença de usos das diferentes formas, enfatizando que, o que determinaria a escolha de uma ou outra forma seria o conjunto de variáveis externas, extralingüísticas. Oliveira (2006) apresenta alguns desses estudos. São eles:

A- Thomas (1969) registrou no PB o uso de cinco variantes para o futuro do presente: 1- a forma sintética; 2- o presente; 3- a forma perifrástica com auxiliar *haver*; 4- a forma perifrástica com auxiliar *ir* no presente; 5- a forma perifrástica com auxiliar *ir* no futuro. Ele verifica que, na fala, o uso do verbo no presente é mais comum, seguida da forma perifrástica com *ir* no presente e em escala bem menor, a forma perifrástica com *ir* no futuro; o futuro sintético quase não aparece.

B- Pontes (1982) verifica que na fala culta do Rio de Janeiro o futuro sintético é usado para um futuro mais imediato e a forma perifrástica, com o *ir* auxiliar, para um futuro mais remoto.

C- Santos (1997) registra na escrita padrão, veiculada em revistas brasileiras, quatro formas de futuro: 1- a forma sintética; 2- a forma analítica com *ir*

no presente; 3- a forma analítica com *ir* no futuro; 4- a forma com verbo no presente. A autora apurou que a variante considerada de maior prestígio para a modalidade escrita é a sintética, e, nos discursos menos formais, a forma mais recorrente é a perifrástica com *ir* no futuro, seguida da outra forma perifrástica.

D- Santos (2000) comparou falas coletadas em entrevistas da Rádio Jornal do Brasil e do Projeto de Estudos sobre o uso da Língua (PEUL), e verificou que a forma sintética está praticamente desaparecendo da fala informal, dando lugar à forma perifrástica com *ir* auxiliar, o que indica uma mudança em curso.

E- Callou (2005) observa o uso do futuro no século XIX por meio de cartas familiares. Ela verifica cinco formas variantes para o futuro: 1- o futuro sintético, a forma mais utilizada; 2- perífrase com auxiliar *ir* no presente; 3- perífrase com auxiliar *ir* no futuro; 4- perífrase com auxiliar *haver* no presente, a forma perifrástica mais utilizada e 5- o presente.

Oliveira (2006) observa que tais trabalhos apontam para a mesma direção, no sentido de que a forma sintética é mais formal e seu uso é mais para a escrita, e pessoas com nível superior de escolaridade; no outro extremo, ou seja, o menos formal, utilizado em situações de fala, está a forma analítica *ir* no presente + VP.

Não podemos perder de vista, contudo, que a forma sintética não é exclusividade da escrita, assim como a forma analítica não é utilizada somente na fala; ambas pertencem aos dois domínios. Não há uma distinção tão estanque entre seus usos, o que é comum na variação, não há uma gradação rígida, pelo menos na fase em que se encontra o processo.

É Marcuschi (1986) quem alerta que há muitos tipos de texto, tanto orais quanto escritos, mas que não há a classificação menos formal *versus* mais formal que os defina ou classifique; quer dizer, não há uma rigidez, uma correspondência simples que possa sistematizar fala-menos formal de um lado e escrita-mais formal de outro. Para ele, “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (MARCUSCHI, 1986, p. 27). Assim, em relação às modalidades oral e escrita, podemos concluir que tanto uma quanto outra, em português ou em qualquer língua, têm seus graus de formalidade: um discurso de

formatura, uma entrevista de emprego, embora orais, são muito mais formais do que uma bilhete a um irmão, uma lista de compras, uma receita de bolo, que constituem escrita.

O que ocorre é que estamos frente a um tipo de variação pouco divulgada nos estudos variacionistas, justamente porque estes geralmente, ou se ocupam da fala ou da escrita; mas, no caso desta pesquisa, percebemos que as duas modalidades da língua devem ser consideradas, ainda que não figurem necessariamente como *corpus*. Estamos nos referindo à variação diamésica, que é a variação em relação ao meio de propagação da língua, ou seja, fala e escrita, a qual, ao lado das principais, que são as conhecidas diacrônica, diatópica, diastrática e diafásica, contribui para a variação de uma língua.

A variação diamésica trata, portanto, das principais diferenças entre a fala e escrita de uma mesma língua, diferenças essas, que não se limitam ao nível fonético, à prosódia, atingem a morfologia e a sintaxe; além de que se deve considera que a escrita é planejada e até re-planejada, ao passo que um texto falado, tem sua elaboração e o resultado final processados simultaneamente.

A tradição escolar que tentou (e ainda tenta) inculcar a idéia de que a escrita é reprodução da fala faz com que, às vezes, se pense que se pode escrever como fala e outras vezes, que se deve falar como escreve, que a fala obedece às mesmas regras formuladas para a escrita. Como a variação diamésica é pouco considerada, não se tem elementos suficientes para avaliar qual o grau de afetamento que esse tipo de variação pode provocar em um sistema lingüístico; mas é provável que não seja pouco, já que há grandes diferenças, grandes no sentido de que atingem o nível morfológico e sintático, como, por exemplo; a construção de períodos (preferencialmente simples na fala e compostos na escrita); o aparecimento de pronome oblíquo *mim* como sujeito, que quase não é percebido como erro na fala; o fato de a flexão em número ser muito mais produtiva na escrita; o fato de as relativas na fala se construírem quase que exclusivamente com o *que*⁵. Enfim, podem atuar na estrutura de uma língua.

⁵ Fatos registrados na pesquisa “Fotografias da fala de Alto Araguaia- MT”.

Enquanto a fala é responsável pelo dinamismo da língua viva, a escrita é um forte fator de unificação, o que significa duas forças atuando em sentido contrário.

Esse conjunto de fatores pode ter sido e estar sendo, então, um dos condicionantes da variação nas formas de futuro. De qualquer forma, por ora consideramos o argumento de que a forma perifrástica é mais utilizada para língua oral e a forma sintética é, e foi nos dois últimos séculos, largamente utilizada na modalidade escrita do português.

Em relação à variação, há alguns casos em que se percebe que uma substituição não traria o mesmo efeito, ou o exato valor, a precisa intenção que a forma construída originalmente. Vejamos:

(56) *Senhor C. J. (Piraquara) o seu prolongado silencio nos fez dar o cavaco. Felizmente chegou, porém um pouco tarde; por esse motivo **há de ter** a paciencia de esperar até o dia 20.*

(A Galeria Illustrada -PA – 10.11.1888)

Como já dito e verificado com exemplos acima, substituir a forma destacada por outra variante equivalente não traria sérios prejuízos ao texto, mas nota-se no exemplo (56) uma intenção do locutor em **pedir** que o interessado (Senhor C.J.) tenha paciência e não em declarar que o mesmo, certamente, a terá, como seria com a frase:

(56') *Senhor C. J. (Piraquara) o seu prolongado silencio nos fez dar o cavaco. Felizmente chegou, porém um pouco tarde; por esse motivo **terá** a paciencia de esperar até o dia 20.*

Também soaria de forma diferente uma construção com **ir**, na qual se poderia perceber um tom mais imperativo.

(56'') *Senhor C. J. (Piraquara) o seu prolongado silencio nos fez dar o cavaco. Felizmente chegou, porém um pouco tarde; por esse motivo vai ter a paciencia de esperar até o dia 20.*

Voltamos então ao questionamento inicial, mas já com algumas conclusões prévias: se há pelo menos três possibilidades de construções, talvez elas não sirvam exatamente a um mesmo propósito. Uma resposta possível é que poderíamos estar falando de três variantes morfológicas, mas não de três variantes semânticas; isto é, as três formas apresentadas acima podem ter o mesmo valor de verdade em relação à sua função morfo-sintática, mas não carregam o mesmo sentido, embora tratem de um evento que não está localizado nem no passado nem no presente. Trata-se portanto, do que convencionamos chamar de futuro. Enfatizando, assumimos que há casos em que várias formas de futuro são equivalentes, mas há construções em que a substituição comprometeria o exato sentido do que se quis anunciar.

A escolha entre uma das formas poderia estar relacionada ao grau de comprometimento que o falante/escritor deseja firmar com seu interlocutor? O grau de comprometimento teria alguma ligação com maior ou menor certeza em relação a um fato que ainda não é realidade, ou seja, não aparece nem no passado nem no presente? Tais questionamentos remetem-nos à discussão sobre ser o futuro um modo ou um tempo. É uma questão ainda sem término, visto que as argumentações em favor de uma ou outra hipótese são igualmente críveis e satisfatórias, como vimos na seção 6. No entanto, embora sem uma conclusão definitiva, assumimos naquela seção a proposta de Câmara Jr. (1956/1957, apud. FLEISCHMAN, 1982) de que há três tipos de interpretação para expressões que se conjugam no tempo futuro: que há situações em que o futuro é mais tempo, outras em que ele é mais modo e ainda outras em que é tempo com coloração modal. Acreditamos na hipótese de que a intenção do falante em querer exprimir tempo ou modo pode estar influenciando na escolha da variável no início de um processo de variação.

Said Ali explica que a língua, no caso o português,

não restringe o emprego do futuro somente a esse caráter narrativo, profético ou anunciativo. Serve-se também da mesma forma verbal artificiosamente, referindo-se a fatos ou intenções que se passam na atualidade, mas que convém expor como se pertencessem ao domínio vago e indefinido do porvir.(SAID ALI, 2001, p. 233).

Para Said Ali (2001, p. 236), os diferentes usos do futuro podem ser conseguidos somente com a forma sintética do verbo; em situações diferentes, ele tem valor semântico diferente. O autor cita, no entanto, a forma perifrástica com *haver de* e traz o seguinte exemplo de Gil Vicente: “Vós não *haveis de fallar* com homem nem com mulher que seja (3,145) – vós não *haveis de mandar* em casa somente hum pello; s’eu disser isto he novello, *haveil-o de confirmar*. E mais quando eu vier de fora, *haveis de tremer* (3, 146)”. Para o autor, essa construção tem caráter categórico, no sentido de funcionar claramente como um imperativo.

Se é como diz Said Ali, porque a forma perifrástica estaria substituindo a sintética e não o contrário?

Essa questão faz-nos retomar as idéias do filósofo Flusser (2004), quando ele diz que, somente agora, com essa forma perifrástica -auxiliar ir + VP-, é que o português está de fato assumindo marcação de tempo. Vamos à sua explicação:

Em 1963, Flusser arrisca uma profecia sobre o verbo *haver*, que, pelo que estão demonstrando as descrições contemporâneas, parece estar se concretizando: “Os dois refúgios mais importantes do *haver* são, atualmente, o *há* impessoal e a formação do futuro. Ambos estão periclitando. O *há* impessoal está ameaçado pelo *tem* e a formação do futuro pelo verbo *ir*” (FLUSSER, 2004, p. 93)

O autor argumenta que o sufixo “ei” reconhecido como o verbo “haver”, apesar de transformado em morfema, sempre esteve muito associado ao verbo *ter*, prova disso é que é muito freqüente a alternância de um pelo outro no português (tanto de lá quanto de cá); assim “haver algo” é o mesmo que “ter algo”. Então se tenho algo, esse algo me pertence e marca ou qualifica a minha posição perante ele, o que leva Flusser a concluir que “O futuro nessa forma portuguesa, é, portanto, uma propriedade, uma qualidade do presente”, além da relação do *haver/ter* com *dever*, no sentido de obrigatoriedade (op. cit., p. 93-94). É essa relação que, segundo Flusser, causa descontentamento do falante da língua

portuguesa em relação à expressão do futuro. O verbo *ir*, diferentemente do *haver*, marca posição, e posição, sabemos desde Aristóteles, tem relação com tempo e espaço. Assim Flusser conclui que “O verbo *ir* como verbo auxiliar une três categorias aristotélicas, como se vê nestes exemplos: *vou devagar* = *posição*, *vou para casa* = *espaço* e *vou escrever* = *tempo*” (FLUSSER, 2004, p. 95).

Essa mudança, na opinião de Flusser, gerada pelos princípios da matemática e física moderna, refere-se, na verdade, a uma nova visão da realidade observável; para o filósofo, somente agora, com o verbo *ir* como auxiliar, é que o futuro português começa a ser marcado, ou seja, de *irei* para *vou ir*, a língua portuguesa está criando a categoria tempo, impossível de ser atingida com o *haver*. Para ele, “Esta autêntica revolução na estrutura ontológica do português é uma bela ilustração da força criadora que a língua possui” (FLUSSER, 2004, p. 94).

É possível que tenha sido isso que Humboldt quis dizer quando afirmou que as línguas caminham do mais concreto para o mais abstrato e que a relação entre língua e sociedade é tão estreita que basta que se conheça um para que se deduza o outro.

Naquela época, a ciência não dispunha do termo “gramaticalização”, mas se cruzarmos as opiniões dos dois estudiosos citados acima, poderemos inferir que ambos estão falando da mesma coisa, que a lingüística moderna traduz e simplifica o termo *gramaticalização*, um processo cultural, portanto, coletivo, de toda uma comunidade que fala uma mesma língua, e que altera, de forma gradativa algumas estruturas morfo-sintáticas de sua língua, com o intuito, com certa dose de consciência – embora ilusória – de torná-la cada vez mais econômica, evitar ambigüidades e descrever sua realidade perceptível, já que, a língua, recorrendo mais uma vez às palavras de Flusser

é o instrumento mais perfeito que herdamos de nossos pais e em cujo aperfeiçoamento colaboraram incontáveis gerações, desde a origem da humanidade, ou, talvez. Até além dessa origem. (op. cit., p. 36-37)

Dos estudos de Pontes (1992) também se pode tirar alguma conclusão. A autora verifica que há marcas na língua, que podem ser percebidas ao longo de sua história, em que os conceitos de espaço e tempo caminham juntos e muitas vezes se cruzam. As noções de tempo são mais difíceis de serem apreendidas, pela complexidade que o tema traz, como vimos no capítulo I, já o espaço é mais palpável, pode-se ver, medir, observar marcar e traduzir melhor que o tempo, daí decorre que, às vezes, as noções de espaço são usadas para medir/marcar tempo e vice-versa.

Vemos que a perífrase com *ir* traz a intersecção espaço-tempo, já que *ir* significa um movimento no espaço. Essa noção é incorporada para traduzir o futuro e parece significar uma dose de algo que se pode medir, que se pode marcar de forma mais compreensível, tateável.

Silva (2002, p. 7) reconhece que “muito pouco é dito sobre a distinção entre a forma sintética e a perifrástica” do futuro, exceto que fazem referência a um momento posterior ao presente. O autor acrescenta que a mesma variação existe em outras línguas românicas e que se diferenciam pela forma perifrástica expressar um futuro mais próximo e a forma sintética um futuro mais remoto.

Luft (2002) tratando dos tempos verbais em português, ao iniciar suas asserções sobre o futuro, é bastante breve, diz simplesmente “futuro: não há*” (LUFT, 2002, p. 175). Em nota de rodapé o autor esclarece

Os chamados “futuros” são locuções de Infinitivo + haver mascaradas: *cantar hei*, *cantar hia*, com aglutinação na pronúncia (1. acento tônico absorvido pelo segundo) representada na escrita: cantarei, cantaria. A semântica de ‘decisão, projeto (irei), hipótese (onde estará o Fulano?), etc’, é “modo” (e não “tempo”), próprio de haver – auxiliar “modal”, tempo, só na implicação secundária de que planos, decisões, etc. se projetam no futuro. (LUFT, 2002, p. 175)

Façamos uma pequena observação retirando o exemplo “onde estará o Fulano?” da citação acima. De fato, assim como foi apresentada, a oração traz a idéia de modo, mas o que diria Luft em relação à frase “Onde estará o Fulano em

2046?” Não pensaríamos imediatamente em um tempo? É uma questão a ser discutida.

Bechara (1979) tem a mesma opinião que Luft sobre a formação do futuro em português e Lyons (1979) diz que os tempos futuros perifrásticos do inglês, isto é, aqueles formados com *shall* e *will* expressam modo e não tempo. Sendo assim, podemos dizer que o que alegam Lyons e Luft é que a culpa é do auxiliar, já que no inglês o *shall* e *will* é que são responsáveis pela formação do futuro e eles é que incutem a idéia de modo e em português o morfema que forma o futuro, o **rei**, nada mais é do que o *haver* mascarado, e o *haver*, na mesma função e sentido que *shall* e *will* no inglês, trariam a idéia de modo.

Luft nada diz quando à forma perifrástica com *ir*, mas se a carga com a informação de modo está no *haver*, essa mesma carga pode ser percebida no *ir*, ou não.

Algumas das polêmicas em torno das construções para expressar futuro se dão pela complexidade em se falar sobre algo que ainda não é parte do mundo real e sim do mundo virtual. Se já é complicado para o homem entender e situar-se no tempo, muito mais difícil se torna encaixar-se num tempo que ainda não existe, relatar algo que não foi vivido, não está na lembrança, não faz parte do mundo, “não se pode afirmar sobre o desconhecido, ou seja, sobre o que existe apenas em forma de antecipação” (SILVA, 2002, p. 46).

Conforme diz Silva, não se pode afirmar com precisão, mas o homem precisa, é sua necessidade falar sobre o porvir, são necessárias previsões, antecipações, garantias, embora somente o presente e o passado façam parte da realidade. Mesmo no hopi, língua em que não se registram formas de expressão para o tempo, é possível falar sobre fatos passados, presente e futuros.

Assim, assumimos que qualquer uma das formas de futuro do presente e de futuro do pretérito apresentadas nos quadros da página 93, correspondem a uma tentativa de tradução de futuro. Todas trazem em sua essência a idéia de algo que não está nem no passado nem no presente; são, portanto, hipóteses em relação ao futuro, indicam, pois, um tempo e não um modo. A prioridade é que pode ser uma questão de modo e não de tempo; ou seja, juntamente com a noção

de um evento que ainda não aconteceu nem está acontecendo pode estar a idéia de promessa, desejo, intenção, compromisso, obrigação, tendência, antecipação, ordem ou alguma outra idéia, mas em quaisquer dos casos se fala sobre eventos ainda não registrados no campo do perceptível, do palpável, do experimentado, de um mundo que ainda não veio, não se concretizou, portanto ainda não faz parte da realidade.

Pela incerteza gerada pela idéia de futuro, podemos sentir-nos mais confortáveis dizendo que o futuro não se refere propriamente a tempo, mas isso ocorre porque o próprio tempo futuro ainda não nos aparece como ser do mundo real. Como diz Coseriu “el pasado corresponde al ‘conocer’, el presente al ‘sentir’ y el futuro al ‘querer” (1957, p. 13, apud. SILVA, 2002). Não fazendo ainda parte da história, não tendo ainda sido registrado, o que se pode fazer em relação ao futuro é apenas “querer”, mas isso não desfaz a idéia de futuridade.

Nos exemplos abaixo, podemos ver claramente a idéia de futuro, no sentido de que o evento anunciado encontra-se, no eixo do tempo, depois do presente, e, além dessa, uma outra idéia, diferente em cada caso.

Em (57) está presente a idéia de deslocamento no espaço juntamente com uma obrigação:

(57) (...) *pode muito bem aparecer por estes caminhos com alguma carta ou bilhete falso, fingindo que **vai levar** ao seu senhor*

(O Commercial –PE- 09.04.1850)

Percebe-se em (58) uma ordem, um imperativo. Deve-se considerar, nesse caso, o sentido modal do verbo *dever*, que tem a propriedade de significar tal imperativo.

(58) *Quem o prender **deverá** entregá-lo n’esta cidade (140JB) (...) e d’elle **receberá** bem boas alvíçaras.*

(O Farol Paulistano –SP- 12.01.1828)

Vemos em (59) a idéia de algo como obrigação, imposição, um imperativo.

(59) qualquer dos referidos bens à dicta sua| mulher **haverão de responder** á nullidade

(O Farol Paulistano –SP- 09.08.1828-358)

A oração (60) indica possibilidade, enquanto que (60') é um compromisso, uma promessa.

(60) quem d'ella tiver noticias e **va levar** ao seu Senhor (60') **receberá** alviças

(O Farol Paulistano – SP- 15.11.1828-361)

Como este estudo não busca especificamente responder sobre as variantes de futuro do presente e/ou do futuro do pretérito não iremos adiante com essa complexa questão. Para o momento basta que consideremos que, em relação à forma de expressão do futuro, especificamente, sabemos que o fenômeno é variável e, se há variação, há, como já dito acima, pelo menos uma razão para tal, a de que as várias formas de se dizer a mesma coisa não são absolutamente sinônimas em todos e quaisquer contextos em que possam ser produzidas.

Antes de finalizarmos a apresentação do cenário que facilitou a formação da construção da nova mesóclise, temos um fenômeno a comentar que pode ter tido importante papel na escolha da posição do clítico.

Vejamos o que ocorre em (61)

(61) *E o Sorema não **vai** mais **fazer** brincadeiras? Que nada meu, o negócio lá é sério.*

(O Farol Paulistano –SP- 25.01.1875)

A oração negativa indica a interrupção de um fato que até então ocorria de forma freqüente ou rotineira ou periódica. Entendemos em (61) que “até o

momento o Sorema fazia brincadeiras”. Vemos nessa construção a inserção do advérbio *mais* entre os dois verbos, assim:

Suj. + não + aux. + mais + VP

A inserção desse item na locução que indica futuro é reconhecida num processo de gramaticalização. No entanto, não se trata de um caso isolado, há mais casos de inserção de itens no meio da construção perifrástica.

Desde o século passado, tanto nas perífrases com *ir* + VP quanto nas perífrases com *haver de* + VP, quando esta ainda era bastante recorrente, conforme verificamos em nosso *corpus*, um ou mais termos se colocam entre o verbo auxiliar e o principal, como se vê nos exemplos abaixo:

(62) *se **hade** a mesma **arrematar***

(O Constitucional -SP- 03.08.1853)

(63) *por todo o mez de julho proximo futuro **hade** indefectivelmente **extrair** se a Loteria da mesma.*

(O Farol Paulistano -SP- 07.06.1828)

(64) ... ***vai** sem duvida **olhar** por essa Província*

(PHPB-Carta 341-RJ -CQB – 12.03.1822)

(65) ***vou** por meio desta **cumprimentar** lhe*

(Correio Paulistano –SP- 28.03.1865)

Como justifica a teoria da gramaticalização, por qualquer que seja a corrente teórica que a embase, para uma construção ser considerada gramaticalizada ela deve apresentar uma rigidez, uma cristalização em sua forma. Por essa razão, a inserção de um ou mais elementos entre os dois verbos que formam o sujeito pode significar um empecilho no caminho do *ir* rumo à gramaticalização como auxiliar do futuro.

A inclusão de um item ou de uma expressão entre o verbo auxiliar e o verbo principal funcionaria como entrave em um processo de gramaticalização porque dificulta que a expressão seja percebida como um único termo, dificulta o esquecimento semântico e dificulta a aglutinação, que costuma ocorrer no final de um processo.

Questionamos nesse caso, conforme já o fizemos na seção em tratamos especificamente do processo de gramaticalização, se seria mesmo necessária a aglutinação para que um item perdesse sua informação semântica. Acreditamos que não. Tornar-se um morfema não é a única maneira de um vocábulo lexical perder sua informação semântica e tornar-se um vocábulo gramatical; em outras palavras, caso ocorra o esvaziamento semântico total, a fase de aglutinação poderia ser dispensada do processo.

Afirmamos com bastante segurança que é possível que não haja aglutinação do verbo auxiliar com o principal e que pode haver uma cisão para inclusão de um item ou mais porque conhecemos o desfecho dessa história, pelo menos até aqui, e sabemos que esses fatos não conseguiram impedir a caminhada do *ir* rumo à gramaticalização.

Há, ainda, nesse fenômeno gramatical um outro ponto que, se por um lado pode estar na contra-mão do modelo teórico da gramaticalização do futuro, parecendo ser até mesmo um entrave, por outro lado pode ter facilitado o processo de cristalização da mesóclise; ou seja, o clítico pode ter assumido a posição fixa entre os dois verbos (*ir* + VP) seguindo o caminho desses termos que podem se colocar entre esses dois verbos.

Se, como atestam os exemplos, cabe um item ou expressão entre o auxiliar e o verbo principal é porque neste ponto há um lugar vago que pode ser preenchido. Na análise de nosso *corpus* não encontramos clíticos entre o auxiliar *ir* e o verbo principal. No mesmo período, como exemplificamos acima, outros termos intercalavam a construção analítica de futuro. O pronome, conforme se verá na próxima seção não tinha ainda uma posição fixa e pode ter começado a ir para esse lugar por analogia.

Nossa afirmação não representa uma tentativa de formulação de conceito, não temos aqui esse intuito, é apenas uma observação, apenas uma hipótese sem a finalidade de ser testada aqui. Se a anunciamos é apenas porque não desejamos omitir nenhum fato verificado durante nossas análises, ainda que tal fato não tenha sido previsto em nossa proposta inicial.

7.3 - A DESCONSTRUÇÃO DO CENÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA MODALIDADE DE MESÓCLISE

Creemos que seja interessante comentar aqui, ainda que de forma muito breve, sobre uma outra variante de futuro que impossibilita a modalidade de mesóclise. Trata-se da forma do presente, conforme especificamos nos quadros, na página 93, onde estão elencadas as variantes de expressão do futuro.

Conforme observam alguns estudos, entre eles o de Silva (2002), o presente, ao lado de outras formas, também é utilizado para expressar o futuro. O autor acredita que isso ocorra por ser uma forma de aumentar o grau de certeza em relação a um fato proposto para ocorrer num momento depois do agora, além de essa forma depender de fatos presentes, “tidos como certos e decididos no momento da fala” (SILVA, 2002, p.103).

Vejamos, pelos exemplos do próprio Silva, como ocorrem as construções de futuro com verbos no presente, lembrando que seus exemplos são retirados de um *corpus* obtido a partir de seis horas de gravação, sem critérios de qualquer tipo de diferenciação, como sexo, faixa etária ou escolaridade; o material recolhido é resultado de onze conversas por telefone, tendo essas sido gravadas sem o conhecimento prévio dos falantes.

“L1 - uhn::... olha que fi/ da puta amanhã ele me paga FALOU... que horas ela vai chegar? Muito tarde?”

L2 - ah nem sei

*L1 – éh então amanhã cedo eu **ligo** pra ela...(t-12-l)”*

“L1 (...) então vamos ver quarta ou quinta te **dou uma ligada**... se der eu **vou** aí bater uma papo com você (t270-B) ”

Esse modo de expressar o futuro não é exclusividade do português, nem das línguas românicas, línguas como o finlandês, o alemão e o húngaro apresentam o futuro também nesta forma.

No entanto, ressaltamos que expressar o futuro por meio de um verbo no presente não é nenhuma novidade na trajetória do futuro. O *ir* na forma analítica conjuga-se no presente, assim como o *habeo*, que mais tarde se transformou no conhecido morfema *rei*.

Com a variante de presente se opondo à perífrase com *ir*, mais uma vez se reconhece na história do futuro a alternância entre formas sintéticas e analíticas; é o ciclo no qual o futuro parece estar infinitamente preso. No entanto, ao contrário do que ocorreu até então, desta vez a forma sintética que está variando com a perifrástica não se origina da fusão de uma forma analítica, ou seja, não é resultado de um processo de aglutinação.

Na verdade a não aglutinação do auxiliar *ir* ao verbo principal está prevista, como já dissemos várias vezes, em vários pontos deste trabalho, já que, desta vez, a posição do auxiliar estaria dificultando, até mesmo impedindo a aglutinação; pelo menos a aglutinação que permitisse o auxiliar ser percebido como morfema, ou seja, no final do VP, o que, também como já dissemos várias vezes, não impediu que o *ir* tivesse seu conteúdo semântico esvaziado e adquirido funções gramaticais.

Talvez a impossibilidade de aglutinação de *ir* + VP possa ter contribuído para que a forma presente do verbo exercesse a função de futuro, já que a alternância entre as sínteses e as análises parecem ser uma necessidade do futuro, o que segundo alguns estudiosos, como Silva (2002), ocorre porque as formas sintéticas são mais indicadas para expressar tempo. Assim, quando uma forma se torna ou dá lugar a uma perífrase, a coloração modal fica mais evidente e é necessário que se encontre uma nova forma de se falar mais do tempo. A língua encontrou um meio para isso e de, conseqüentemente, manter o ciclo.

Estamos dando ênfase a essa variante do futuro porque, conforme esclarecemos desde o início, a mesóclise aqui apresentada é apenas uma consequência da formação analítica do futuro com o auxiliar *ir* antes do verbo principal. Caso essa forma dê lugar a uma outra, a mesóclise também será reorganizada. Não que essa variante de futuro seja um problema ou se configure como um empecilho para a cristalização da nova mesóclise; e acreditamos que isso esteja claro depois de tudo o que argumentamos aqui, até porque nossos objetivos são apresentar, compreender, conceituar e reivindicar a aceitação de um fenômeno lingüístico, e não mostrar sua freqüência e/ou sobrevivência.

No entanto, se for o caso de se desejar observar a mesóclise em construções que ainda existam no PB, caso a mesóclise aqui apresentada seja extinta pelo desaparecimento da perífrase – o que para nós, pelo menos por hora, é uma possibilidade um tanto remota –, ainda restariam outras construções que poderiam ser interpretadas como mesoclíticas, como:

- ir + pron+ VP gerúndio = vai **se** desenvolvendo
- estar + pron + VP gerúndio = estou **te** esperando
- ter + pron + VP particípio = tem **me** feito falta
- poder + ter + pron + particípio = poderia ter **me** contado

Passemos então a esse tema, a nova modalidade de mesóclise do PB, com a finalidade de apresentá-lo, após já tê-lo justificado.

8 - ENFIM, A MESÓCLISE

A nova modalidade de mesóclise aqui defendida, formada pela seqüência Aux + pron + VP, é hoje uma construção que pode ser verificada em qualquer gênero textual; sua vitalidade é inquestionável, tanto que julgamos desnecessário coletar material para demonstrar que essa construção existe no PB. A referida construção depende, no entanto, da escolha da variante de futuro, como dissemos no início da seção anterior: se escolhida a forma sintética a colocação pronominal se dará preferivelmente de forma proclítica.

Na seção anterior citamos vários trabalhos, realizados à luz de distintas correntes teóricas e, segundo Oliveira (2006), todos têm em comum o fato de apontarem que a forma sintética é de uso mais formal, enquanto que a forma analítica é mais freqüente em contextos menos formais, incluindo-se, entre estes, alguns contextos de fala.

Entre os estudos analisados por Oliveira, está o de Santos (2000), segundo o qual o futuro sintético está desaparecendo de textos informais, o que caracteriza uma mudança em curso.

Os estudos têm em comum também a conclusão de que, pelo menos, por enquanto, em nenhuma das modalidades, falada ou escrita, a variante perifrástica com *ir* é regra categórica. Acompanhar tal variação é de fundamental importância em nosso trabalho, já que tem implicações diretas na ocorrência da mesóclise aqui apresentada: se a forma analítica tiver um uso sistemático, suas chances de maior ocorrência e, conseqüentemente maior desgaste, aumentam, podendo produzir outra(s) forma(s) concorrente(s); se, por outro lado, a forma sintética se torna a mais utilizada (o que pareceria improvável) cai a freqüência da mesóclise; se, numa hipótese remota, desaparece o futuro analítico com *ir*, desaparece a forma que está sendo aqui reivindicada como mesóclise.

Apesar de termos nomeado este estudo como sendo um estudo de cristalização da mesóclise, o que estamos fazendo é, na verdade, tratando de três processos razoavelmente distintos; são eles:

- 1- a gramaticalização da forma perifrástica do futuro, que envolve
- 2- a gramaticalização do verbo *ir* como auxiliar do futuro, que envolve
- 3- a conseqüente cristalização da nova modalidade de mesóclise no PB.

Nesta seção, trataremos especificamente da colocação pronominal, mas sem perder de vista que, para isso, é essencial pensarmos na construção e na variação diacrônica do futuro, já que, como já anunciado, após termos desenvolvido as idéias que sustentam que a mesóclise é a colocação de um clítico entre dois verbos e não no meio de um verbo, resta-nos apenas apresentar a referida construção, em um recorte diacrônico na variedade brasileira do português.

Assim, o objetivo maior nessa seção é fechar o círculo proposto nesse trabalho, após tudo que foi considerado até aqui, sendo a base mais consistente a história do futuro português. Pretendemos, agora, nada mais que apresentar a seqüência Aux + pron + VP como um caso de mesóclise e tal proposta se amplia a ponto de dizermos que qualquer locução ou perífrase intercalada por um clítico deverá ser considerada uma construção mesoclítica.

Uma das questões que mais tem figurado como objeto de vários estudos é a questão da ordem, mais especificamente, a ordem dos constituintes da sentença. Isso evoca sobretudo os sintagmas maiores, ou seja, o sintagma nominal (sujeito e objeto) e o sintagma verbal (predicado). Dentro desses constituintes maiores há também uma ordem, como a que fixa um artigo antes do substantivo (determinante + nome) dentro de um SN.

No sintagma verbal, o clítico, o pronome oblíquo também tem uma ordem fixa. Embora a gramática normativa admita três posições para o mesmo – a posição proclítica, a mesoclítica e a enclítica – a regra de próclise do PB falado é quase categórica; o que se verifica no PB falado é praticamente uma posição proclítica fixa.

É essa posição proclítica que permite a sustentação da mesóclise na forma que apresentamos aqui, já que a posição do clítico é analisada a partir do verbo principal. Sendo assim, é de se ressaltar que, na forma de mesóclise apresentada pela GT, como em “falar-te-ei”, o que há é, a princípio, uma ênclise em relação ao verbo principal. Mas, ao classificar a construção exemplificada acima como mesóclise, a gramática considerou a possibilidade de analisar a colocação pronominal a partir não somente do verbo principal, mas do principal e do auxiliar, porque conforme já esclarecemos, o clítico está entre dois verbos e não entre o radical e os morfemas de um verbo.

Hopper e Traugott, ao tratarem das formas gramaticais, apresentam o clítico como um item que está no limite entre palavras autônomas e afixos; é um item que depende de outro, ao qual se encosta à direita ou à esquerda. Dizem eles: “A clitic that precedes the host is called ‘proclitic,’ e.g., in colloquial English, ‘s in’s *me* ‘it’s me. A clitic that follows its host is a ‘enclitic.” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 05); nada dizem quanto à possibilidade de um clítico penetrar no interior de uma palavra e aparecer de forma mesoclítica.

Os autores trazem o seguinte exemplo do suaíli:

Wa – ta – ni – utiliza

onde *wa* é o sujeito, *ta* é o morfema indicador de futuro, *ni* é o pronome (clítico) e *utiliza* é o verbo nuclear; isto é, a construção é idêntica ao que se vê sem português, que formaria

eles – vão – me – perguntar

no entanto, a tradução que Hopper e Traugott (1993) apresentam é a seguinte:

they – will – ask – me

Com isso podemos concluir que, o que em suaíli constituiria uma mesóclise no novo modelo por nós apresentado, em inglês seria agramatical, tanto que para a tradução, os itens tiveram que ser arrumados em outra ordem. Isso porque o inglês não admite a próclise, produtiva no suaíli e no português.

Seguindo essa linha de raciocínio, devemos admitir que a mesóclise poderia não existir: o que existiria seria apenas a próclise e a ênclise em relação ao um verbo, e assim, a mesóclise seria nada mais que uma falsa impressão, apenas no nível da materialidade lingüística ou da superfície.

A construção *ir + pronome + VP* é reconhecida e inegável no PB atual, falado e escrito, por essa razão não precisamos nem pretendemos aqui mais uma vez enfatizar esse uso. O que estaremos mostrando é um estágio anterior, a colocação do clítico em construções de futuro. Por meio dos exemplos retirados de nosso *corpus*, vejamos como a mesóclise se transformou em apenas um século, praticamente.

Lembramos que eram comuns, e ainda são em alguns contextos como ilustramos no início da seção anterior, o uso de expressões do tipo: *abrir-se-(h)a*; *celebrar-se-(h)a*; *dar-se-(h)a*; *gratificar-se-(h)a*; *realizar-se-(h)a*; *receber-se-(h)a*, e esses usos ajudavam a manter, pelo menos na escrita, essa construção, como se vê nos exemplos abaixo:

(66) *No domingo 14 **effectuar-se há** o bando de mascaras*

(O Guarany –BA- 11.11.1886)

(67) *A resposta **dar-vos-ha** cabalmente a opinião publica*

(O Feirense –BA- 05.04.1863)

(68) *qualquer mestre çapateiro que por menos quizer **poder-se-hão** dirigirão 1.^o tenente*

(Idade d'ouro do Brasil –BA- 22.12.1818)

(69) **Far-se-há** photographia ordinária, ou em fumo

(O Jequitinhonha –MG- 14.04.1870)

(70) A estreiteza do tempo não tendo permitido publicar hoje as importantes noticias que ultimamente vierão do Algarve, **communicar-se-hão** ao publico no seguinte Número desta Gazeta

(Gazeta do Rio de Janeiro -RJ- 21.09.1808)

(71) Visitando o nosso estabelecimento, **convencer-se-há** o publico da grande variedade dos artigos e da barateza de seus preços.

(Gazeta de Campinas -SP- 01.05.1870)

Ao lado dessas construções, comuns da época e do gênero, aparecem algumas formas concorrentes, como se vê pelos exemplos abaixo:

(72) Sou muito conhecido ahi e bem me peza não o ter tratado sempre conforme meresse sua educação, que se a tivesse **me trataria** melhor. Vai por mim estas linhas, Senhor Redactor que sendo impressas muito obrigará ao seu constante leitor. Symphroni Simões Ferreira.

(O Feirense –BA- 01.05.1863)

(73) Á quem os apprehender **se gratificará** com 50\$000 réis por cada um; protestando-se com-tra quem os acoutar. Mogy-mirim, 29 de Maio de 1879. Antonio Joaquim de Freitas Leitão.

(Correio Paulistano -SP- 01.06.1879)

(74) Em algumas das novenas haverá sermão e na festa **se fará** ouvir da tribuna sagrada (...) a philarmonica “Orphesina Cacheeirana” executará maviosas peças.

(O Guarany -BA-11.11.1886)

(75) *aSim **o farei** etudo omais que VossaExcelenCa me-ordenar emeordena*

(PHPB- SP- Constantino de Santa Maria- 08.04.1722)

(76) *dandome vossa excelência dupliCadas oCaZioins, emque poSSa darlhe Repetidos Gostos. pois Sempre **me achara** Com hua vontade prompta em obedeSSelo. Deos Guarde avossa exCeLenCia por muitos annos.*

(PHPB- SP -Frei Sebastiam dos Anjos- 06.03.1722)

(77) *onde **se encontrará** tudo o que é peculiar destes estabelecimentos.*

(Gazeta de Campinas -SP- 01.05.1870)

(78) *aliás **se executará** o que manda a Lei a este respeito.*

(O Farol Paulistano -SP- 09.08.1828)

(79) *é só escrever que de bôa vontade **te servirei***

(Correspondência Passiva de Washington Luiz – Carta 03-
Raphael Tobias de Barros. 01.08.1900)

(80) *Os 2:500# restantes eu **te pagaria** d'entro do prazo de 2 annos, a contar do dia em que me désses a quantia e 1:600#000.*

(Correspondência Passiva de Washington Luiz – Carta 36-
Lafayette Luiz Pereira de Sousa, 13.03.1899)

(81) *quando teu ma-ninho disse que **se-chamaria** – C. Ottoni Vieira, acudiste*

(C. B. Ottoni 22.12.1879)

Como se vê, não há ocorrência de ênclise com o futuro sintético. Há um registro que poderia ser interpretado como tal:

(82) **poderão se** dirigir á Rua do Rozario número 65, em casa do Senhor Miguel. _ Os Cursos principiarão a 12 do corrente havendo concurrencia sufficiente.

(O Farol Paulistano -SP- 06.08.1828)

Nesse caso, uma simples análise nos permitirá concluir que o pronome *se* está relacionado ao verbo seguinte – *dirigir* – estando, portanto, em posição proclítica em relação a esse verbo.

Podemos, então, afirmar que as duas formas de colocação pronominal exemplificadas acima constituem as duas variantes de colocação pronominal do futuro sintético observadas em nosso *corpus*, isto é, a ênclise não ocorre. Esse fato é de fundamental importância para a consagração da nova mesóclise, pois é a posição proclítica do pronome que definirá sua posição mesoclítica quando o auxiliar *se* colocar à esquerda do verbo principal.

Vejamos, agora, como funciona a colocação pronominal no futuro perifrástico com *haver de*:

(83) Antonio de Castro, **se hade a mesma arremar** no dia sabbado 6 do/corrente, nma 2 hora da tarde

(O Constitucional –SP- 03 de agosto de 1853)

(84) noSso Senhor **lhe hade pagar** Com aSuagloria

(PHPB- João de Mello do Rego
02.03.1733)

(85) Vossa Excelencia **o haja depromover** a Director.

(PHPB- SP-Jozé Arouche de Toledo Rendon
18.04.1801)

(86) Amanhã **se hade proceder** a segunda arrematação dos bens do fallecido Coronel Antonio José Vaz

(O Farol Paulistano -SP- 18.03.1829)

O futuro com *haver de* também permite a ênclise em relação ao verbo principal:

(87) *se não apparecer por 15 dias, contados da publicação da folha, **heide remetel-o** á Provedoria dos Resíduos*

(O Farol Paulistano -SP- 24.04.1830)

E permite também a mesóclise:

(88) *por este meio pede ao publico desta capital **haja de se dirigir** ao seu estabelecimento, na rua Fechada número 2, que tudo venderá muito em conta.*

(O 19 de dezembro -PR- 19.08.1854)

(89) *Roga-se, por especial favor, ao Senhor A.L.C. que, quando mandar seus escravos lavar o seu cavallo no mar, **haja de os advertir** que se não apresentem descompostos, por que na vizinhança do lugar em que fazem esse serviço há familias capazes e honestas.*

(O Novo Íris -SC- 15.10.1850)

Como se vê as três formas possíveis de colocação pronominal são encontradas na variante perifrástica com *haver de*. Isso mostra o quanto não estava definida uma preferência pela ordem de colocação pronominal, tanto é que se verificam construções que hoje nos pareceriam agramaticais, como em:

(90) *No dia 20 do corrente perdeu-se uma Vale de 20\$000 réis, passado por Francisco M.iz Teixeira: Previne-se a qualquer pessoa a quem for apresentado, **haja de o não pagar**.*

(O Farol Paulistano –SP- 28.03.1829)

O que nos parece hoje agramatical não parecia ser um caso isolado nos séculos XVIII e XIX, já que são encontradas também com o futuro sintético construções do mesmo tipo, ou seja, com o pronome colocado à esquerda do advérbio *não*. Como esse fenômeno é verificado no português arcaico, essa construção pode ser um traço de conservação, ou pelo menos, um vestígio do português daquela época.

(91) *Com ella gruda-se perfeitamente qualquer vidro quebrado e de tal modo que **se não conhecerão** as junturas.*

(O Município –MG- 12.10.1895)

Percebe-se em alguns exemplos, como em (91) a atração exercida por elementos como advérbios, no entanto, é preciso considerar que não havia na época tantos rigores com as regras gramaticais, e nem mesmo uma boa correção nas publicações dos jornais e muito menos nas cartas, assim, pode-se concluir que a colocação proclítica se fazia pelos usuários no PB nos séculos XVIII e XIX por preferência, e não obediência às regras da norma gramatical.

Registram-se ainda, com razoável frequência, construções que trazem dois pronomes, ambos em posição proclítica, formando seqüências que soariam estranhas no PB atual, como em (92) e (93).

(92) *Quem pretender compralas, dirija-se á typographia d'esta folha, aonde **se lhe darão** as precisas informações.*

(A Mocidade -SP- 17.05.1874)

(93) *Vende-se uma bôa fazenda rural propria para todo o genero de lavoura do paiz, não longe desta Villa; e **se a venderá** em porções quando não haja quem a compre inteira*

(O Novo Íris -SC- 30 de abril de 1850)

Vejamos, agora, como se comportavam os clíticos no futuro analítico com o auxiliar *ir*.

(94) *pois que passado o dia 15 e não comparecendo **os vai chamar** a juizo empreterivelmente, Luiz Antonio Pereira Paião Silveira.*

(A Phenix –SP- 13.01.1841)

(95) *roga ao seus amigos existentes nesta cidade o caridoso obsequio de as-sistirem ás missas que **se vão celebrar** nas Igrejas do Carmo, e Rosario, Terça-feira, as 8 horas da manhã, e antecipadamente lhes agradece este acto de caridade.*

(O Bem Público -SP- 13.08.1860)

Além da próclise em relação ao auxiliar, registram-se também construções com ênclise em relação ao verbo principal, como em:

(96) *O fogo de planta com que **vão terminar-se** os festejos, em louvor á Nossa Senhora da Ajuda, sera queimado amanhã no adro da mesma capella e não na praça da Acclamação como hontem dissemos.*

(O Guarany -BA- 21.11.1886)

(97) ***Irei empregar-me** n'outro serviço, que não seja arrematações.*

(O Feirense -BA- 05.11.1862)

(98) ***Vae publicar-se** uma obra intitulada O Homem de Corte vertida do original francez.*

(O Novo Íris -SC- 02.07.1850)

Como se vê, não se verifica nessa época a mesóclise, o clítico está à esquerda do auxiliar ou à direita do principal, donde concluímos que não havia um lugar fixo para a colocação do pronome.

No PB atual, a próclise é regra categórica, daí a possibilidade da nova mesóclise na variante de futuro com *ir*, a qual pode ser encontrada em qualquer gênero textual, como:

- história em quadrinhos

(99) **vamos nos inscrever** e depois subir os seis mil degraus até o templo.

(Turma da Mônica- Jovem- n. 04)

- traduções

(100) *Vamos, vou-lhe mostrar o meu quarto.*

(Harry Potter e a Câmara Secreta)

- materiais didáticos

(101) *uma grande indústria vai se instalar na cidade vizinha à sua.*

Programa de Qualificação Profissional

SERT- Habilidades Gerais- vol. 2

- revistas (compostas vários gêneros)

(102) *dicas para quem vai se produzir e arrasar nesse verão*

(Capricho, junho, 2007)

(103) *Diogo Mainardi (...) vai se candidatar à presidência da Câmara.*

(Veja, 17.01.2007)

(104) *O modelo vai ser apresentado em março, no Salão de Genebra.*

(Auto Esporte, fevereiro, 2007)

É nesse lugar, embora a gramática normativa admita outras posições, que se fixou o pronome nas construções analíticas de futuro.

É esse tipo de construção que estamos reivindicando aqui que seja denominado como mesóclise, pelos motivos apresentados, às vezes de forma até redundante até aqui.

Há alguns ambientes que favorecem o aparecimento da mesóclise, como nos casos de primeira, segunda e terceira pessoa do singular (eu, você – lembrando que é a segunda pessoa do discurso, mas o verbo é conjugado em terceira pessoa – e ele). Com a primeira pessoa do plural (nós) as ocorrências são bastante raras porque estão limitadas a um estilo mais formal.

Assim sendo, a vitalidade da nova mesóclise é menor com a primeira pessoa e terceira pessoas do plural. Teríamos então o seguinte paradigma:

- com objeto direto e indireto

OD- Suj. + ir + pron. 1. pes. + VP = Ele vai me encontrar

OI- Suj. + ir + pron. 1. pes. + VP = Ele vai me falar

OD- Suj. + ir + pron. 2. pes. + VP = Ele vai te encontrar

OI- Suj. + ir + pron. 2. pes. + VP = Ele vai te falar

OD- Suj. + ir + pron. 1. pes. + VP = Ele vai nos encontrar

Ou

OD- Suj. + ir + VP + pron. 1. pes. = Ele vai encontrar nós/a gente

OI- Suj. + ir + VP + prep.+pron 1. pes. = Ele vai falar para nós/para a gente

OD- Suj. + ir + VP + pron. 3. pes. = Ele vai encontrá-los

Ou

OD- Suj. + ir + VP + pron. 1. pes = Ele vai encontrar eles

- com objeto direto reflexivo:

1. Pes. Sing + ir + pron. 1. pes. + VP = Eu vou me encontrar

2. Pes. Sing + ir + pron. 2. pes. + VP = Você vai se encontrar

= Ele vai se encontrar

1. Pes. Pl. + ir + pron. 1. pes. + VP = Nós vamos nos encontrar

= A gente vai se encontrar

2. Pes. Pl + ir + pron. 2. pes. + VP = Vocês vão se encontrar

= Eles vão se encontrar

Pelos exemplos reconhecemos que há algumas condições para que a mesóclise seja produzida. Há contextos menos férteis que outros: por exemplo, quando o objeto direto ou indireto refere-se à primeira pessoa do plural (nós), a ocorrência da mesóclise fica desfavorecida, considerando que a construção analítica é mais freqüente em falas coloquiais, ou seja, contexto onde dificilmente ocorreria uma construção padrão.

8.1- A NOVA MODALIDADE DE MESÓCLISE É UMA VARIANTE

A construção que estamos apresentando aqui e reivindicando que seja reconhecida como mesóclise é uma variável. Uma frase como “Vou te contar” pode ser substituída pela forma “Vou contar para você” com o mesmo valor de verdade; quer dizer, são duas formas usadas para se dizer a mesma coisa.

Conforme estudos sugerem, o futuro analítico com *ir* é mais freqüente em falas menos formais. Assim, considerando que, quanto mais recorrente o futuro analítico, maior a possibilidade da mesóclise, analisamos um material que coletamos há alguns anos.

A dissertação de mestrado “Fotografias da fala de Alto Araguaia”⁶ é uma descrição dos principais traços fonéticos e gramaticais da cidade de Alto Araguaia, pequeno município do Estado de Mato Grosso. Tal região foi escolhida por agregar um grande número de migrantes das diversas regiões brasileiras, que para lá foram em grandes levadas em vários períodos da formação do município, e essa é a razão, o fato de agregar a fala de brasileiros de diversas regiões do país, que nos motivou a tomá-lo como material de observação.

Passemos a uma breve descrição do trabalho.

Para informantes foram selecionados três grupos regionais: o de nativos da região, o de nordestinos e o de gaúchos. O primeiro é obrigatório por sua condição de representar o que seria típico da região; o segundo representa o maior contingente numérico e, ao mesmo tempo, os migrantes de menor poder aquisitivo; o terceiro grupo representa o menor contingente numérico, mas o grupo

⁶ Minha dissertação de Mestrado, orientada por Tânia Alkmim e defendida em 2003 no IEL, UNICAMP.

de maior poder aquisitivo. Cada um dos grupos é dividido por sexo e escolaridade, assim, nosso *corpus* foi formado por doze informantes, sendo dois homens e duas mulheres de cada uma das regiões escolhidas e sendo um homem e uma mulher com baixo grau de escolaridade e um homem e uma mulher com alto grau de escolaridade.

A distribuição se deu conforme se vê no quadro abaixo:

Naturalidade	AA				AG				AN			
Idade	+ 56		40/55		+- 30							
Escolaridade	Analf.		Escol. 1		Escol.2		Escol.3		Escol.2		Escol.3	
e												
Sexo	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Legenda:

AA = araguiense filho de araguiense

AG = filho de gaúcho

AN = filho de nordestino

Analf = analfabeto

Escol. 1 = até a 4.^a série do ensino fundamental

Escol. 2 = de 5.^a a 8.^a série do ensino fundamental

Escol. 3 = ensino médio e superior

H = homem

M = mulher

Conforme se pode verificar pelo quadro, os fatores *idade* e *escolaridade* são diferentes entre os filhos de araguienses nativos e os filhos de migrantes. Essa diferença se dá pelas seguintes razões:

a- em relação ao fator *idade* - os filhos de migrantes, que chegaram por volta da década de 70, têm a idade máxima de 33 anos de idade;

b- em relação ao fator *escolaridade* - entre os filhos de araguienses maiores de 40 anos, não há quem tenha um alto nível de escolaridade, a menos que tenha estudado em outra localidade e permanecido fora da cidade por muitos

anos. Também não há entre os filhos de migrantes, com idade em torno de 30 anos, alguém que não tenha cursado ou esteja cursando o segundo ciclo do ensino fundamental (5.^a a 8.^a série). A maioria das pessoas com terceiro grau veio muito recentemente para Alto Araguaia, o que nos fez considerar alguns informantes com 2.^o grau completo como tendo um nível de escolaridade alto.

Para a identificação do informante, adotou-se um padrão de identificação apenas por iniciais que identifiquem a origem geográfica, o sexo, a faixa etária dos filhos de araguiense.

Na identificação, o A significa araguiense nativo, o M significa que o informante é do sexo masculino e o F, feminino, o S indica idade superior a 50 anos e o I, idade inferior a 45 anos. Os filhos de migrantes identificam-se da seguinte forma: O N indica filho de nordestino, o G, filho de gaúcho, o M ou F, indicam o sexo do informante, masculino ou feminino, respectivamente. O E indica que o informante é escolarizado e o R indica que o informante possui grau de escolaridade rudimentar.

Assim, os filhos de araguienses estão assim identificados:

AFI – Mulher, faixa etária inferior. Esta informante é casada, tem 41 anos e atualmente não trabalha, foi lavadeira durante muitos anos, o marido é cuiabano, estudou até a 5.^a série, mostrou-se muito interessada na entrevista, a qual foi realizada em sua residência.

AMI – Homem, pertencente à faixa etária inferior, este informante é solteiro, tem 40 anos, e cursou a 4.^a série do ensino fundamental, é guarda-noturno, a entrevista registrou uma fala totalmente espontânea, foi realizada no local de trabalho do informante.

AFS – Mulher, faixa etária superior. A informante tem 64 anos, o esposo também é de Alto Araguaia, nunca foi à escola, trabalha em casa; durante a entrevista, realizada em sua residência mostrou-se um pouco tímida, mas disposta a responder às questões.

AMS – Homem, faixa etária superior, tem 73 anos, a esposa também é natural de Alto Araguaia, é aposentado, foi pecuarista, sem escolaridade. A

entrevista se realizou na casa de uma das irmãs do informante, o qual mostrou-se inteligente e bastante espontâneo.

Os filhos de migrantes que, a partir da década de 70, começaram a fazer parte maciçamente da população araguiense, pertencem à faixa etária que varia de 25 a 33 anos de idade. São quatro homens e quatro mulheres, sendo dois pares filhos de gaúchos e dois pares filhos de nordestinos, dois pares com alta escolaridade e dois pares com nível de escolaridade inferior. Nenhum deles pretende voltar a morar em sua terra natal (ou de seus pais). Estão sendo identificados aqui da seguinte maneira:

GMR – filho de gaúchos, homem, estudou até a 5.^a série, trabalha como servente de pedreiro, é solteiro, tem 30 anos, nascido no Rio Grande do Sul, não se lembra em que cidade; veio para Alto Araguaia antes de dois anos de idade.

GFR – filha de gaúchos, sexo feminino, nascida em Três Passos, RS, pai trabalhador rural, mãe do lar, estudou até a 5.^a série, trabalha como diarista, tem 31 anos, é casada e tem dois filhos em idade escolar (fundamental), nunca voltou à terra natal, da qual saiu com apenas alguns meses de idade.

GME – filho de gaúchos, sexo masculino, tem 2.^o grau completo, é nascido em Ijuí-RS, tem 33 anos, é casado, sua esposa tem o terceiro grau completo- Letras, seu pai é formado em Estudos Sociais, atualmente é moto-taxista.

GFE – filha de gaúchos, sexo feminino, escolaridade alta, formada em Letras, casada, professora, 25 anos, os pais e o marido são comerciantes.

NMR – filho de nordestinos, sexo masculino, grau de escolaridade baixo, cursou até a 5.^a série, trabalha como autônomo em serviços braçais, tem 30 anos. Os pais vieram da Bahia, o informante não tem certeza sobre a cidade. É casado; muito espontâneo durante a entrevista.

NFR – filha de nordestinos, sexo feminino, grau de escolaridade baixo, tem a 4.^a série, 33 anos, casada. Não tem muita certeza se nasceu na Paraíba ou do Rio Grande do Norte; veio da terra natal antes de completar um ano. Trabalha como merendeira numa escola estadual.

NME – filho de nordestinos, sexo masculino, 2.º grau completo. É de Tabocas, BA; veio para Alto Araguaia com três anos de idade. É controlador de estoque de uma grande loja da cidade. Foi vendedor antes disso; tem 29 anos, é casado.

NFE – filha de nordestinos, sexo feminino, escolaridade alta, É advogada, solteira, tem 25 anos, os pais são de Souza, PB.

Abaixo alguns exemplos retirados do *corpus* da pesquisa mencionada acima evidenciam o que dizemos.

(105) Será que essa moça **vai me furar**. (NMR)

(106) Não, eu vou sozinha, meu pai **vai me buscar** na volta. (GME)

(107) Aí eu pensei, eu **vou me casá**, pa saí dessa vida né (AFI)

(108) Você não **vai me falar** que aqui não é assim, não é? (GFE)

Os exemplos mostram que a construção não é típica de um grupo social ou regional; ou seja, aparece na fala dos araguienses, dos migrantes do Nordeste ou do Sul, com nível de escolaridade baixo ou alto, homens ou mulheres.

No entanto, percebemos que são recorrentes também construções como:

(109) Eu vou falar **pra você** uma coisa (NFE)

(110) Ninguém me disse que o padre ia dar **pra mim** aquela... aquela honra né (NME)

(111) Eles falaram que iam encontrar **a gente** a gente lá, né, no domingo (NFE)

As construções (109), (110) e (111) evidenciam que o fenômeno que estamos tratando aqui não aparece de forma absoluta, está concorrendo com outra forma, e, somente o tempo dirá se o que estamos defendendo aqui como colocação mesoclítica resistirá. Por hora, acreditamos que a informação mostrada acima é suficiente, já que nosso objetivo não é tratar da variação, e sim da posição do pronome oblíquo entre um verbo auxiliar e um verbo nuclear.

Se observado pelo viés do funcionalismo, que tem por objeto de estudo a compreensão, análise, conhecimento do modo como as pessoas utilizam sua língua como seu principal e mais eficaz meio de comunicação, vemos que esse meio, a língua, registra a cultura de uma comunidade, a forma como ela sente, percebe, vê, analisa e compreende o universo que a cerca. Diz Givón, citado por Neves (1997) que

a língua não pode ser vista como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. (GIVÓN, apud NEVES, 1997, p. 24)

Ao analisar a estrutura gramatical, uma análise funcional está analisando toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo. Assim, deve-se considerar o fato de que os falantes, em geral, percebem que, em algum momento o, objeto “te” pode ser substituído por uma locução como “para você”.

A substituição do pronome oblíquo por um reto, também pode ocorrer na forma sintética de futuro do presente, como “amarei você” em lugar de “amar-te-ei”; assim, o que estamos expondo aqui não é novo. Já ocorria do mesmo modo, o que somente vem reforçar nossa hipótese sobre ser esse novo modelo realmente um caso de mesóclise.

Não podemos tecer aqui maiores conclusões sobre tal variação sem um estudo mais detalhado, o que não faremos, já que o objetivo aqui não é esse. Por hora, pretendemos apenas dar notícia de que a forma de mesóclise gramaticalizada apresentada aqui não é categórica, concorre com pelo menos uma variante.

Há, na concepção funcionalista da língua, a existência de um caráter que, por ser funcional e dinâmico, facilita a revisão das formas lingüísticas de acordo com dois sistemas de regras: um mais interno que se ocupa de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas e outro que se ocupa das regras pragmáticas. Esses dois sistemas de regras parecem atuar em conjunto quando na escolha de uma ou outra forma das descritas acima, “te” ou “para você”.

Há, ainda, uma outra forma, a qual consideramos um reforço, uma redundância, o que, num processo de re-arranjo parece ser um fenômeno bastante significativo. Vejamos as construções.

(112) Mais eu vou **te** falar uma coisa **pra você**, não é fácil (NFR)

(113) Antes eu vou **te** perguntar **pra você** uma coisa (AFI)

Nota-se que construções do tipo (112) e (113), isto é, com repetição do pronome (te + para você), ocorrem apenas na fala dos menos escolarizados. Considerando que a situação discursiva é semelhante para todos os informantes: uma situação de entrevista, na qual o entrevistado é convidado a narrar fatos e tecer algumas considerações a respeito de temas variados, mas comuns a todos os informantes, isso pode significar que a variação entre as formas com ou sem reforço, como “vou **te** contar” e “vou **te** contar **pra você**” é gerada pela variável externa “escolaridade”.

Podemos afirmar que o que se vê em (112) e (113) é semelhante com o caso do **vou ir**, registrado por Silva (2002), já apresentado nas páginas anteriores. O autor explica a referida construção como um caso em que o esvaziamento semântico do *ir* é tão completo, que faz com que a criança já reconheça o **vou** como um prefixo.

O mesmo pode estar ocorrendo com a construção **vou te**, pronunciada /'voti/ e sendo, provavelmente, interpretada como um único vocábulo formal, o que vem ao encontro da teoria da gramaticalização, no tocante ao princípio da unidirecionalidade: um item gramatical pode tornar-se ainda mais gramatical. A

repetição do **te** em **pra você** pode estar indicando justamente, como consequência da gramaticalização do futuro perifrástico, a cristalização do pronome nessa posição mesoclítica. Talvez seja esse o ponto em que provamos definitivamente a hipótese que originou este trabalho.

Com esse último fato acreditamos ter argumentado o suficiente para que a idéia de que a construção aux + pron + VP seja aceita como uma nova modalidade de mesóclise.

Os argumentos utilizados para a confirmação de nossa hipótese não estão somente nessa seção, e sim nas páginas anteriores, pois, como esclarecemos desde o início deste texto, a mesóclise nada mais é do que a consequência de processos distintos de gramaticalização, sobre os quais tratamos detalhadamente antes de termos apresentado a mesóclise.

9- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A natureza deste trabalho exige que as análises apresentadas sejam seguidas de interpretações, praticamente simultâneas. Assim sendo, resta para esta seção a revisão geral dos pontos apresentados.

Como anunciado na Introdução, o objetivo maior neste trabalho foi avaliar a hipótese de que a construção *ir + clítico + verbo principal* constitui, do ponto de vista da colocação pronominal, um caso de mesóclise.

É um tanto difícil avaliar ou medir o grau de confirmação da referida hipótese, já que a natureza da pesquisa não é a de verificar ou testar uma ocorrência, ou circunstância de um fenômeno lingüístico, e, sim, apresentar uma idéia, reformular um conceito já existente e formular um novo.

Acreditamos, no entanto, ter conseguido confirmar nossa hipótese. Cremos ter validado nossos argumentos, primeiramente, porque acreditamos ter conseguido inserir o fenômeno aqui apresentado como um caso de mesóclise; em virtude de acreditarmos ter comprovado a idéia de que o que se tem concebido até agora como mesóclise não seria a inclusão de um clítico no meio de um verbo, mas sim, entre dois verbos; ou seja, é o mesmo caso do que ocorre no PB atual com o futuro analítico com o auxiliar *ir*.

Para se chegar ao amadurecimento dessas duas constatações, muitos pontos foram observados e analisados, e eles não poderiam deixar de ser apresentados aqui, pois, embora não tratem, especificamente, do fenômeno de colocação pronominal, tratam das relações entre o homem e a língua(gem) e esse é um tema que está no bojo de qualquer pesquisa lingüística.

Como vimos nas seções 3 e 4, em que tratamos sobre o tempo e, com maior profundidade sobre o futuro, esses “seres” povoam e incomodam o homem há muito tempo (talvez sempre). Isso ocorre, sem dúvida, porque são de difícil análise e compreensão para a mente humana.

Atribui-se a complexidade inerente ao futuro, a constante revisão que ocorre em várias línguas, entre elas, o português. Sendo assim, pode-se ver a

confirmação da busca do homem em representar na e pela língua, o mundo, ou aquilo que ele imagina que seja o mundo, a realidade.

Percebe-se aí a estreita relação entre o homem e a língua, relação essa que acaba por influenciar os avanços, as conquistas, a cultura, enfim, os próprios rumos da humanidade.

Este trabalho fez-se, ou melhor, só foi possível porque o homem é capaz de realizar um processo em seu sistema lingüístico entendido por gramaticalização. Compreender tal processo na mente do homem significa compreender quão grande é a capacidade humana em tornar a língua um eficaz meio de transmitir, e, até mesmo, gerar conhecimento.

A faculdade de simbolizar pode ser considerada a grande potencialidade do homem, que fez com que diferisse dos animais e pudesse evoluir, tornar-se um ser social. Mas, ao conseguir realizar um processo de gramaticalização, o homem faz muito mais do que diferir de animais irracionais.

Sem “as gramaticalizações” realizadas pelo homem, talvez somente o mundo concreto, real e visível poderia ser traduzido. Fazer com que se instaure um processo que consiste, basicamente, em transformar itens concretos em abstratos, significa ter e, ao mesmo tempo, produzir uma relação mais íntima, mais profunda, mais precisa com o mundo. Ousaríamos afirmar que, para o homem, a percepção do mundo poderia ser outra se não fosse o desenvolvimento dos processos de gramaticalização, algo hoje tão fácil, tão simples e tão comum em qualquer língua que mal conseguimos alcançar o tamanho da complexidade desse fenômeno; que é grande no sentido de tantos mecanismos que tem de ser acionados para que se possa dar início a uma trajetória que, culmina, geralmente, com a transformação de um item lexical em um item gramatical. O que parece ser, superficialmente, um processo bastante simples.

O processo aqui analisado corresponde, simplesmente, à inserção de um pronome no meio de uma locução verbal. Como dito, parece um processo bastante simples. Para chegar a isso, no entanto, o falante do português repensou o futuro e sua relação com ele, a possibilidade de concretização daquilo que anuncia, o que por sua vez, o fez pensar na escolha de um verbo auxiliar que

melhor expressasse tal intenção. Como se vê, não há nada de simples em tal processo.

Grandes questões lingüísticas como essa não são esclarecidas facilmente e nem é este o intuito de nosso trabalho, até porque não fazem parte do objetivo central aqui e nem mesmo foram previstas. Contudo, não poderiam deixar de ser mencionadas, pois a pesquisa que ora concluímos acaba nos conduzindo a reflexões sobre tais questões. Em outras palavras, qualquer trabalho que se faça sob a luz da Lingüística nos faz pensar em língua, o que significa pensar em cultura, pensar em mecanismos e fatores da variação e mudança, refletir sobre a posição do homem em relação ao mundo.

Falar em fenômenos lingüísticos é, portanto, falar em instaurações de novas posturas, novas óticas, novas perspectivas do homem em relação ao mundo e a si mesmo, e, de alguma forma, o homem sabe que tudo isso deve ser representado e refletido pela língua.

Em relação ao objetivo principal de nosso trabalho, como dito no início desta seção, não podemos medir com precisão o alcance de nossas argumentações. Por hora, afirmamos apenas que a mesóclise é um fenômeno muito comum no português brasileiro.

Uma vez aceita nossa proposição maior – a de que a mesóclise é a ocorrência de um pronome entre dois verbos –, afirmamos, então, que a mesóclise não ocorre exclusivamente nos futuros do modo Indicativo (futuro do presente e futuro do pretérito), como é defendido até então; ou seja, qualquer construção perifrástica que se apresente com um pronome entre os dois verbos que a compõem, será considerada uma nova modalidade de mesóclise no PB.

10- REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A.. *Atlas lingüístico do Paraná*. Tese de Doutorado, Assis-SP, UNESP, 1995.
- ANDRADE, M. de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- BARBOSA, A.; LOPES, C. (org.) *Críticas, Queixumes e Bajulações na Imprensa Brasileira do Século XIX – Cartas de Leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2006.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BYBEE, J.L; PERKINS, R.D.; PAGLIUCA, W. Back to the future. In TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B. (orgs). *Approaches to gramaticalization*. Amsterdam: Jonh Benjamins, 1991, p.17-58.
- BYNON, T. *Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the language of the world*. Chicago: University of Chicago Press: 1994.
- CALLOU, D. et alli. Estruturas de futuridade em cartas pessoais do século XIX. In. LOPES, C. *A norma brasileira em construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2005, (p.83-93).
- CÂMARA JR., J.M. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CAMPEDELLI, S.Y. & SOUZA, J. B. *Português- literatura, produção de textos & gramática*. 3.ed.São Paulo: Saraiva, 2002.
- CASTELEIRO, J.M. Aspectos da sintaxe do português falado no interior do país. In. *Boletim de Filologia. Centro de Estudos Filológicos de Lisboa*. Tomo XXIV. Fasc. 1-4. Lisboa, 1975 (57-74).

- CASTILHO, A. A gramaticalização. In. *Estudos Lingüísticos e Literários*. N. 19. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997, 25-64.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- CIPRO NETO, P. & INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2000.
- CORÔA, M.L.M.S. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CORTESÃO, A.A. *Nova gramática portuguesa*. Aprovada por decreto em 11.03.1907.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. (revista) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUCROT, O & TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- DUTRA, J. F. *Apontamentos sobre composição portugueza*. Porto Alegre: Typographia de César Reinhardt, 1898.
- FARACO, C. A. *Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005
- FARACO, C.A. & MOURA, F.M. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERREIRA, C. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/ Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FERREIRA, A.B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.
- FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. Diachronic evidence from Romance. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- FLUSSER, V. *Língua e realidade*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- FRAJZYNGIER, Z. *Grammaticalization of the complex sentence: a case of study in Chadic*. Amsterdam: John Benjamins, 1986.

GALVES, C. ; NAMIUTI, C. ; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Novas perspectivas para velhas questões: revisitando a periodização da Língua portuguesa*
Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/psousa_2004_tese.pdf>
Acesso em: 14 jan. 2007

GALVES, C. *A língua das caravelas : Periodização do português europeu e origem do português brasileiro*
Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/prfpml/relat_2006/origem.pdf> Acesso em: 13 jan. 2007

GIANSANTE, A.B. *Tudo sobre verbos*. 6.ed. Catanduva-SP: Respel, 1998.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, S.C.L. et al. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

GUEDES, M. & BERLINCK, R.de A. (orgs). *E os preços eram commodos...*
Anúncios de jornais brasileiros – século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLGC/USP, 2000.

HAWKING, S.W. *Uma breve história do tempo – do big bang aos buracos negros*. 19.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

HEINE, B., CLAUDI, U., HÜNNEMEYER, F. *Gramaticalization – A conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P.J. & TRAUGOTT, E.C. *Gramatization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto: 1997.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2.ed. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional: Editora da USP, 1979.

LOBATO, L.C.R. Seleção de corpora: gêneros textuais como ambientes que exercem influência no emprego de formas gramaticalizadas. In *Revista Moara*, n. 28, julho-dezembro, (Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA), 2007.

LONGO, B.N. de O. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Araraquara- SP. UNESP/FCLAr, 1990. (Tese de Doutorado).

LOPES, C.R. dos S. (org.) *A norma brasileira em construção*. Fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2005.

- MARCUSCHI, L.A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MATTOS E SILVA, R.V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NICOLA, J. & INFANTE, U. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15.ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- OLIVEIRA, J.M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Rio de Janeiro, UFRJ – Faculdade de Letras, 2006, (Tese de Doutorado).
- PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas-SP: Pontes, 1992.
- POTTIER, B. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: 1978.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 27.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.
- SACCONI, L.A. *Gramática essencial da língua portuguesa*. 6.ed. São Paulo: Atual, 1989.
- SANKOFF, D. Sociolinguistic method and linguistic theory. In: COHEN, L.J., LOS, J., PFEIFFER, H. & PODUKY, K.P. (eds). *Logic, methodology and philosophy of science*. V. 6. Amsterdam: North-Holland & Earsaw: Polish Scientific, 1982.
- SANTO AGOSTINHO. *Solilóquios*. São Paulo: Escala, s/d.
- SANTOS, A.M. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Brasília: UNB, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, J.R. dos. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, A. da. *A expressão da futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP/FCL/Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.
- SILVA, D. da. *A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Arx, 2002a.

SIMÕES, J.; KEWITZ, V. (org.,ed., rev.) *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX. In: ROBERTS, I. 7 KATO, M.A. (orgs.) *Português brasileiro- uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-105.

TERRA, E. & NICOLA, J. de. *Verbos – guia prático de emprego e conjugação*. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THOMAS, E.W. The syntax of spoken Brazilian Portuguese. Nashville: Vanderbilt University Press, 1969.

TOMANIN, C.R. *Fotografias da fala de Alto Araguaia*. UNICAMP, Campinas, 2003, (Dissertação de Mestrado).

WEINRICH, H. *Le temps*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.